

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas

**A Educação do Orador: Tradução e Estudo do Livro II da
*Institutio Oratoria.***

Rafael Sento-Sé Guimarães Falcón

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador:

Prof. Dr. Ricardo da Cunha Lima

São Paulo

2015

Rafael Sento-Sé Guimarães Falcón

**A Educação do Orador: Tradução e Estudo do Livro II
da *Institutio Oratoria*.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Banca Examinadora:

DATA DE APROVAÇÃO:

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Ricardo da Cunha Lima, pela acolhida e pela confiança;

Ao Prof. Dr. Adriano Scatolin, sem cuja caridosa disposição, manifestada desde antes mesmo do meu ingresso no mestrado e confirmada até o fim da pesquisa, esta dissertação seria muito inferior;

Ao Prof. Dr. Pablo Schwartz Frydman pelos conselhos e pelas memoráveis aulas;

À minha esposa, Day, que suportou estoicamente e perdoou cristãmente um marido nem sempre fácil de agradar;

À minha filha, Alice, que cedo aprendeu a frase “papai está trabalhando”;

À minha mãe, Sandra, e minha irmã, Melissa, que nunca faltaram quando delas precisei;

À FAPESP, pela bolsa concedida, sem a qual este trabalho não teria sido possível;

E a quem mais tenha contribuído ou sofrido para que esta dissertação chegasse até aqui.

Obrigado, de coração.

SUMÁRIO

Resumo	4
Introdução	5
Tradução: a Educação do Orador, Livro II	26
Apêndice: Texto Original	83
Bibliografia	120

RESUMO

A *Institutio Oratoria*, de Quintiliano, é uma obra significativa para os Estudos Clássicos, devido, por exemplo, à relevância e extensão das discussões retóricas nela promovidas. Dentre os doze livros que constituem a *Institutio*, o livro II tem a especificidade de ser intermediário entre a técnica pedagógica e a teoria retórica. Fornece exercícios (*progymnasmata*) próprios do professor de retórica (*rhetor*) e discute princípios teóricos que nortearão a obra inteira. Nosso propósito com este trabalho foi realizar uma tradução acadêmica, com notas que tornassem viável a leitura crítica e a compreensão aprofundada da obra.

Palavras-chaves: *progymnasmata*; retórica; educação na Antiguidade; Quintiliano; *Institutio Oratoria*.

ABSTRACT

Quintilian's *Institutio Oratoria* is an important work for Classical Studies because, for example, of the great relevance of the rhetorical discussions it advances in the context of Imperial Rome. Among the twelve books the *Institutio* is composed of, book II is somewhat notable for its intermediate position between the pedagogical theory and the rhetorical one. It offers exercises (*progymnasmata*) specific to the teacher of rhetoric (*rhetor*) and discusses theoretical principles around which the whole work is built. It was my purpose here to produce a highly serious translation, making use of recent research through notes which made possible critical reading and deeper understanding of Quintilian's work.

Keywords: *progymnasmata*; rhetoric; Ancient education; Quintilian; *Institutio Oratoria*.

INTRODUÇÃO

O título *Institutio Oratoria*, que se pode traduzir por *Educação do Orador*, sugere um escopo mais abrangente que o dos manuais de retórica comuns, em que se tratava das cinco partes da arte (*inventio, dispositio, elocutio, memoria e actio*) com definições sumárias, exemplos tomados de poetas ou oradores e subdivisões que visavam a cobrir cada variante da regra exposta. Mesmo os títulos desses manuais pareceriam expressar a limitação de seus horizontes, já que, nas palavras de Quintiliano, “os próprios títulos de seus livros testemunham que foram escritos sobre a *arte retórica*”¹ (II, 17, 2). No caso da obra em questão, contudo, o próprio título já confessa sua ambição e, por assim dizer, a originalidade de seu propósito.

Quintiliano não pretende, de fato, escrever um simples tratado de retórica; seu objetivo é uma obra que contenha, de uma só vez, todos os elementos necessários à formação do orador, desde o nascimento até o fim da carreira. Apresenta, ademais, uma ideia peculiarmente abrangente dessa formação: “sua teoria sobre a educação apropriada ao orador inclui praticamente todo o ciclo de cultura humanística e científica conforme se organizava naquele tempo”² (LAING, 1920, p. 518). “Oratorem autem instituimus illum perfectum, qui esse nisi uir bonus non potest, ideoque non dicendi modo eximiam in eo facultatem sed omnis animi uirtutes exigimus” (I, Pr., 9), diz Quintiliano, resumindo o objetivo de seu livro. O orador deve ser perfeito (*perfectum*), moralmente irrepreensível (*uir bonus*), e não resumir suas habilidades à perícia no discursar (*non dicendi modo eximiam in eo facultatem*), mas estendê-las a todas as potências da alma (*omnis animi uirtutes*).

Alguns descreveram a *Institutio* como uma combinação de quatro obras: tratado de pedagogia, manual de retórica, guia de crítica literária e ensaio sobre a ética apropriada para o orador (cf. MURPHY, 1987, pp. 18-19). É verdade que a terminologia aí utilizada é inapropriada para descrição de obras antigas: o que chamamos de “crítica literária” e “ensaio”, por exemplo, são gêneros essencialmente modernos, o que impossibilita que Quintiliano os tivesse em mente na composição da *Institutio*. Porém, essa divisão ilumina a especificidade da obra, se a tomarmos como uma enumeração de *objetivos* ali presentes. Nesse sentido, os termos “tratado de

¹ “etiam ipsis librorum titulis testatum sit scriptos eos de arte rhetorica” (traduções e citações são sempre nossas, quando não indicado o contrário).

² “(...) his theory of the proper education of an orator includes practically the whole cycle of humane and scientific culture so far as it was organized at that time”.

pedagogia, manual de retórica, guia de crítica literária e ensaio sobre a ética apropriada para o orador” corresponderiam respectivamente a: 1) discutir métodos de ensino; 2) elaborar uma *ars dicendi*; 3) classificar e avaliar as obras de poetas, historiadores, oradores e filósofos; 4) estabelecer certa relação entre oratória e moral.

Sob a ótica da disposição, verifica-se que Quintiliano seguiu, entre os livros III e XI, a ordem das tradicionais *partes* da retórica: *inventio* (III-VI), *dispositio* (VII, considerada por Quintiliano como submetida a *inventio*), *elocutio* (VIII-XI), *memoria* e *actio* (como partes auxiliares da *elocutio*, em XI, 2 e 3 respectivamente). A esse núcleo, que representa o corpo quase inteiro da obra, chamaremos *ars dicendi*, por seguir a divisão normal do assunto nos tratados de retórica. Precedendo essa *ars*, vêm os livros I e II, que tratam de questões pedagógicas – que Quintiliano chama de *illa minora* (I, Pr., 21) ou *fundamenta* (*ibid.*, 4): se é preferível educar uma criança em casa ou na escola, como se deve ensinar este assunto ou aquele, como escolher professores e assim por diante. Na outra extremidade, o livro XII trata do orador já instruído, dando-lhe conselhos que deve seguir ao longo de sua carreira, chegando a discutir o momento correto para aposentar-se (11, 1-7).

Para compreender melhor o livro II, convém situá-lo dentro da estrutura maior da obra. Diz o próprio Quintiliano: *liber primus ea quae sunt ante officium rhetoris continebit. Secundo prima apud rhetorem elementa et quae de ipsa rhetorices substantia quaeruntur tractabimus* (I, Pr., 21). Isto é, o primeiro livro trata da educação preliminar (*quae sunt ante officium rhetoris*) e só no livro II começa de fato a educação do orador em sentido estrito, com as primeiras instruções propriamente retóricas (*prima apud rhetorem elementa*) e uma discussão sobre o objeto do ensino, a retórica ela mesma (*ipsa rhetorices substantia*). Nota-se, pois, que os primeiros dois livros constituem um conjunto: *quae sunt ante officium rhetoris* e *prima apud rhetorem elementa* são complementares e se distinguem da *ars dicendi* que se inicia no livro III.

Contudo, o livro II possui uma peculiaridade: possui dois assuntos, que o próprio Quintiliano divide com a conjunção aditiva *et*. O primeiro assunto (*prima apud rhetorem elementa*) possui relação de continuidade direta com o conteúdo do livro I (*quae sunt ante officium rhetoris*), mas não se pode dizer exatamente o mesmo do segundo (*ipsa rhetorices substantia*). Este representa uma ponte entre as questões pedagógicas, que foram discutidas até então, e a *ars dicendi* que vem a seguir. De fato, o livro II possui vinte e um capítulos; e embora essa divisão numérica, presente nos

manuscritos, não tenha sido feita por Quintiliano, ela respeita plenamente a unidade dos assuntos e até o tamanho do texto – caso contemos os caracteres, são pouco mais de oitenta mil no texto em latim, dos quais pouco menos de quarenta mil estão entre os capítulos 1 e 10. Ora, o tema do capítulo 10 é a *declamatio* – realização máxima do ensino retórico – o que conclui os *prima apud rhetorem elementa*.

Segundo o esquema do proêmio, este seria o momento de tratar das “questões preliminares da retórica” (*ipsa rhetorices substantia*); e o próprio Quintiliano nos diz, no início do capítulo 11, que “agora devemos dar início à parte da *ars* da qual costumam começar os autores que omitem as anteriores”. Como se verifica no *De Inventione*, na *Retórica a Herênio* ou na *Retórica* de Aristóteles, o costume é começar com uma discussão teórica a respeito de certos pontos fundamentais – os mesmos que serão tratados na segunda metade do livro II³. Portanto, no capítulo 11 começa o que os contemporâneos de Quintiliano chamariam propriamente de *ars dicendi* (um tratado de retórica)⁴, que se estenderá até o fim do livro XI.

Até este momento, consideramos a seguinte tripartição: livros I-II (questões pedagógicas); III-XI (*ars dicendi*); XII (o orador consumado). A partir de agora, podemos verificar que, ao mesmo tempo em que dividiu o livro II do III, Quintiliano se preocupou em criar alguma continuidade natural entre esses dois conjuntos, tornando a segunda metade do livro II um elo; pois ela se relaciona com o tema anterior (*apud rhetorem elementa*), por tratar do objeto mesmo do ensino retórico, ao mesmo tempo em que prepara a passagem da discussão pedagógica para a técnica (*ars dicendi*), por investigar, pela primeira vez na obra, questões técnicas da retórica. A preocupação de Quintiliano em criar essa estrutura uma foi tão consciente que ela se reflete na extensão mesma das duas metades do livro, que é quase idêntica.

É possível objetar, porém, que do capítulo 11 ao 21 há um espaço maior do que do 1 ao 10 – alguns milhares de caracteres a mais. Mesmo que isso fosse verdade, a divisão em duas metades seria *quase* perfeita, o que já seria espantoso para um autor que nem dividia numericamente seus capítulos, nem tinha a facilidade tecnológica necessária para contar caracteres. Contudo, o fato é que a primeira frase do capítulo 11 (*iam hinc ergo nobis inchoanda est ea pars artis ex qua capere initium solent qui priora*

³ A edição de Winterbottom/Reinhardt inclui um apêndice que expõe detalhadamente as diferenças, de exposição e disposição, entre o tratamento de Quintiliano e o de outras *artes*.

⁴ Como admite o próprio Quintiliano: *dilata parumper illa quae sola uulgo uocatur arte rhetorica* (II, 4, 1), referindo-se, justamente, à segunda parte do livro II.

omiserunt) possui continuação: *quamquam* (...). Logo após anunciar que começa a outra metade do livro, Quintiliano usa uma oração concessiva para criar uma digressão – que durará todo o capítulo 11 e o 12 – em que argumenta contra os que acham que é possível ser um orador completo sem educação técnica⁵. Ora, o tema dessa digressão não é exatamente nem um dos *prima apud rhetorem elementa*, nem parte de *ipsa rhetorices substantia*. Pode-se dizer que é uma resposta à seguinte pergunta: a *ars* é um assunto que interessa aos fins do *rhetor*? Trata-se de um assunto intermediário, que visa a mostrar a relação de necessidade mútua entre os grupos dos livros I-II e III-XI⁶. Assim sendo, não cabe falar desses capítulos como integrantes da segunda metade do livro II; ao invés, os capítulos 11-12 compõem uma digressão independente entre as duas metades do livro, e a segunda metade propriamente dita só começa no capítulo 13.

Assim, a estrutura do livro II pode ser esquematizada do seguinte modo: capítulos 1-10 (*prima apud rhetorem elementa*, questões pedagógicas concernentes ao professor de retórica); 11-12 (a necessidade da *ars* para a educação do orador); 13-21 (*ipsa rhetorices substantia*, questões teóricas preliminares e fundamentais sobre a arte retórica); de modo que os dois assuntos explicitamente atribuídos por Quintiliano, no prólogo, ao livro II, recebem uma extensão textual quase idêntica, com uma digressão intermediária que serve de elo entre eles – e, com mais razão, entre os dois primeiros livros e o restante da obra. Acreditamos que isto descreve razoavelmente bem a estrutura geral do livro II e seu papel específico na organização da obra. Passemos, pois, a um exame mais detalhado do conteúdo do livro.

Quintiliano inicia o primeiro capítulo tomando posição numa polêmica entre *grammatici* e *rhetores*, isto é, entre os representantes dos dois graus de ensino mais importantes em Roma. Os *grammatici* tinham dois assuntos: *scientia recte loquendi et poetarum enarratio* (*Inst.* I, 4). O primeiro era semelhante ao estudo gramatical que ainda hoje se faz nas escolas, e tinha por objetivo desenvolver na criança a habilidade de usar corretamente o idioma em questão (que podia ser o latim ou o grego). O segundo,

⁵ De fato, o capítulo 13 começa com uma referência ao *genus praeceptorum*, isto é, um retorno rápido e preciso ao que seria a introdução de uma *ars dicendi*.

⁶ Russell prefere fazer dos capítulos 11 e 12 elementos da primeira metade (*prima apud rhetorem elementa*), mas é notável que eles fogem a esse tema. Com mais justiça, seriam considerados prefácios à segunda metade – o que defende Granatelli (1995, p. 137); consideramos, porém, que o capítulo 13 cumpre essa função de modo mais apropriado, porque suas observações dizem respeito à *ars*, enquanto os dois capítulos anteriores são um excuro que não se enquadra exatamente em nenhuma das duas metades. Concordamos com Winterbottom: “o contraste [entre Quintiliano e os naturalistas, nos capítulos 11-12] visa a conectar as duas metades do livro” (p. 35).

por sua vez, visava a interpretar poemas, mas acabava por ultrapassar os limites da versificação e abranger estudos de mitologia, geografia, biologia e muitas outras disciplinas⁷. Assim se consolidava no estudante a destreza necessária para transitar de modo adequado (isto é, segundo o *decorum*) entre palavras e coisas – *res* e *verba* – a qual constituía requisito para obter a educação propriamente retórica (responsabilidade dos *rhetores*). Ambas as posições existiam também na Grécia helenística, com funções bem marcadas e, portanto, facilmente distinguíveis; em Roma, porém, aparentemente ocorria uma guerra silenciosa – ou melhor, se aceitarmos a imagem usada por Quintiliano, uma “invasão territorial” progressiva e consentida pelas próprias vítimas⁸.

A esse respeito, eis o que nos diz o autor. Os donos *de iure* da “terra” invadida eram os *rhetores*, que se haviam restringido à prática das *controversiae* e *suasoriae* – exercícios avançados em que se escrevia e apresentava publicamente um discurso dentro de uma situação-problema fictícia. Esses exercícios eram as chamadas *declamationes*, e ofereciam, como diz Bloomer, “uma versão preliminar dos discursos públicos, em que as regras da invenção de argumentos e até a avaliação eram mais claras e simples” (2007, p. 298). Na qualidade de exercícios supremos, e em parte por seu caráter de exposições públicas, as *declamationes* atraíam muita atenção e acabaram por tornar-se o foco dos professores de retórica – que, por causa delas, abandonaram o ensino dos exercícios mais simples e menos chamativos. Os *grammatici*, por sua vez, naturalmente desejosos de maior prestígio, ficaram contentes em assumir a responsabilidade pelos primeiros exercícios de retórica, chegando em alguns casos a matérias retóricas avançadas⁹. “Assim”, diz Quintiliano, “e isto é o mais ridículo – parece que não se pode enviar um menino ao mestre de declamação antes que saiba já declamar” (II, 1, 3). E quando se discute em que momento o aluno deve ser transferido do *grammaticus* para o *rhetor*, sua resposta é “quando for capaz” (II, 1, 7).

Pode ser útil acrescentar a essa exposição alguns detalhes. Os *grammatici* gregos, que se contentavam com suas próprias atribuições (*Inst.* I, 9, 6), costumavam continuar com seus alunos mesmo depois que eles entravam na escola do *rhetor*;

⁷ Nesse sentido diz Quintiliano que a *grammaticae* “abraçou o conhecimento de quase todas as artes maiores” (II, 1, 4).

⁸ “Os retores gregos preservaram até agora esse princípio, mas os latinos o perderam de vista” (*Inst.* II, 1, 13).

⁹ “ad prosopopoeias usque et ad suasorias, in quibus onus dicendi vel maximum est” (II, 1, 8). O trecho é controverso, sendo modificado de diversos modos a depender do editor, mas em geral se aceita a ideia de que os *grammatici* estavam ensinando exercícios muito avançados de retórica.

procedimento aprovado por Quintiliano¹⁰. Os latinos, porém, seguiam um método diferente: a princípio, segundo Suetônio, os professores de retórica em Roma eram os mesmos que ensinavam a *grammatices*¹¹. Isso pode ter ajudado a criar o problema posterior. O professor, sendo ora *grammaticus*, ora *rhetor*, preparava seus alunos da primeira fase pensando na segunda, e daí teriam surgido alguns exercícios preliminares de responsabilidade do *grammaticus*, que porém já visavam de alguma maneira ao curso do *rhetor* (“problemata, paraphrasis, allocutiones, ethologias atque alia hoc genus”)¹². Esses exercícios preparatórios poderiam ter aberto o caminho para que o trabalho do *rhetor* fosse progressivamente tomado, como pretende Quintiliano.

A questão gira, portanto, em torno da pertinência ou não de certos exercícios aos *grammatici*. Não se trata, naturalmente, dos exercícios que os próprios *grammatici* haviam desenvolvido – e sim daqueles que anteriormente eram próprios do *rhetor*. São esses os que tradicionalmente recebem o nome de *progymnasmata*. Na opinião de Quintiliano, o retor deve ser responsável por todos os exercícios desde a *narratio*¹³. Restavam, pois, ao *grammaticus*, a fábula (*fabula*), a máxima (*sententia*), a anedota (*chria*) e a etiologia ou etologia (*aetiologia/ethologia*), que foram examinados no livro anterior¹⁴. Os exercícios restantes serão discutidos por Quintiliano no capítulo 4.

Antes, porém, de entrar em mais detalhes sobre os *progymnasmata*, Quintiliano considera importante avaliar o caráter do professor (cap. 2). Primeiro, ele deve ser moralmente irrepreensível, amado, respeitado e imitado pelos alunos; segundo, deve ser capaz de controlar a classe e administrar as diversas idades e temperamentos, para que os discípulos também não façam nada imoral entre si, e para que a disciplina escolar desenvolva neles traços de caráter desejáveis. Escolas são ambientes arriscados,

¹⁰ “não receemos que dois professores sobrecarregarão o menino; afinal, o trabalho, que hoje é feito confusamente por um só, não aumentará, mas será dividido, e cada um, lecionando o que lhe é próprio, será mais útil” (II, 1, 13).

¹¹ “Veteres grammatici et rhetoricam docebant, ac multorum de utraque arte commentarii feruntur. Secundum quam consuetudinem posteriores quoque existimo, quanquam iam discretis professionibus, nihilo minus vel retinuisse vel instituisse et ipsos quaedam genera institutionum ad eloquentiam praeparandam, ut problemata, paraphrasis, allocutiones, ethologias atque alia hoc genus; ne scilicet sicci omnino atque aridi pueri rhetoribus traderentur” (De Gramm., 4).

¹² Essa é, ao menos, a opinião de Suetônio (ibid.).

¹³ II, 1, 8.

¹⁴ Cf. I, 9. Quintiliano os chama ali de *dicendi primordia*, reconhecendo seu parentesco com a oratória e, portanto, com o *rhetor*, mas permite que o *grammaticus* os ensine mesmo assim. Porém, em comparação com Élio Teão, por exemplo, verifica-se que a versão desses exercícios em Quintiliano é simplificada e perde boa parte do seu caráter propriamente retórico: “in realtà tutti gli esercizi che Quintiliano assegna al grammatico assumono una fisionomia più semplice rispetto ai medesimi esercizi che gli autori greci assegnano al retore” (GRANATELLI, 1995, p. 144).

especialmente se meninos mais novos são ensinados juntamente aos mais velhos – a preocupação central aqui é com a possibilidade de um *flagitium manifestum*, um escândalo moral, provavelmente de natureza sexual. A maior parte do capítulo, porém, é ocupada por conselhos práticos para administrar uma turma.

Além disso, é preciso rejeitar a opinião vulgar de que no princípio é melhor ter um professor medíocre (cap. 3). “Se escolhermos o medíocre primeiro, redobramos a carga do próximo professor; e antes de ensinar será preciso desensinar, o que é mais difícil” (II, 3, 2). Além disso, embora o senso comum seja que o melhor professor não aprecia ou não consegue rebaixar-se a assuntos menores, a verdade é que quanto mais douto, mais claro, preciso e fluente será o seu discurso sobre qualquer tema, e mais adaptado à inteligência de seus ouvintes. Tampouco é razoável pensar que alguém possa destacar-se nas disciplinas mais elevadas sem ter dominado as inferiores. Por fim, cumpre notar que os alunos do melhor professor também serão melhores para a imitação natural que ocorre entre colegas de classe.

Chegamos então aos *progymnasmata*: primeiro a narração (II, 4, 1-7, incluindo uma digressão sobre como corrigir exercícios dos alunos), em seguida refutação e confirmação (II, 4, 18-19), encômio e invectiva (II, 4, 20-21), lugares comuns (II, 4, 22-23), teses (II, 4, 24-32) e discussão de leis (II, 4, 33-40). Os *progymnasmata* (“exercícios preparatórios”) foram descritos por retóricos gregos entre os séculos I e IV d.C. e, em latim, por Quintiliano¹⁵. Dos gregos, apenas quatro tratados sobre os *progymnasmata* chegaram até nós: os atribuídos a Élio Teão, Hermógenes, Aftônio e Nicolau de Mira¹⁶.

Embora o termo *progymnasmata* apareça na Retórica a Alexandre¹⁷, os comentadores concordam que seu sentido ali é genérico, e que portanto não há indícios de que esses exercícios já existissem no século IV a.C. O momento exato em que surgiram é incerto, e a primeira obra latina que os lista é justamente a de Quintiliano, no fim do século I d.C (THANIEL, 1973, p. 6). A tradução latina de maior popularidade, *praeexercitamina*, deriva de uma adaptação, feita por Prisciano, do tratado de

¹⁵ Há referências mais ou menos valiosas na Retórica a Herênio (p. ex. uma *chria* completa, ali chamada *expollitio*, em IV, 44, 56-58) e em algumas passagens de Cícero (*De Inv.* I, 41, 75; I, 53, 100ff; II, 59, 177-178; *De Orat.* I, 154; I, 158; II, 10, 43ff) e Suetônio (*De Gramm.* 4), mas nenhum outro tratamento técnico como o de Quintiliano.

¹⁶ Libânio escreveu modelos de *progymnasmata*, mas não um tratado.

¹⁷ (*Rhet. ad Alex.* 28, 1436a, 25). Alguns editores contestam até mesmo a presença da palavra: Usener propõe *kata ta prostagmata*, isto é, “segundo as instruções” dadas anteriormente.

Hermógenes; até então, os latinos se referiam a esses exercícios de diversos modos, sendo particularmente feliz a expressão *primae exercitationes*, de Quintiliano (II, 4, 36).

O objetivo de cada exercício era desenvolver alguma faculdade que, segundo se esperava, seria útil na construção de um discurso completo. O gênero de retórica judicial, por exemplo, pede que se narre o ocorrido para estabelecer quais foram as circunstâncias do ato – de modo que depois seja possível defini-lo como crime ou não. Por isso, há um *progymnasma* chamado *narratio*, que consiste basicamente em contar uma estória. Supõe-se que a prática desse exercício, auxiliada por instruções específicas quanto ao modo de tratá-lo, desenvolva a mesma habilidade que será convocada no momento das *controversiae* e, posteriormente, no próprio tribunal. Observe-se o prefácio de Teão:

There is no secret about how these exercises are very useful for those acquiring the faculty of rhetoric. One who has expressed a *diégêsis* (narration) and a *mythos* (fable) in a fine and varied way will also compose a history well and what is specifically called “narrative” (*diégêma*) in hypotheses — historical writing is nothing other than a combination of narrations — and one who can refute or confirm these is not far behind those speaking hypotheses, for everything that we do in judicial hypotheses is there as well (I, 60; tradução de Kennedy)¹⁸.

“Hypotheses” (gr. ὑποθέσεις) corresponde, no latim de Quintiliano, às *quaestiones finitae* ou *causae*, isto é, discursos que tratam de um caso determinado – em oposição às *theses* ou *quaestiones infinitae*, que respondem a perguntas abstratas sem considerar pessoas e circunstâncias específicas. Em outras palavras, Teão afirma que os *progymnasmata* são preparações para a carreira oratória (que consiste de ὑποθέσεις) e até para outras (como a historiografia). Esse é o procedimento seguido no prefácio inteiro: os *progymnasmata* são justificados um a um, sempre enfatizando sua utilidade numa carreira literária ou retórica. O mesmo pode verificar-se em Quintiliano, embora sua atenção se concentre especialmente na futura carreira de orador:

(...) um aluno será mais apto à história; outro, disposto para a poesia; aquele será eficaz no estudo do direito; e alguns talvez devam ser mandados ao campo... assim, o mestre de eloquência deverá discernir tais aptidões, como o professor de ginástica, de quem falei acima, fará de um aluno um corredor, do outro um pugilista, de outro ainda um

¹⁸ Ὡς δὲ καὶ παντελῶς εἰσιν ὠφέλιμα τοῖς τὴν ῥητορικὴν δύναμιν ἀναλαμβάνουσιν, οὐδὲ τοῦτο ἄδηλον. ὁ τε γὰρ καλῶς καὶ πολυτρόπως διήγησιν καὶ μῦθον ἀπαγγέλλας καλῶς καὶ ἱστορίαν συνθήσει, καὶ τὸ ἰδίως ἐν ταῖς ὑποθέσεσι καλούμενον [ἴδιον] διήγημα (οὐδὲ γὰρ ἄλλο τί ἐστὶν ἱστορία ἢ σύστημα διηγήσεως) [ὅταν] ὁ ἀνασκευάσαι ταῦτα ἢ κατασκευάσαι δυνάμενος, μὴ μικρὸν ἀπολείπηται τῶν τὰς ὑποθέσεις λεγόντων. πάντα γὰρ ὅσα ποιοῦμεν ἐν ταῖς δικανικαῖς ὑποθέσεσι, καὶ ἐνταῦθ' ἔστι.

lutador ou um atleta de algum dos jogos sagrados. Em contrapartida, o aluno destinado ao fórum deve trabalhar, não uma só matéria, mas todas aquelas que lhe dizem respeito, inclusive as que talvez lhe pareçam, ao estudá-las, muito difíceis (II, 8, 7-8).

Nota-se a preocupação desses autores em fornecer uma educação completa, que prepare o aluno para as carreiras mais nobres – e consideram que a fonte comum para essa educação são os *progymnasmata*. Os mesmos princípios norteiam Teão e Quintiliano¹⁹: os *progymnasmata* representam *maiorum quasi membra atque partes* (II, 10, 1), isto é, estão para o discurso completo como os braços e pernas estão para o corpo humano. Quintiliano mescla os conselhos técnicos com alguns de natureza psicopedagógica, por assim dizer, como a ideia de que, ao julgar as *narrationes* das crianças, haja tolerância para com a ambição e a ousadia, pois o *iudicium* futuro precisará de matéria-prima abundante sobre a qual trabalhar.

Em II, 5, Quintiliano recomenda que o *rhetor* promova a leitura analítica de historiadores e oradores. O procedimento é controverso, por dois motivos: primeiro, o costume é trabalhar em declamações dos próprios alunos – coisa que agrada aos pais, que desejam ver seus filhos brilhar o mais cedo possível; segundo, o próprio autor não dispôs de circunstâncias adequadas para implantar a prática. Mesmo assim, Quintiliano acredita que será produtivo fazer esforço nesse sentido. Ao discutir o que os iniciantes devem ler (II, 5, 18-24), enfatiza Tito Lívio e Cícero, e aconselha evitar autores muito antigos, como os Gracos (que foram grandes em seu tempo, mas para o padrão pós-ciceroniano são excessivamente rudes), ou contemporâneos (pois, embora Quintiliano admita valor em autores recentes, há o risco de apresentarem sinais de decadência e, assim, prejudicarem a formação do senso crítico dos meninos). Tanto os antigos quanto os modernos poderão ser lidos depois, quando o *iudicium* estiver devidamente formado, e os alunos puderem, assim, compreender suas virtudes e seus vícios de modo mais prudente.

Nos capítulos 6-9, analisam-se diversas questões pedagógicas. Primeiro (cap. 6), o método de propor os exercícios: é importante oferecer um exemplo próprio no qual os alunos se baseiem, mas também é preciso atentar para o modo de corrigi-los e auxiliá-los individualmente. Em seguida (cap. 7), um alerta contra a memorização de exercícios feitos pelos próprios alunos, que agrada aos pais, mas contraria o princípio de alimentar

¹⁹ Granatelli (1995) faz uma análise completa da relação de Quintiliano com os *progymnasmata*; uma comparação detalhada de Quintiliano com outros autores de *progymnasmata* encontra-se em Thaniel (1973).

a memória com material de máxima qualidade. Quintiliano insiste também (cap. 8) que, embora seja necessário adaptar o ensino à natureza individual do aluno, nem por isso se deve fazer vista grossa aos seus pontos fracos, mas procurar desenvolvê-lo o quanto for possível em todos os aspectos. Por fim (cap. 9), os deveres dos alunos devem ser observados, mormente o de amarem seu professor.

No capítulo seguinte, de número 10, Quintiliano dá sua opinião sobre as declamações – isto é, o exercício máximo de retórica, uma “simulação de discurso” que se dividia em *controversiae* (tema forense) e *suasoriae* (tema deliberativo). O assunto é controverso porque as declamações sofriam então pesadas críticas de diversos autores (como veremos adiante). O capítulo pode ser esquematizado a partir dos seguintes tópicos: 1) Declamar é um exercício muito proveitoso para a formação do orador; 2) O tema das declamações deve ser tão próximo da realidade quanto possível; 3) O modo mesmo de declamar deve imitar o discurso real; 4) Declamadores indulgentes e ignorantes estão entre os principais responsáveis pela decadência da oratória romana.

A contradição entre a primeira afirmação e a quarta é apenas aparente. Declamar, diz Quintiliano, é um exercício bom por natureza (*quod natura bonum est*), mas foi “corrompido” pelos professores de retórica (*culpa docentium*). O uso do verbo *corrumpere* leva-nos, naturalmente, a pensar no tratado *De causis corruptae eloquentiae*, infelizmente perdido, em que provavelmente – considerando que ambos os textos, sendo do mesmo autor, refletissem ideias semelhantes – a declamação figuraria como elemento fundamental da degeneração retórica em Roma.

A importância deste capítulo é grande porque ele responde a certos questionamentos ao exercício da declamação que já se tornavam comuns. Esses questionamentos geralmente diziam respeito à distância entre a declamação e o discurso real, que se dava nos tribunais e assembleias. Nas *Controvérsias* de Sêneca Velho, por exemplo, temos acesso a uma argumentação atribuída a Votieno Montano (IX, Praef.), que está a justificar-se por nunca ter feito declamações. Votieno alega que teme adquirir um mau hábito (*ne male adsuescam*), uma vez que declamações são escritas para agradar, e não para conseguir um resultado prático: *qui declamationem parat, scribit non ut vincat sed ut placeat*. Daí os declamadores se desinteressarem dos argumentos, que entediam o auditório e são difíceis de encontrar, em favor de recursos como as famigeradas frases de efeito (*sententiae*). E esse vício acaba por segui-los mesmo quando estão pleiteando uma causa real no fórum.

Votieno acrescenta ainda duas diferenças entre a declamação, enquanto exercício escolar com assunto fictício, e o discurso profissional, motivado por circunstâncias reais: primeiro, que os declamadores podem inventar muitos elementos da causa, inclusive os argumentos do adversário, sem ter que adaptar-se às agruras da realidade impassível; segundo, que as condições da *performance* real são totalmente diferentes, e em grande parte mais adversas que aquelas encontradas num salão de declamações. Ocorre, assim, que os declamadores não se treinam para suportar o escárnio, o barulho, a ausência de aplausos e até mesmo o céu aberto, que estão frequentemente presentes num discurso judiciário ou deliberativo real. Nota-se que a ênfase de Votieno é sempre na distância entre o exercício e a realidade, simbolizados respectivamente pela sombra das escolas e pela luz do sol (que se pode ver quando se discursa no fórum).

Em Petrônio (1-2) vemos, mais uma vez, uma crítica às declamações – e, mais uma vez, o ponto fulcral é sua distância da realidade. É particularmente interessante, porém, que no *Satyricon* a discussão se volte para o exercício escolar, e não apenas para as declamações públicas (feitas por oradores profissionais) – que eram o foco de Votieno Montano. De fato, questiona-se a utilidade mesma da declamação, como prática pedagógica, para a formação dos jovens. O embasamento da crítica continua sendo, porém, a diferença entre exercício e prática oratória real:

E por isso julgo eu que as escolas fazem dos rapazinhos uns imbecis: pois eles não ouvem ou veem nada do que efetivamente usamos. Em vez disso, tome piratas acorrentados na praia; tome tiranos escrevendo decretos, com os quais se obriguem filhos a decapitar seus pais; tome oráculos de epidemias, pelos quais se sacrifiquem três virgens – ou mais; tome rodeios verbais melosos, e tudo o que se faz ou se diz é como que salpicado de sementes de papoula e gergelim (*Sat.* c. 1)²⁰.

Vale também mencionar a sequência de *exempla* que se seguem, visando a mostrar que os grandes escritores gregos não se formaram com declamações – e, portanto, que esse exercício não possui qualquer autoridade pelo critério da experiência passada. A resposta do personagem Agamenão (um *rhetor* ele mesmo) é que os professores são obrigados a usar esses exercícios corruptores para agradar aos alunos e,

²⁰ “Et ideo ego adulescentulos existimo in scholis stultissimos fieri, quia nihil ex his, quae in usu habemus, aut audiunt aut vident, sed piratas cum catenis in litore stantes, sed tyrannos edicta scribentes quibus imperent filiis ut patrum suorum capita praecidant, sed responsa in pestilentiam data, ut virgines tres aut plures immolentur, sed mellitos verborum globulos, et omnia dicta factaque quasi papavere et sesamo sparsa”.

portanto, aos pais relapsos e coniventes, que mimam seus filhos em vez de pensar em procurar para eles uma educação sólida.

Ora, segundo Quintiliano, a declamação teria surgido da necessidade de preparar-se para o fórum. Teria, portanto, uma função eminentemente pedagógica e preparatória – em termos mais modernos, tratar-se-ia de uma “simulação”. As supracitadas críticas à falta de realismo da declamação se refeririam, pois, na opinião de Quintiliano, não à essência dessa prática, mas a características corruptas que ela adquiriu no presente momento. No capítulo 10, levantam-se quase que as mesmas observações feitas por Votieno Montano e Petrônio, mas desta vez elas se colocam em defesa das declamações “originais”, as quais refletiam a realidade e se voltavam para a vitória prática – não para o prazer de um auditório.

Essa postura teórica, porém, focada no uso “utilitário” do discurso (aquele que diz respeito ao uso da retórica para resolver problemas reais, que requerem uma vitória efetiva), poderia sugerir certa rejeição do aspecto “exibicionista” das declamações profissionais, especialmente quando vemos o discurso “não-utilitário” ser comparado ao teatro e à simples loucura:

Aqueles, porém, que julgam ser todo o produto da declamação completamente diverso dos processos judiciais, desde logo não percebem sequer o motivo pelo qual essa técnica foi inventada. Pois se não prepara ao fórum, é mui semelhante a exibições teatrais ou chiliques ensandecidos (Quint. *Inst.* II, 10, 7-8)²¹.

De fato, o termo *ostentatio*, posto aqui no contexto do teatro, é o mesmo utilizado pelo autor da *Institutio* ao tratar da declamação que visa ao deleite (II, 10, 10-14): *si uero in ostentationem comparetur declamatio*, etc. É de notar que Sêneca Velho, que também usa *ostentatio* para referir-se à declamação pública, reserva o termo *exercitatio* para os exercícios privados²², enquanto Quintiliano parece admitir que também as declamações *escolares* possam ser compostas, às vezes, *in ostentationem* (*ibid.*). Em outras palavras, Quintiliano permite – de modo bastante peculiar, considerando-se sua defesa da *victoria* prática – que as escolas treinem o jovem estudante também no discurso para “exibição”. Esse gênero de discurso, contudo, deve observar algumas regras específicas:

²¹ “Totum autem declamandi opus qui diuersum omni modo a forensibus causis existimant, hi profecto ne rationem quidem qua ista exercitatio inuenta sit perident; nam si foro non praeparat, aut scaenicae ostentationi aut furiosae uociferationi simillimum est”.

²² cf. Sen. *Contr.* (IX, Praef. 1; IV, Praef. 2; X, Praef. 4).

A declamação [ostentatória], portanto, como é a imagem da eloquência judicial e deliberativa, deve assemelhar-se à vida real; mas como possui um elemento epidíctico, deve possuir algum grau de elegância (II, 10, 12).

A análise é interessantíssima, pois associa as declamações *in ostentationem* ao gênero demonstrativo ou epidíctico, posicionando-as enfim num local intermédio entre esse e os dois outros gêneros. O fundamento dessa mistura é que, embora a declamação imite um discurso judicial ou deliberativo, ela é composta, *na verdade*, como um jogo para agradar a plateia (o que é próprio do gênero demonstrativo). Considerando-se, pois, esse seu lugar específico, tais declamações possuem a prerrogativa de usarem mais abertamente da *ars*, embora ainda tenham o dever de assemelhar-se à realidade do discurso judicial ou deliberativo. Deve haver, portanto, um equilíbrio, que é comparável ao dos atores cômicos – os quais se valem de uma elocução próxima da fala cotidiana, mas não podem imitá-la muito de perto porque, se não mostrarem uma arte superior no discurso, perderão sua força própria (II, 10, 13).

Pode ser relevante lembrar também *Inst. X, 5, 14*, em que Quintiliano volta brevemente ao tema da declamação. Seu juízo é que declamar (sob a condição, como sempre, de não se afastar da realidade) é muito útil, não apenas ao jovem discípulo (*dum adolescit profectus*), mas mesmo ao orador consumado e famoso (*consummatus ac iam in foro clarus*). Há aqui, contudo, um esclarecimento importante. Para o jovem estudante, declamações exercitam a *inventio* e a *dispositio*; do ponto de vista do orador feito, por outro lado, elas alimentam, dão brilho e renovam as energias já exauridas pelos ásperos litígios. Já em II, 10, 5-7 fora permitido aos alunos declamar sobre temas mais fantásticos, contanto que isso fosse feito de modo recreativo, e contrabalançado por uma “sangria” de exercícios práticos.

Vê-se que, embora Quintiliano faça as mesmas críticas aos declamadores, ele as restringe à versão “corrupta” da declamação, e atribui à sua versão “pura” a utilidade máxima dentre todos os exercícios de retórica. A proeminência da declamação deve-se a dois fatores: primeiro, que nela todos os *progymnasmata* se encontram numa construção harmoniosa; segundo, que ela fornece ao estudante uma imagem próxima à realidade da prática oratória (*Inst. II, 10, 1-3*). Por isso mesmo, deve ser tratada com máxima diligência: quanto ao modo de declamar, deve ser idêntico ao do discurso real; quanto à formulação dos temas, pode e até deve engrandecer-se, contanto que não extrapole os limites do possível e do utilizável em circunstâncias reais.

Como Petrônio, ele reconhece que a declamação é historicamente recente; como Votieno Montano, confessa que há uma ênfase exagerada em agradar aos ouvintes, e um distanciamento da realidade e da obrigação de obter a vitória efetiva. Não aceita, contudo, que a irrealidade seja uma característica essencial da declamação: afirma justamente o contrário. Não obstante, surpreende ao observar que a *ostentatio* não é um mal em si, e que pode perfeitamente ser observada em certos tipos de declamação – contanto que seja harmonizada com a imitação da realidade, e que não substitua aquelas *controversiae* e *suasoriae* “puras”, que visam à preparação do estudante para causas reais²³.

A exposição do método pedagógico, em *Inst.* II, 1-10, culmina numa reflexão (capítulos 11-12) sobre a necessidade de aprender a retórica como *ratio*, isto é, dentro de certo enquadramento teórico. Diz Quintiliano que, antes de começar a tratar dos temas que normalmente são discutidos pelos autores de manuais (*artes*), precisa remover um obstáculo – a saber, a tese de que a habilidade natural, associada ao exercício, seja o único fator determinante na formação do orador²⁴. Primeiro, trata-se de demonstrar que o método faz diferença na formação: para tanto, Quintiliano ressalta, por exemplo, a desordem e a falta de unidade dos discursos produzidos sem conhecimento da arte. Afinal, bárbaros e escravos também conseguem alguns efeitos intensos (como *sententiae* e *loci communes* engenhosos) no discurso; se bastasse a natureza, a retórica não seria teorizável. *Si hoc sat est, nulla est ratio dicendi* (II, 11, 7).

Em segundo lugar (cap. 12), é preciso discutir a opinião segundo a qual a arte seria *prejudicial*, de modo que oradores “espontâneos” possuiriam mais força do que os treinados. Reconhecendo embora a existência de certo charme na desordem e no despreparo daqueles oradores, compara-o Quintiliano à impressão que temos de que objetos bagunçados estejam em maior número do que quando organizados, ou de que seja mais forte quem arromba uma tranca do que quem a abre à chave. O que se chama de força, nesses casos, não passa de violência; seu impacto sobre os ouvintes pode ser maior, mas suas chances de vitória são inferiores. Entretanto, parece haver quem defenda tais posições: Quintiliano nos oferece um rol de anedotas sobre esses

²³ O reconhecimento parcial, por parte de Quintiliano, da validade da *ostentatio*, e sua subordinação à *utilitas*, é examinado por Greer (1925). A estrutura de II, 1-10 é analisada em detalhe por Granatelli (1995).

²⁴ “natura sua et uulgari modo scholarum exercitatione contenti” etc (II, 11, 1).

“naturalistas”, observando que entre eles há não apenas oradores profissionais, mas até professores de retórica.

O excuro sobre a necessidade de uma *ratio dicendi* prepara o leitor para iniciar, na segunda metade do livro, a discussão dessa mesma *ratio* – por meio da definição da retórica e do estabelecimento de seu estatuto entre as artes, ciências e virtudes. Antes, porém, Quintiliano opta por esclarecer que tipo de regras está disposto a oferecer, e qual é seu lugar na formação do orador (cap. 13). A *ars* não é onipotente; as circunstâncias dos processos exigem uma grande variedade de atitudes, a serem julgadas não por regras de manual, mas segundo o *útil* e o *apropriado* em cada caso (II, 13, 8).

Depois de discutir rapidamente (cap. 14) a origem grega do substantivo “retórica”, seus possíveis equivalentes em latim, e sua divisão em “arte, artífice, obra”, Quintiliano faz uma doxografia das definições de retórica (cap. 15). A questão central a dividir os teóricos, se aceitarmos a interpretação de nosso autor, é a existência ou não de um elo indissolúvel entre as virtudes morais e a arte do discurso: noutras palavras, a validade da definição catoniana do orador como *vir bonus dicendi peritus*.

Ora, na *Institutio* define-se a retórica como “ciência de discursar bem” (*bene dicendi scientia*, II, 14, 5). Portanto, não há no orador apenas “talento inato” (*ingenium, natura*) ou “hábito” (*peritia*), mas instrução (*doctrina*) sistemática (*ordine*). Ademais, a definição leva em conta, por meio do advérbio *bene*, a excelência técnica ao mesmo tempo que a moral. O orador deve ser perfeito (*perfectum*), correto (*vir bonus*) e não resumir suas habilidades à perícia no falar (*non dicendi modo eximiam in eo facultatem*), mas estendê-las a todas as potências da alma (*omnis animi virtutes*)²⁵. Além disso, o orador é *honestorum et turpium peritus*, com *utilitate perspecta* e nunca *iustitiae ignarus*²⁶. Quintiliano é, então, favorável ao componente moral na definição da arte; e ao defendê-lo, é de suma importância eliminar o conceito de “persuasão”, que comporta ambiguidade moral²⁷.

Para esse fim, Quintiliano apresenta um argumento forte: muitas outras artes e práticas também persuadem, por diversos meios. Ainda que especifiquemos, como

²⁵ “Oratorem autem instituimus illum perfectum, qui esse nisi uir bonus non potest, ideoque non dicendi modo eximiam in eo facultatem sed omnis animi uirtutes exigimus” (1.1.9).

²⁶ “perito no que é certo e errado”, “tendo examinado a utilidade”, e não “ignorante acerca da justiça” (2.20.8).

²⁷ “Esses autores pensavam, de modo geral, que o objetivo do discurso se estabelecia ou ‘na persuasão’ ou em ‘falar persuasivamente’. E isso de fato pode ser feito também por quem não seja um homem bom” (II, 15, 3).

Górgias no diálogo homônimo de Platão²⁸, que a retórica é a arte de persuadir *por palavras*, teremos de lidar com o fato de que prostitutas, adutores e sedutores persuadem por palavras. Restaria aos insistentes restringir a matéria da retórica, para diferenciá-la das demais práticas; mais tarde, no capítulo 21, serão adequadamente refutados. Por ora, é preciso retornar a Platão (II, 15, 24-30), que ganhou fama de não considerar a retórica uma arte, mas – segundo a interpretação de Quintiliano – pensava precisamente que a verdadeira retórica só poderia existir com o conhecimento da justiça. Noutras palavras, Platão seria um dos autores a apoiar a tese do *vir bonus*.

Convém, neste ponto, dizer algumas palavras sobre o *vir bonus*, que se tornou talvez a questão mais controversa na *Institutio*. Uma primeira opinião a esse respeito encontra sua expressão erudita num artigo de 1962 de George Kennedy intitulado “An Estimate of Quintilian”. Poderíamos resumi-la como a ideia de que o *vir bonus* ou *orator perfectus* de Quintiliano é uma espécie de estereótipo mais ou menos requintado que, formado segundo os moldes republicanos, não respondia às circunstâncias históricas do próprio autor. Sua motivação poderia ser simples saudosismo, ou servilismo de um funcionário público incapaz de responder à oportunidade, dada a ele pelo imperador, de servir ao novo sistema político com um conceito apropriado. Aproximando-nos da conclusão do artigo de Kennedy, lemos:

One cannot escape the conclusion that Quintilian has not really understood or seized the opportunity offered him by the Flavians of imagining a new type of orator who would be a civil servant with technical training rather than a swayer of Senate and People (p. 146).

A sugestão de que Quintiliano tivesse “perdido o bonde da História” não parece inverossímil, à primeira vista, mas tampouco satisfaz àqueles que enxergam, nesse autor, uma autoconsciência grande demais para que ele ignorasse o fato de que não vivia mais sob uma república. O ensaio *Situation de Quintilien*, de Pierre Grimal (1997), descarta a interpretação exemplificada pelo artigo de Kennedy, reconhecendo a figura do *orator perfectus* como uma forma ideal fixa que, embora se tenha inspirado na grande oratória republicana, tornara-se no período imperial a imagem mesma da unidade cultural romana, que já não poderia desatualizar-se. Defendê-la não significava, pois, alienar-se do momento presente, mas recorrer a uma “ideia eterna” que atuaria sobre o presente por meio da educação. Mais ainda: o *vir bonus*, isto é, o componente

²⁸ 452e.

moral da retórica, não pareceria assim estar deslocado do aspecto técnico, justamente porque já não falamos de uma *ars* com fins puramente utilitários, mas de um símbolo cultural – e, portanto, moral. Ainda segundo Grimal, esse símbolo não era tão desprovido de substância prática como às vezes se acredita: a oratória ainda era um meio de subir na vida (cf. Suetônio, *De Rhet.*, 1) e, nas províncias, possuía grande importância na administração municipal e no processo de ascensão política.

Winterbottom (1964), que reconhece alguma validade a ambas as posições supracitadas, encontra uma terceira via: o motivo do conceito de *vir bonus* seria o combate aos *delatores*, oradores que subiam de vida mediante denúncias de conspirações. Associando aos *delatores* as críticas aos “naturalistas” (caps. 11-12), Winterbottom especula que fossem eles os *viri mali dicendi imperiti* que teriam motivado, historicamente, a preocupação de Quintiliano com o estabelecimento de uma educação moral indissolivelmente ligada ao treinamento técnico. Seu artigo se opõe também à opinião de que o *vir bonus* é um conceito de motivação puramente teórica – ideia que discutiremos a seguir, em duas vertentes.

Uma tese desse gênero, de Walzer (2003), é que o *vir bonus dicendi peritus* não seria nada mais que o “sábio” estoico mesclado à eloquência ciceroniana. O objetivo último da *Institutio* seria formar um indivíduo com todas as excelências morais e filosóficas do estoicismo e, além disso, com o poder da oratória conforme concebida por Cícero. Brinton (1983), por sua vez, embora mantenha o enfoque especulativo, propõe interpretar a noção de *vir bonus* a partir da filosofia platônica (especialmente do *Fedro*), atentando assim para os possíveis motivos profundos da longa análise de Platão feita por Quintiliano no capítulo 15 do livro II. Embora todos esses autores não bastem para obter uma noção completa das discussões em torno do *vir bonus*, acreditamos que representam apropriadamente as linhas-mestras do debate, o que é suficiente para nosso propósito. Voltemos, pois, à exposição do livro II.

Os próximos capítulos (16-21) continuam respondendo a aspectos do debate teórico sobre a arte retórica; por meio da doxografia de Quintiliano, é possível ver que, desde o tempo de Aristóteles, essas discussões tinham atingido elevado grau de sofisticação. A investigação sobre a utilidade da retórica (cap. 16), por exemplo, absorvera as críticas de Platão no *Górgias* e já possuía uma extensa gama de acusadores e defensores. Os inimigos da arte, como é de se esperar, recordavam o seu uso imoral: é o instrumento dos demagogos, dos acusadores de inocentes e defensores de culpados,

dos conspiradores e sediciosos. Em contrário, poder-se-ia lembrar uma lista de oradores célebres que foram benéficos aos demais cidadãos (como o próprio Cícero, por cuja oratória a sedição de Catilina foi interrompida).

A Quintiliano, porém, o problema parece ser resolvido, indiretamente, quando se define o orador como *vir bonus*: um homem bom só pratica o bem, e o uso imoral da retórica configura uma degeneração ou caricatura da arte – e não sua expressão legítima. Merece destaque, também no cap. 16, a reflexão sobre a fala como dom divino e auxiliar supremo da razão, que culmina num argumento de sabor grego (em que λόγος tem ambos os significados): se a fala, juntamente à razão, distingue-nos dos animais e nos aproxima dos deuses, com muita razão se diria que ela deve ser cultivada acima dos dons restantes, que compartilhamos com bestas e vegetais.

O desafio seguinte (cap. 17) é responder se a retórica é uma arte (τέχνη). Para Quintiliano, evidentemente, a resposta é afirmativa; ele chega a demonstrar incredulidade em relação às objeções que se fazem a essa tese. Alguns alegam que, sendo a oratória uma habilidade inata, ela não provém da arte – o que é desmentido facilmente, já que todas as artes surgem de uma disposição natural. Outros que, enquanto toda arte possui uma matéria (ὕλη), a retórica não tem matéria própria (o cap. 21 é todo dedicado a resolver essa questão). Outros ainda alegam que a retórica se baseia em ideias falsas, coisa inaceitável numa arte; para Quintiliano, contudo, embora o orador possa mentir ou enganar, ele o faz com conhecimento de causa, e não está enganado *ele mesmo*. Portanto, a retórica pode fazer uso de falsidades, como a pintura por vezes provoca uma ilusão tridimensional, mas ela mesma não se engana.

A lista de objeções continua: a retórica não possui finalidade, ou nem sempre atinge seu fim (opiniões já refutadas em II, 15, 38); faz uso de vícios (objeção moral, que Quintiliano resolve com apelo a um pragmatismo de tonalidade estoica – o sábio pode mentir ou trapacear, às vezes, para evitar um mal maior); discursa em favor de lados opostos e contraditórios, e portanto é inconsistente consigo mesma. Esta última tese confunde a arte com suas aplicações particulares; não é a retórica que fala coisas contrárias a si mesma, são as causas individuais que se contradizem. De fato, se fosse um problema visar ao conflito, a luta e a guerra não poderiam ser artes.

Além disso, embora seja possível que dois verdadeiros oradores (*viri boni*) entrem em disputa, nesse caso não se oporá uma “verdade” a outra, e sim um *verossímil* ao outro. Como o verossímil é um conceito aproximativo e probabilístico, não há

contradição entre dois verossímeis: o *mais claro* não é contraditório com o *menos claro*. São gradações da mesma ideia. Assim também o “mais crível” não é contrário ao “menos crível”, nem o “mais verossímil” ao “menos verossímil”. Por fim, a retórica só ensina uma coisa: o que deve ser dito em cada causa. Mesmo que ela ensine, às vezes, a dizer falsidades, não se trata de ensinar “o que não deve ser dito”, pois as falsidades nesse caso serão obrigatoriamente necessárias para a causa – portanto, *devem* ser ditas. Caso contrário, não se trata da verdadeira retórica, *scientia bene dicendi*.

A próxima crítica é que o orador às vezes diz o que não sabe direito, numa causa que não sabe se é justa, para um auditório que não sabe nada. A ignorância do auditório, contudo, não é defeito da arte; e embora o orador às vezes não possa saber exatamente se seu cliente está do lado certo, esse tipo de crítica não se levanta, por exemplo, contra a medicina (que trata dores de cabeça baseada no testemunho dos pacientes, sem ter certeza de sua veracidade). Enfim, o conhecimento parcial, probabilístico ou verossímil é suficiente para os fins da retórica, e não proíbe que ela seja considerada uma arte. O orador pode não ter certeza de que diz a verdade; mas ele sabe se o que diz é verossímil ou não, e essa é a exigência da sua arte. A objeção final é fácil de responder: ela afirma que os oradores às vezes atacam numa causa o que defenderam na outra – mas essa é uma incoerência da pessoa, e não da arte.

Que a retórica é uma arte, prova-se pela sua adequação à definição universalmente aprovada: “percepções concordantes e treinadas para cooperar para um fim útil para a vida” (II, 17, 41). Mas de que tipo (cap. 18)? Usando a distinção tradicional entre disciplinas “teóricas”, “práticas” e “poéticas”, Quintiliano conclui que a retórica é essencialmente “ativa”, mas tem características em comum com os outros dois tipos – pois possui uma faceta contemplativa e, quando compõe discursos ou narrativas históricas, é comparável às artes criativas. Em seguida (II, 19), levanta-se uma questão recorrente: quem contribui mais para a retórica, a arte ou o talento natural? A conclusão é que a natureza é como que a matéria-prima da arte, de modo que, na falta de talento natural, de nada adianta a educação; por outro lado, a natureza aliada à arte produz um resultado muito superior ao do simples talento, por maior que seja.

Continuando seu exame do estatuto da retórica, no início do capítulo 20, Quintiliano passa à discussão do seu caráter de *virtude*. Vale a pena citá-lo:

Uma questão mais importante é se a retórica deve ser considerada uma das artes “indiferentes” – que não podem ser elogiadas ou censuradas

em si mesmas, pois são úteis ou não segundo o caráter do usuário – ou, como muitos (inclusive dentre os filósofos) sustentam, uma virtude. De minha parte, creio que a prática de discursar que muitos seguiram no passado, e ainda seguem hoje, ou é uma não-arte, que é chamada ἀτεχνία (pois vejo muitos correndo para qualquer lugar aonde sua impudência ou fome os leva, sem qualquer método ou letramento), ou então um tipo de arte má, que chamamos κακοτεχνία. De fato, acredito que houve muitos, e ainda há alguns, que devotaram sua habilidade no discurso à ruína dos homens (1-2).

Vê-se que retorna aqui um tema já discutido algumas vezes no livro II, a saber, o uso imoral da retórica, que Quintiliano não aceita como manifestação legítima da arte – a qual, em sentido pleno, só pode ser exercida por um *vir bonus*. Ele vem acompanhado de outro tema recorrente, tratado com ênfase maior nos capítulos 11 e 12: os oradores “naturalistas”, que rejeitam as restrições da técnica e deixam-se guiar por seus impulsos quando chega a hora de discursar. Essas “deturpações” da arte são classificadas, respectivamente, como “perversão da arte” (κακοτεχνία) e “não-arte” (ἀτεχνία). A elas é acrescentada, a seguir, a prática dos declamadores profissionais, classificada como uma “estupidificação da arte” (ματαιοτεχνία), isto é, um grande esforço que visa a um fim inútil ou insignificante. Esses três exemplos são elencados para formarem contraste com a “verdadeira retórica”, que é uma arte e também uma virtude.

O aspecto central da argumentação de Quintiliano neste ponto é que a retórica possui relação intrínseca com a virtude – que, mais uma vez, tem sabor estoico. Primeiro, porque a retórica trata do justo e do injusto, do bom e do mau, do útil e do prejudicial; assim, tem de possuir o conhecimento desses assuntos – e, como é característico da filosofia estoica, Quintiliano parece supor que o conhecimento da virtude traz consigo a própria virtude. Note-se, na citação a seguir, como ele se refere ao *comportamento* corajoso do orador em paralelo ao *conhecimento* da justiça, como se fossem variações do mesmo argumento:

O que fará [o orador] num encômio, se não entende de coisas honradas e torpes? Como poderá persuadir, sem ter compreendido a utilidade? Como pode falar nos tribunais se nada sabe sobre a justiça? Ora! Não pede também a oratória por coragem, uma vez que frequentemente temos que falar na presença de ameaças à ordem pública, frequentemente com risco de ofender os poderosos, e algumas vezes até, como no julgamento de Milão, com soldados armados ao nosso redor? Então, se não é uma virtude, a oratória não pode nem mesmo ser completa (II, 20, 8).

Em segundo lugar, a retórica é o desenvolvimento da capacidade de falar – dom que, ao lado da razão, nos aproxima dos deuses e nos diferencia dos animais – e, assim, destacando-nos das bestas e aproximando-nos da divindade, deveria ser chamada de virtude. Ela também é semelhante à virtude da prudência, porque, assim como esta ensina o que deve ser feito e o que não deve ser feito, aquela ordena o que deve ser dito e o que não deve ser dito. Além disso, tem fundamento na natureza humana, e é semelhante à dialética (que todos admitem ser uma virtude). Pode-se levantar a objeção de que homens maus às vezes discursam de modo eficaz; mas as demais virtudes, como a coragem ou a resistência, também aparecem ocasionalmente em criminosos, sem deixarem de ser virtudes em si mesmas.

Por fim, no capítulo 21 Quintiliano lida com um outro tópico de debate comum: qual seria a matéria (ὑλη) da retórica? Examina-se primeiro a resposta do personagem Górgias, no diálogo platônico homônimo; a matéria seria o λόγος, que pode ser interpretado como a composição discursiva ou como a linguagem em seu sentido mais simples e primário. No primeiro caso, diz Quintiliano, o discurso não é a matéria da retórica, e sim o seu produto (*opus*); no segundo, cabe a objeção feita por Sócrates a Górgias – as palavras referem-se a coisas, e são essas *coisas* que interessam para responder à questão proposta.

Estabelecida a tese de que a retórica fala de *algumas coisas*, que constituem sua matéria, resta delimitar sua abrangência: alguns dirão que ela trata de “questões políticas”, e outros, como Platão no *Fedro* (261a), estenderão seus domínios a questões privadas. Quintiliano assente ao segundo grupo, e defende mesmo que a retórica possui uma matéria tão diversa que sua melhor definição é: “tudo aquilo que lhe for submetido”. Em outras palavras, faz parte da matéria retórica qualquer assunto que seja necessário tratar numa causa. E nem por isso a retórica é uma arte “viajadora” (*circumiens*), que não possui especificidade; ela simplesmente compartilha da matéria de outras artes, tal como a medicina e a ginástica compartilham o uso de unguentos e exercícios. A especificidade de uma arte não depende, pois, da matéria.

Contudo, isso inaugura outro problema: como pode o orador conhecer previamente todos os assuntos que ocorrerão em todas as causas possíveis? Ele não precisa, responde Quintiliano. Basta que se instrua nos assuntos conforme seja necessário, procurando um especialista. Pode-se também objetar que, já que o orador depende de especialistas, seria melhor chamá-los para discursar em seu lugar; mas essa

opinião é falaciosa, uma vez que o orador, quando instruído, é capaz de falar sobre qualquer assunto num nível muito superior ao do mero especialista. A instrução *ad hoc* é apenas o começo do trabalho, que só pode ser corretamente realizado por um orador qualificado – *discursar bem* é uma habilidade que exige muito mais do que o simples domínio dos “assuntos relacionados”.

TRADUÇÃO: A EDUCAÇÃO DO ORADOR, LIVRO II

1.

[1] É costume, e cada dia mais comum – entre os latinos, sempre, mas às vezes também entre os gregos – que os alunos passem aos professores de retórica mais tarde do que seria razoável. Isso por dois motivos: de uma parte, os retores, especialmente os nossos, abandonaram seus postos²⁹; de outra, os professores de literatura³⁰ ocuparam os alheios. [2] Aqueles tomaram por seu ofício somente declamar e transmitir a ciência e a habilidade da declamação³¹ – e apenas em matéria deliberativa ou judicial³², pois desprezam o restante como inferior à sua dignidade profissional – enquanto estes, não satisfeitos em levar o que lhes fora deixado (pelo que, porém, devemos agradecer-lhes),

²⁹ A imagem em *suas partes omiserunt* é de uma disputa territorial. A metáfora se estende, como é hábito de Quintiliano: *alienas occupauerunt* (1), *excepisse quae relictas erant* (2) e *inrumpunt* (2). Um paralelo anterior para esta última, referindo-se à usurpação dos *loci communes* pelos filósofos: “qui in nostrum patrimonium inruperunt” (Cic. *De Orat.* III, 108).

³⁰ Os *grammatici* ensinavam, *grosso modo*, as regras da língua (*ratio loquendi*) e a interpretação de textos (*enarratio poetarum*). A palavra portuguesa “gramático”, que ocorre mais espontaneamente para traduzir *grammaticus*, refere-se a uma profissão acadêmica que pouco tem a ver com o ensino infantil e que, em geral, distancia-se dos estudos literários. Uma alternativa seria dizer, como Pereira (2005), “mestre de gramática”. Ainda assim, o termo “gramática” em português moderno não engloba os estudos literários. Além disso, embora a disciplina “literatura” normalmente não envolva o estudo das regras gramaticais, ela as supõe; parece-nos, portanto, que ela se aproxima mais da abrangência da *grammatice* de Quintiliano. Para uma descrição completa do trabalho do *grammaticus*, cf. Bonner (2012), caps. 14-17.

³¹ Quintiliano dedicará o capítulo 10 deste livro ao exame da declamação (*declamatio*), exercício que consiste em discursar sobre temas fictícios, numa espécie de ensaio da prática oratória. Sendo ela o último exercício retórico, o mais completo e mais próximo de um discurso real, atraía também mais atenção, e chegou mesmo a tornar-se uma prestigiosa atividade social entre adultos (cf. BONNER, 1949, pp. 6-7).

³² Os dois gêneros mais importantes da retórica: o discurso deliberativo se dá nas assembleias políticas, enquanto o judicial diz respeito ao fórum e aos processos. Desses dois gêneros, procedem dois exercícios avançados de retórica (*declamationes*): suasória (deliberativo) e controvérsia (judicial). A expressão “e apenas em matéria deliberativa ou judicial” aparentemente dá a entender que seria possível declamar no terceiro gênero da retórica (*genus demonstrativum*), isto é, louvando ou vituperando. Porém, não há notícia de um terceiro gênero de declamação, nem na *Institutio* nem em parte alguma. A melhor saída provavelmente é ver nessa expressão um simples reforço à ideia de que os retores só se ocupam de declamações, e interpretar o termo “resto” como significando os exercícios preliminares (*progymnasmata*) que foram deixados aos *grammatici*.

invadem até as prosopopeias e suasórias³³, sem dúvida os mais difíceis exercícios discursivos. [3] Por isso, os exercícios que numa arte eram os primeiros, são agora os últimos em outra; uma idade destinada a maiores ensinamentos atrasa-se numa escola inferior, e pratica a retórica – mas com professores de literatura. Assim – e isto é o mais ridículo – um menino só é considerado pronto para ir ao mestre de declamação quando ele já sabe declamar.

[4] Que nós, porém, designemos a cada profissão o seu campo próprio. Que a *grammaticae* (que, traduzida ao latim, já foi chamada *litteratura*³⁴) tome ciência de seus limites, especialmente depois de ter ultrapassado de tal modo as estreitas fronteiras de seu nome, dentro das quais se confinavam os primeiros autores³⁵. Vindo, afinal, de uma nascente tênue, tomou forças a historiadores e críticos³⁶, e já corre por leito abundante: além do método de falar corretamente, que por si já não é pouco extenso, abraçou o conhecimento de quase todas as artes maiores³⁷. [5] Quanto à retórica (cujo nome tem origem na força da eloquência)³⁸, que ela não recuse seus deveres³⁹, nem se alegre em

³³ Exercícios avançados de retórica que pertenceriam, por direito, ao *rhetor*. Suasória é a declamação com matéria deliberativa (cf. nota anterior); prosopopeia é um exercício de personificação, em que o aluno discursa assumindo o papel de uma personagem histórica. Em III, 8, 52, Quintiliano classifica a prosopopeia sob a suasória (portanto, sob o *rhetor*), declarando-a “difícilima”, mas outros proginastas a concediam aos *grammatici*. Teão (75, 17-18) fala dela em conexão com *fabula*/μύθος, o primeiro exercício na ordem de Quintiliano. A expressão *ad prosopopoeias usque ad suasorias* é posta entre óbelos no texto de Winterbottom. Granatelli (1995) propõe a exclusão de *ad prosopopoeias*, mas admite que o trecho inteiro tem igual probabilidade de ser uma glosa posterior.

³⁴ cf. Varrão fr. 107: “ipso nomine profiteri se litteras clamat, unde etiam Latine litteratura dicitur”.

³⁵ A palavra “gramática” vem do grego γραμματική, derivada de γράμμα, isto é, “letra”. Portanto, seu sentido etimológico seria o de “técnica ou ciência das letras”; daí a tradução latina (*litteratura* deriva de *littera*, que também significa letra). Segundo Quintiliano, os primeiros professores de literatura tratavam apenas das letras, posteriormente evoluindo para os estudos de morfologia, barbarismos e solecismos, poesia, “história” (cf. nota seguinte) e, por fim, do discurso propriamente retórico. Apenas este último avanço é explicitamente visto com maus olhos por Quintiliano.

³⁶ *historicorum criticorumque*. A dificuldade é saber o sentido de *historicorum*. Uma hipótese, recusada por Winterbottom, seria a explicação de textos (*enarratio poetarum*), chamada *historice* (cf. Quint. *Inst.* I, 9); mas o termo *historicus* não é usado nesse sentido. Outra hipótese é que os professores de literatura lecionassem sobre historiadores. Não parece, porém, que o ensino gramatical incluísse o exame de historiografia: Quintiliano propõe essa prática, em *Inst.* II, 5, 1, como uma novidade completa (para uma discussão maior, ver Bonner, 1977, p. 218). Winterbottom propõe a retirada dos genitivos, ficando como resultado *suis viribus pleno iam satis alveo fluit* (“corre por leito abundante com suas próprias forças”).

³⁷ No sentido de usar esse conhecimento para explicar referências poéticas (*enarratio poetarum*), e não de usurpá-lo, como lê Butler. Não se trata de roubar o assunto das demais artes, e sim de aproveitá-lo para fins legítimos da *grammaticae*. O termo *amplexa* foge à metáfora militar, e *artes maiores*, no plural, não se refere à retórica. Visa, ao contrário, a descrever certa expansão louvável da *grammaticae*, a pôr-se em contraste com a “ocupação” indevida do terreno do *rhetor*.

³⁸ Retórica (ῥητορικὴ) é aparentada à palavra ῥησις, por exemplo, que significa “fala”. Retor (Ῥήτωρ) em grego significava “orador”.

ver usurpado o labor que lhe é próprio; de fato, ao ceder seu trabalho, já quase é expulsa da propriedade⁴⁰. [6] Não negarei que algum professor de literatura possa avançar de tal modo no conhecimento que baste para ensinar tais assuntos; porém, quando o faz, cumpre o ofício do retor, e não o seu próprio.

[7] Em seguida, indagamos quando um menino pode ser considerado maduro para receber o ensino da retórica. Ora, a este respeito, não convém considerar qual seja a idade de cada um, mas quanto já avançou nos estudos. E para que não mais me estenda sobre o tema, creio que a melhor resposta é: quando for capaz. [8] Contudo, essa questão depende, ela mesma, do problema supracitado: se o papel da literatura for prolongado até as suasórias, só mais tarde haverá necessidade do retor. Porém, se é que ele não recusa os primeiros deveres de seu trabalho, requer-se sua atenção inclusive para as narrações e para as primeiras tentativas de encômios e vitupérios⁴¹. [9] Ou será que ignoramos ter havido entre os antigos um tipo de exercício em que, visando a ampliar a eloquência, tratavam de *teses*⁴², lugares comuns⁴³ e outros temas, sem envolver as circunstâncias e personagens definidas⁴⁴ em que se baseiam as controvérsias (tanto as verdadeiras como as fictícias)?

³⁹ *officia*, que traduzo alhures por “ofício”, tem aqui uma conotação mais ética do que meramente profissional: indica os deveres (no sentido de Cic. *De Off.*) do retor, e não apenas a delimitação de uma zona de atuação.

⁴⁰ Note-se o jogo semântico: na primeira oração vemos *cedere*, na segunda *possessione*. Quintiliano evoca assim a expressão *possessionibus cedere*, abdicar das posses. O que era descrito como invasão territorial começa a transformar-se numa livre concessão jurídica, devido à convivência dos retores – que assim deixam de ser vítimas e assumem parte da culpa pela perda do território.

⁴¹ *narratio*, *laudatio* e *vituperatio* são exercícios preliminares de retórica, discutidos em detalhe no cap. 4. Quintiliano não se refere aqui a diversas partes de um discurso completo (*declamatio*), mas a narrações, elogios e vitupérios *isolados*, que a criança pratica, como treinamento, antes de elaborar um texto mais complexo (cf. o diminutivo *opusculis*, indicando o caráter introdutório desses textos).

⁴² Investigações genéricas como “deve um homem casar-se?”. O conceito retórico de *tese* (ou *quaestio infinita*) é tratado detalhadamente em *Inst.* III, 5, 11, mas aqui Quintiliano se refere especificamente ao uso da *tese* como exercício preliminar (*progymnasma*). Ele volta ao tema no cap. 4, 24-25.

⁴³ Outro *progymnasma* de tema genérico, em que se discursa contra o viciado em jogo, em favor do uso de testemunhas e assim por diante (cf. cap. 4, 22-23). Escrevemos “lugares comuns” sem hífen para distingui-los da expressão moderna “lugar-comum” (equivalente a “clichê”).

⁴⁴ *complexum rerum et personarum* indica a caracterização específica da matéria, em oposição aos exercícios genéricos a que Quintiliano se refere. É a diferença entre a pergunta particular: “deve Catão casar-se?” (*suasória*) e a genérica “deve o homem casar-se?” (*tese*); ou entre acusar um político corrupto (*controvérsia*) e declamar contra a corrupção (*lugar comum*).

[10] Destarte, é patente o quão escandaloso é, para a educação retórica, abandonar seu posto, o qual foi sua primeira posse e, por longo tempo, a única⁴⁵. Ora, das atividades que mencionei acima, qual há que não diga respeito, não só às demais atribuições dos retores, mas especialmente aos discursos do gênero judicial? Ou não se narram acontecimentos no fórum? Talvez seja essa a parte mais importante. [11] E não se plantam amiúde louvores e vitupérios nas ações judiciais? Não há lugares comuns no cerne dos litígios? Falo tanto dos dirigidos aos vícios (que, segundo lemos, eram compostos pelo próprio Cícero)⁴⁶, quanto dos que tratam de questões genéricas⁴⁷ (publicados também por Quinto Hortênsio), como “deve-se confiar em argumentos triviais?”, “a favor das testemunhas” e “contra as testemunhas”⁴⁸. [12] Estejam, por assim dizer, as armas sempre à mão, para que tu delas faças uso quando pedir o caso. Não considerá-las próprias do discurso é o mesmo que, ao ver formados os membros, duvidar que se inicia uma estátua!

E que ninguém distorça esta minha atitude, chamando-a, como alguns a julgarão, “pressa”, e me acusando de desejar a remoção imediata do professor de literatura tão logo o menino tenha sido levado ao retor. [13] Terão eles também o tempo de que precisam. E não receemos que dois professores sobrecarregarão o menino; afinal, o trabalho, que hoje é feito confusamente por um só, não aumentará, mas será dividido, e cada um, lecionando o que lhe é próprio, será mais útil. Os retores gregos preservaram até agora esse princípio, mas os latinos o perderam de vista; e parecem encontrar desculpa em haver quem lhes tenha sucedido neste trabalho.

2.

⁴⁵ Os *progymnasmata*, exercícios menores que os retores estão cedendo aos professores de literatura, teriam sido a ocupação original da retórica, quando a *declamatio* ainda não era praticada. cf. cap. 4, 41-42.

⁴⁶ *quales legimus a Cicerone compositos* não se refere aos lugares comuns contidos nos *discursos* de Cícero, e sim aos *progymnasmata* anteriormente mencionados, que Cícero teria composto, embora o próprio Quintiliano dê a entender que não os leu diretamente (cf. nota de Spalding, comentário de Winterbottom e tradução de Russell). Compare “*tum loci communes, quos etiam scriptos ab oratoribus scimus*” (*Inst.* X, 5, 12), em que Quintiliano não apenas *leu* a respeito, mas teve acesso aos textos.

⁴⁷ *quaestiones generales* (em grego, θέσεις), em oposição a *causae* (ὑποθέσεις), são problemas que não fazem referência a pessoas e situações determinadas; são propostos como perguntas genéricas. Quintiliano prefere chamá-las de *quaestiones infinitae*, e às outras, *finitae* (*Inst.* III, 5, 9). Não se trata do *progymnasma* chamado *tese*, mas de um conceito analítico homônimo.

⁴⁸ Os mesmos exemplos serão mencionados no cap. 4, 27 quando Quintiliano trata especificamente de *loci communes*. Os lugares comuns compostos por Hortênsio, assim como os de Cícero anteriormente mencionados, não chegaram até nós.

[1] Assim, quando um menino alcançar tal nível nos estudos que sua inteligência consiga acompanhar os primeiros preceitos do retor, conforme já discutimos, deverá ele ser entregue aos mestres desta arte. [2] Quanto a estes, convém observar acima de tudo seu caráter; e, se me permito tratar disso nesta etapa, não é por julgar desnecessário examinar com o máximo afinco também o caráter dos outros instrutores (como aliás declarei no livro anterior)⁴⁹, mas porque a idade mesma dos aprendizes faz mais necessária a menção do problema. [3] Por um lado, os meninos são levados ao retor às vésperas da puberdade; por outro, permanecem com ele mesmo depois de já feitos rapazes⁵⁰. Daí ser necessário um cuidado maior, de modo que a integridade do professor proteja de dano a fase mais tenra, e que à mais audaciosa sua seriedade espante da libertinagem. [4] Não basta, de modo algum, que ele mostre completo domínio de si, se não regar também, pela severidade da disciplina, o comportamento de seus alunos.

Portanto, que ele assuma, antes de tudo, o espírito de pai para com seus alunos; considere-se um sucessor daqueles que lhe entregam seus filhos. [5] Que não tenha vícios ele mesmo, nem os tolere. Não seja inflexível o seu rigor, nem frouxa sua amabilidade, pois daquele nasce o ódio, desta o desprezo. Que fale abundantemente do que é bom e honrado; quanto mais fizer uso dos conselhos, menos precisará dos castigos. Que esteja longe de ser colérico, mas tampouco seja conivente com os defeitos a corrigir; que ensine com simplicidade, vigoroso no trabalho, exigente mas sem excessos. [6] Responda de boa vontade aos que lhe perguntam, e aos que não, interrogue-os com mais frequência. Nos elogios aos discursos dos discípulos, que evite a mesquinhez e a efusividade, pois de uma vem o desgosto de trabalhar, e da outra a negligência. [7] Ao corrigir as falhas, não seja sarcástico e muito menos agressivo; pois algo que afugenta muitos da ideia de estudar é o fato de alguns fazerem correções como se tivessem ódio. [8] Que faça todos os dias algum pronunciamento, ou melhor, muitos, que os ouvintes possam levar consigo⁵¹. Afinal, por mais que da leitura se retirem bastantes exemplos que imitar, a verdade é que a voz ao vivo, como se diz, nutre melhor; principalmente a do professor a quem os discípulos, se forem bem formados,

⁴⁹ Por exemplo, neste trecho: “é possível escolher, em cada caso, um professor de ótimo caráter, e esta é a principal preocupação dos pais prudentes” (I, 2, 5).

⁵⁰ Sto. Isidoro de Sevilha afirma que a idade da *pueritia* (infância) estendia-se até os quatorze anos (*Etym.*, XI, 2, 3), mas na prática podia ir até os dezesseis (BONNER, 1977, p. 137). Suetônio (*Gramm.* 4, 5) confirma o depoimento de Quintiliano de que se entrava na escola do *retor* antes de receber a toga viril, isto é, ainda em estado de *puer*.

⁵¹ Quintiliano se refere a discursos-modelo, que devem ser copiados e estudados pelos alunos. O professor deve servir, ele mesmo, como modelo de orador a ser imitado.

amam e respeitam. É incalculável a disposição com que imitamos aqueles de quem gostamos.

[9] Não se deve, de modo algum, permitir aos meninos – como muitos têm feito – a liberdade de levantar-se e agitar-se ao elogiar um colega; ao contrário, os rapazes, ao escutar um discurso, devem apresentar sua opinião moderadamente. Assim se fará que o aluno dependa do julgamento do professor, e só confie ter discursado corretamente quando ele o aprovar. [10] Porém, essa grande imoralidade, à qual hoje se chama “cortesia”, de louvar-se mutuamente por qualquer bobagem, não é apenas imprópria, teatral e estrangeira às escolas sérias, mas também a mais perniciosa inimiga dos estudos. Afinal, o cuidado e o esforço parecem coisas supérfluas, se qualquer coisa que despejam encontra elogios preparados de antemão.

[11] Portanto, devem atentar ao rosto do professor, tanto os alunos que ouvem quanto o que discursa; pois desse modo discernirão o que é digno de aprovação ou reprovação. Assim a habilidade crescerá pela escrita, e o senso crítico (*iudicium*) pela audição. [12] Mas agora, inclinados e preparados, não só se levantam a cada frase, como chegam a sair correndo e ululando com uma agitação imprópria. O comportamento é mútuo, e dele depende o sucesso da declamação. Daí surgem uma afetação⁵² e uma vaidade convencida, até estarem tão inflados pelo barulho dos colegas que, se recebem poucos elogios do professor, pensam mal dele.

[13] Que também os professores requeiram ser ouvidos com atenção e equilíbrio; pois o mestre não deve discursar ao gosto dos alunos, e sim o aluno ao do mestre. Que preste atenção, se for possível, nas razões e no modo de cada aluno elogiá-lo, e que se alegre com o fato de agradá-los ao fazer um discurso; não por vaidade, mas pelo sucesso dos alunos que souberam julgar corretamente.

[14] Não me agrada que meninos estejam misturados a adolescentes. Ainda que o professor seja ideal, de ciência e moralidade extraordinárias, e consiga manter sob controle até os rapazes, mesmo assim é preciso afastar os fracos dos mais robustos, e precaver-se não só do crime de imoralidade, mas até da sua simples suspeita⁵³. [15]

⁵² O autor diz *tumor*, lit. um inchaço, em relação íntima com *inflati* na oração seguinte. Essa imagem se repete ao longo da *Institutio* (cf. I, 2, 18) e da literatura latina como um todo (um exemplo pitoresco é a fábula *Rana Rupta et Bos*, de Fedro).

⁵³ Evoca a famosa fala atribuída a César: “meos tam suspicione quam crimine iudico carere oportere” (Suet. *Jul.* 74.2).

Prefiro mencionar o assunto brevemente, pois creio totalmente desnecessário aconselhar que tanto o professor quanto a escola estejam limpos dos piores vícios. E se há alguém que não evite escândalos morais na escolha do professor de seu filho, saiba desde já que, caso omita esta etapa, o restante do que tentarei expor para o benefício dos jovens será, para ele, supérfluo.

3.

[1] Não se deve passar em silêncio a convicção daqueles que, mesmo quando consideram os meninos preparados para o retor, não aprovam contudo que sejam entregues de imediato ao mais eminente, e preferem retê-los por algum tempo com profissionais menos reputados. A mediocridade do professor seria supostamente mais adequada a esses estudos, seja por ele ser mais fácil de compreender e imitar, seja porque é menos orgulhoso para a enfadonha tarefa de explicar o básico. [2] Creio que não terei de esforçar-me muito para mostrar como é mais proveitoso nutrir-se com o melhor alimento, e como é difícil remover os vícios, uma vez que criaram raízes: redobramos a carga do próximo professor, isto é, a de desensinar, que é mais difícil que a de ensinar, e precisa vir antes. [3] Por isso, dizem, o famoso mestre de flauta Timóteo cobrava, dos que já haviam recebido instrução de outro, o dobro do que pedia aos que nada sabiam.

Ora, os que defendem tais ideias erram duas vezes. Primeiro, porque os professores menos reputados lhes parecem suficientes por um tempo, e eles ficam satisfeitos, dotados que são de um belo estômago de avestruz. [4] E esta negligência, embora seja ela mesma digna de repreensão, seria ao menos tolerável, se o ensino dos supracitados professores fosse inferior apenas na quantidade, e não também na qualidade. O segundo erro, e mais frequente, é pensarem que quem atinge uma habilidade maior no discurso não se rebaixa a rudimentos; e isso seria assim, ou porque ocupar-se de assuntos inferiores lhe causaria enfado, ou porque ele seria simplesmente incapaz de fazê-lo. [5] Eu, porém, não considero que aquele que procede assim seja um professor; e, acima de tudo, insisto que o melhor, caso queira, é o mais capaz de fazê-lo. Em primeiro lugar, porque é razoável que quem se destaca dos outros pela eloquência tenha também passado cuidadosamente pelas etapas necessárias para chegar à eloquência; [6] em segundo lugar, porque no ensino vale muito o método, de modo que o mais douto é também o mais metódico; finalmente, porque ninguém pode destacar-se

nas coisas maiores se lhe faltarem as menores. Senão, embora Fídias tenha esculpido um Júpiter fantástico, os detalhes que o ornamentam teriam sido mais bem trabalhados por outro escultor; ou então um orador não saberia falar⁵⁴; ou ainda um excelente médico não conseguiria cuidar de doenças mais triviais.

[7] Ora essa! Não há então um tipo de eloquência que é maior do que a inteligência de uma criança imatura pode acompanhar? Sem dúvida. Caberá, porém, a este articulado professor que vislumbramos, ser razoável e saber como ensinar. Desse modo será capaz de adaptar-se ao aluno, assim como o mais rápido dos homens, se estiver caminhando com um pequenino, dar-lhe-á sua mão e diminuirá o passo, e não irá além do que pode seu companheiro. [8] Ora, não é comum que um discurso seja mais claro e fácil de entender quando é pronunciado por um homem muito culto⁵⁵? Afinal, a primeira virtude da eloquência é a clareza. Quanto menos talento alguém possui, mais tenta exaltar e dilatar⁵⁶ a si mesmo, tal como os homens de pouca estatura sobem na ponta dos pés e os fracos fazem mais ameaças. [9] Tenho por certo que os que usam uma linguagem inflada, corrompida, tilintante⁵⁷, ou que sofrem de algum outro tipo de mau gosto⁵⁸, não padecem por excesso de forças, mas de fraqueza⁵⁹. São como os corpos que incham, não por vigor, mas por causa de uma doença; e também como muitos que, cansados do caminho reto, desviam-se dele⁶⁰. O pior professor, portanto, será também o mais difícil de compreender.

⁵⁴ Esse *orator* hipotético saberia *dicere*, discursar, mas não *loqui*, conversar adequadamente. A ideia é absurda, o que comprova a tese de Quintiliano: o melhor professor das etapas avançadas domina também os fundamentos.

⁵⁵ *doctissimus* não com o sentido de um especialista em algum assunto, mas de alguém com elevada formação retórica. Como, aliás, esclarece a frase seguinte.

⁵⁶ Mais uma vez, a imagem da dilatação indicando vaidade e afetação.

⁵⁷ *tumidos, corruptos, tinnulos*. A primeira imagem é familiar, e refere-se à grandiloquência desproporcional que fazia sucesso na época; a ideia de corrupção também reaparecerá neste livro, e Quintiliano chegou a escrever um tratado (hoje perdido) sobre as causas da *corrupção* da eloquência. Em *Inst.* VIII, 3, 57, ele diz: “*corrupta oratio in uerbis maxime inpropriis, redundantibus, compressione obscura*”, o que põe em xeque a leitura de Spalding de que *tumidus* é para o estilo, enquanto *corruptus* se refere ao *acumen*. Para uma compreensão maior da ideia de corrupção em Quintiliano, cf. Brink (1989). O último termo, *tinnulus*, faz referência a um som agudo, como o de sininhos, e sugere um estilo floreado e cheio de efeitos fáceis. Ver mais referências a respeito no capítulo 10.

⁵⁸ *cacozelia*. “*cacozelon vocatur quidquid est ultra uirtutem*” (“chamamos *cacozelon* a tudo o que excede a virtude”, *Inst.* VIII, 3, 56). Termo usado para caracterizar diversos vícios de estilo, aparentemente com grande abrangência; em geral está ligado à ideia de excesso e inadequação.

⁵⁹ Há um paradoxo, pois o defeito desses oradores afetados parece ser a força excessiva, o exagero; Quintiliano, porém, afirma que a força excessiva não é força, mas fraqueza.

⁶⁰ O viajante cansado pode desistir da rota original. Winterbottom propõe que o desvio em questão não precisa consistir em tomar um atalho ou desviar-se para um outro destino; pode ser apenas uma pausa

[10] Não me esqueci de ter afirmado, no livro anterior, quando defendia que a educação na escola era melhor do que em casa, que os pequenos iniciantes, na fase dos primeiros estudos, tendem mais a imitar os colegas, porque é mais fácil⁶¹. Daí alguém pode entender que acabo de contradizer minha opinião anterior. [11] Longe de mim! Pois esse é, na verdade, o maior motivo para entregar-se a criança a um excelente professor: com ele, estão também os discípulos mais bem educados, os quais ou fazem discursos dignos de imitação ou, se erram, são corrigidos imediatamente. O professor ignorante, por outro lado, provavelmente chegará até a aprovar trabalhos defeituosos e, por meio de seu julgamento, influenciará a turma a gostar deles. [12] Que seja, pois, excepcional, tanto na eloquência como no caráter, aquele que ensina, segundo o exemplo do Fênix homérico, *a discursar e a agir*⁶².

4.

[1] Começarei agora a tratar do que penso serem as primeiras partes do ensino retórico, deixando de lado, por enquanto, os assuntos que vulgarmente são os únicos considerados “arte retórica”⁶³; creio que o mais conveniente é começar por algo semelhante ao que a criança aprendera com o professor de literatura. [2] Ora, aprendemos haver três formas de narração⁶⁴, sem contar as que aparecem dentro do discurso judicial: 1) o *mito*, do qual se trata nas tragédias e poemas, e que está longe não apenas da verdade, mas até da verossimilhança; 2) a *trama*, falsa mas verossímil, forjada pelas comédias; 3) a *história*, que consiste na exposição de um acontecimento.

para divertir-se em alguma estalagem. De todo modo, o desvio é culpável, pois atrasa o viajante e pode fazer com que esqueça seus objetivos iniciais.

⁶¹ “Enquanto a emulação nutre os estudantes cujo progresso já está mais firmado, os iniciantes e ainda tenros imitam com mais gosto seus colegas do que o mestre, precisamente porque é mais fácil. Com efeito, alunos de nível tão primário dificilmente ousarão elevar-se à esperança de atingir uma eloquência que, em sua opinião, é a maior possível” (I, 2, 26).

⁶² O ancião Fênix, personagem da *Ilíada*, descreve seu objetivo como preceptor de Aquiles nesses termos: *μύθων τε ῥητῆρ’ ἔμεναι πρηκτῆρὰ τε ἔργων* (lit. “tornar-se um falador de falas e um feitor de feitos”, *Ilíada*. IX, 443). Já Cícero interpretava essa passagem como prova de uma fusão, na Grécia arcaica, entre educação moral e retórica: “idem erant uiuendi praeceptores atque dicendi, ut ille apud Homerum Phoenix” (“eram mestres tanto de discursar como de viver, como o personagem de Homero, Fênix”, *De Orat.* III, 57). Claro está que essa fusão interessa a Quintiliano, para quem o orador é um *uir bonus dicendi peritus*.

⁶³ Quintiliano refere-se aos exercícios avançados, e mais especialmente à *declamatio*. Conforme se discutiu no capítulo 1 deste livro, os retores têm abandonado os elementos mais básicos da educação retórica, e só chamam de retórica àqueles ensinamentos mais avançados.

⁶⁴ A mesma tripartição aparece em Cic. *Inv.* I, 27 e *Rhet. Her.* I, 12-13. Sexto Empírico diz ter visto em Asclepiades (I a. C.) a divisão *ιστορία, μῦθος καὶ πλάσμα* (*Adv. Gramm.* 252).

Já concedemos as narrações poéticas ao professor de literatura; comece o retor pela histórica, que é mais vigorosa e verdadeira.

[3] Mostrarei qual me parece ser o melhor método de narração quando falar do gênero judicial. Por ora, basta advertir que não seja árida e anêmica – pois para que seria preciso despender tanto esforço, se considerássemos suficiente contar os fatos nus e crus? –, tampouco sinuosa e eivada de descrições desnecessárias, às quais muitos são levados por quererem imitar a liberdade dos poetas. [4] Em ambos os extremos há defeito; é pior, contudo, o da indigência que o da abundância. De meninos não se pode nem exigir nem esperar um discurso perfeito, mas num primeiro momento o melhor é o gênio fértil, os esforços ambiciosos e a inspiração que, ocasionalmente, vai mais longe do que seria apropriado.

[5] E que nunca me incomode se houver algum excesso num aluno desta idade. Eu gostaria inclusive que os próprios professores se preocupassem em alimentar com mais doçura essas mentes ainda tenras, como fazem as nutrizes; e que lhes permitissem, digamos assim, saciar-se com o leite de um aprendizado mais prazeroso⁶⁵. Será esse corpo, por ora mais gorducho, que a idade adulta logo enrijecerá. [6] Nele há esperança de fortaleza; pois o bebê cujos membros são, desde o começo, claramente definidos sói ameaçar magreza e debilidade futuras. Que esta idade arrisque mais, que dê asas à criatividade e que se orgulhe de suas criações, mesmo que não sejam elas enxutas⁶⁶ e rigorosas o bastante. Fácil é remediar a fartura; sobre o que é estéril, contudo, não há esforço que prevaleça.

[7] Para mim, a natureza menos promissora é a da criança que tem mais senso crítico do que talento. Prefiro que o material seja, a princípio, mais abundante e transbordante⁶⁷ do que deveria. Depois daí, muito os anos hão-de derreter, muito há-de limar a técnica, outro tanto será como que gasto pelo uso, contanto que haja material para cortar e esculpir. E haverá; mas apenas se não fizermos tão fina a nossa lâmina, que

⁶⁵ A comparação com as nutrizes se torna uma metáfora estendida: o estudo é *leite*, as faculdades desenvolvidas pela educação são simbolizadas pelo *corpo*, as propriedades doces e gordurosas do leite equivalem à maior liberdade e facilidade dos exercícios que são permitidos a esses alunos mais jovens.

⁶⁶ *siccus* é aqui uma virtude. A mesma palavra pode ser usada com sentido pejorativo (“seco, árido”) a depender do contexto.

⁶⁷ *Fusa* neste contexto não significa um gênero de discurso (como, p. ex., em Cic. *Orat.* 187). Trata-se de uma metáfora, aparentemente com a forja de armas: o metal é derretido, fervido, limado, gasto pelo uso. É a esse metal, derretido, abundante e transbordante, que se compara o talento (*ingenium*) da criança, que passará por processo análogo ao longo dos anos.

ela se quebre ao ser trabalhada mais fundo. [8] Que eu pense assim sobre essa etapa será menos espantoso para quem tiver lido, em Cícero: “quero, afinal, que a fecundidade corra solta no adolescente”⁶⁸.

Pelo que, antes de mais nada, deve-se evitar – principalmente na infância – o professor árido, como, para plantas ainda tenras, o solo seco e sem umidade. [9] Por causa dele os alunos ficam cabisbaixos, como que pondo os olhos no chão, já que não ousam empreender nenhum discurso acima da linguagem cotidiana. Neles há magreza, e não saúde; debilidade, e não senso crítico; e quando pensam que basta não ter defeitos, incidem por isso mesmo num defeito: não têm qualidades. Eis porque, para mim, não se deve apressar nem mesmo a maturidade, assim como o mosto não deve estar seco já no tanque⁶⁹: do modo que proponho, terão eles seu tempo e se beneficiarão da idade.

[10] Também não é insignificante, sem dúvida, aconselhar que a criatividade infantil fique livre, por ora, das correções demasiado severas. Os meninos desanimam, sofrem, por fim tomam ódio; e – o que é o mais prejudicial – tendo medo de tudo, não tentam fazer nada. [11] Isso também sabem os camponeses, que não aconselham meter a foice às folhagens tenras, pois elas aparentam ter pavor ao ferro e ainda não suportam cicatrizes. [12] Portanto, principalmente neste momento, deve o preceptor ser agradável, para que os remédios, que de outro modo são amargos por natureza, sejam suavizados por uma mão delicada: elogiar um pouco; tolerar outro tanto; fazer inclusive modificações no texto, explicando seus motivos; dar novo lume, acrescentando algo de sua própria lavra. Às vezes também será útil ditar o material⁷⁰ inteiro, para que o imite o menino e, por ora, ame-o como se fosse seu. [13] Contudo, se sua escrita for tão negligente que não adiante corrigi-la, constatei que era útil, tendo eu mesmo tratado novamente do mesmo tema, mandar-lhe escrever tudo de novo, dizendo que o considero

⁶⁸ “Eu mesmo, Cátulo, assisti ao primeiro processo de nosso Sulpício, então um adolescente; sua voz era fraca, bem como sua figura, gestos e tudo o mais que se presta a esse ofício, que ora investigamos. O discurso, porém, tinha velocidade e energia – que vinham do talento – e palavras efervescentes e um pouco redundantes demais – e isto vinha da idade. Nem por isso o desprezei; quero, afinal, que a fecundidade corra solta no adolescente. É mais fácil reparar as vides que se espalharam em demasia, do que vitalizar gravetos novos por meio do cultivo, quando o material não presta. Quero que haja, também no adolescente, algo a mais, que eu possa cortar; afinal, não pode haver suco duradouro num fruto que atingiu a maturidade cedo demais” (*De Or.* II, 88).

⁶⁹ O mosto (suco da uva antes de ser fermentado) ficava em tanques ou cisternas (*lacus*). Quintiliano quer dizer que, se o mosto for doce, com o tempo ele secará e adquirirá uma textura agradável; se, porém, for seco desde o início, amargará. Uma metáfora para justificar a tolerância para com a criatividade infantil.

⁷⁰ O professor elaborará um discurso completo a partir do tema dado, e o aluno, em vez de fazer o exercício, copiará o do mestre.

capaz de algo ainda melhor. Afinal, nada anima mais os estudos do que a esperança. [14] Entretanto, idades diferentes devem ser emendadas de modos diferentes: devemos cobrar e corrigir os exercícios na medida das forças do aluno. Eu, de minha parte, costumava dizer, aos meninos que tomavam alguma liberdade mais ousada ou entusiasmada, que embora eu os elogiasse naquele momento, viria uma ocasião em que eu não lhes daria a mesma liberdade. Assim se orgulhavam de seu talento, mas não se enganavam em seu juízo.

[15] Mas retornemos ao lugar de onde saímos: quero que se escrevam narrações com o máximo de cuidado e atenção. De início, quando os meninos estão aprendendo a falar, repetir o que ouviram é útil para desenvolver sua facilidade de linguagem, e com proveito são eles obrigados a expor as estórias de trás para a frente, ou partir do meio para qualquer das duas direções. Com isso vão fortalecendo a memória; mas apenas enquanto ainda estão no colo do preceptor⁷¹, incapazes de tarefas maiores e mal conseguindo⁷² articular palavras e coisas⁷³. Seguindo este princípio, quando estão aprendendo a forma do discurso correto e perfeito, a verbosidade espontânea, que não consegue nem esperar para levantar-se, em vez da reflexão demorada, é verdadeiramente de uma jactância vulgar⁷⁴. [16] Dela procede um orgulho vão nos pais ignorantes; nos estudantes, porém, nasce o desprezo pelo trabalho; um ar petulante; o hábito de discursar do pior modo; prática nos vícios; e algo que frequentemente arruinou grandes progressos, a saber, o arrogante convencimento de si mesmo. [17] Haverá o tempo próprio para aprender a improvisar, e eu não deixarei passar negligentemente este ponto. Por ora será o bastante se o menino escrever razoavelmente, com todo o cuidado e tanto esforço quanto sua idade permita: habitue-se ele a essa prática, faça dela sua própria natureza. No fim, só será capaz de atingir o ideal

⁷¹ Russell entende *sed ad gremium praeceptoris* como “mas apenas enquanto estão em aula”. Isso quereria dizer que os exercícios de memória seriam feitos na presença do mestre, o que parece, porém, evidente demais para que o autor precise dizê-lo. Em segundo lugar, parece estranho que fosse proibido às crianças fazer tais exercícios fora de aula. Além disso, as duas expressões seguintes dizem respeito a uma restrição de idade (trata-se de exercícios para crianças pequenas); parece, pois, convir mais ao sentido da frase que a imagem do “colo do preceptor” seja também interpretada como sinal de imaturidade intelectual – depois de uma certa idade, o aluno não se senta mais no colo.

⁷² Desconsiderando a adição de *maiora*, que fez Winterbottom, traduziríamos: “não conseguem (ou mal começaram a conseguir) juntar palavras e coisas”.

⁷³ Provavelmente não no sentido de aprender os *nomes* das coisas (o que seria próprio de uma idade anterior a essa), mas de conseguir narrar determinadas histórias ou descrever determinados objetos em linguagem correta e apropriada.

⁷⁴ Assim como, quando aprendiam a falar, eram treinados pela repetição e articulação de narrativas (em vez de tagarelar livremente), agora que estão aprendendo a discursar também devem exercitar-se de modo rigoroso, e não de improviso. *Iactatio circulatoria* é, literalmente, gabolice de homens que falam na rua para chamar a atenção alheia.

que buscamos, ou algo semelhante, quem antes aprender a discursar com correção, do que com rapidez.

[18] Não é inútil acrescentar às narrações o exercício de refutá-las e ratificá-las, chamado respectivamente *ἀνασκευή* e *κατασκευή*. E ele pode ser feito não apenas com estórias míticas e transmitidas pelos poetas, mas até com registros históricos: por exemplo, “será crível que tenha pousado um corvo sobre a cabeça de Valério, enquanto ele lutava, e golpeado, com o bico e as asas, o rosto e os olhos do oponente gaulês?” – seja a favor ou contra, há imenso material para o discurso; [19] há também a serpente que teria gerado Cipião, ou a loba de Rômulo, ou a ninfa Egéria, esposa de Numa (e os historiadores gregos muitas vezes tomam liberdades semelhantes às da poesia). O costume, enfim, é investigar o tempo e lugar em que se diz que o evento ocorreu, e às vezes também as pessoas; aspectos que Lívio põe em dúvida constantemente e que provocam frequentes discordâncias entre os historiadores.

[20] O estudante começará então a erguer-se gradualmente a temas maiores, quais sejam, louvar os grandes homens e criticar os desonestos. Esses exercícios são úteis em mais de um sentido: o talento é desenvolvido por meio do material múltiplo e variado; o espírito é formado pela contemplação do certo e do errado; adquire-se muito conhecimento dos fatos e instrução em exemplos, que são poderosíssimos em qualquer tipo de processo, a serem usados quando a situação exigir. [21] A seguir vem o exercício de comparação, isto é, sobre quem, entre dois homens, seria o melhor, e quem o pior; exercício que, embora seja feito de modo semelhante ao anterior, duplica o material e trata não apenas do que são os vícios e as virtudes, mas também de medi-los. Não obstante, sobre o método de louvar e o seu contrário darei instruções no momento apropriado⁷⁵, já que eles constituem a terceira parte da retórica⁷⁶.

[22] Os lugares comuns – falo dos exercícios em que o costume é discursar, não contra pessoas particulares, mas contra os próprios vícios, como “o adúltero”, “o viciado em jogo”, “o descarado” – são essencialmente forenses, e inclusive, se lhes acrescentares um réu, perfeitas acusações. Na verdade, esses tratamentos genéricos

⁷⁵ Em *Inst.* III, 7.

⁷⁶ O terceiro gênero da retórica, a saber, o epidíctico ou laudatório. O termo *pars* é usado tanto para designar as “cinco partes da retórica”, *inventio, dispositio, elocutio, memoria e actio* (cf. *Inst.* III, 3, 1: “omnis autem orandi ratio (...) *quinque partibus* constat”) quanto para as “três partes da retórica”, a saber, deliberativa, judicial e epidíctica (como é o caso nesta passagem). Apesar de, neste momento, fazer uso do termo no segundo sentido, mais tarde Quintiliano manifesta predileção por chamar as “três partes” de *genera causarum*, reservando o termo *pars* para as “cinco partes” (III, 3, 15).

costumam também ser desenvolvidos com certas especificidades, como quando se fala dum adúltero cego, dum viciado pobre, dum velho descarado. Além disso, algumas vezes são também usados para defesa: [23] é possível discursar a favor da luxúria e do amor, e nalgum momento se defende até o cafetão e o parasita de modo a apoiar não o homem, mas o próprio crime⁷⁷.

[24] As teses, por sua vez, que produzimos pela comparação de matérias (como “será melhor a vida no campo ou na cidade?” e “é mais louvável o jurista ou o militar?”) são admiravelmente atraentes e fecundas para treinar o discurso, e ajudam muito, seja no ofício de aconselhar⁷⁸, seja na disputa judicial. A segunda tese que citei, por exemplo, foi tratada abundantemente por Cícero no processo de Murena⁷⁹. [25] Há outras que pertencem quase inteiramente ao gênero deliberativo: “deve um homem casar-se?”, “são desejáveis os cargos públicos?”, etc. Com efeito, basta lhes acrescentarmos pessoas particulares, e se tornarão suasórias.

[26] Meus professores costumavam preparar-nos para os processos conjecturais⁸⁰ com um tipo de exercício divertido e nada inútil: mandavam-nos investigar e determinar “por que os lacedemônios representam Vênus em armas” ou “por que se acredita que Cupido seja um menino, alado, armado com flechas e com uma tocha” e semelhantes. Perscrutávamos, nesses trabalhos, a intenção por trás do fato, coisa que frequentemente se toma por objeto das controvérsias. Pode-se considerar este um tipo de *chria*⁸¹.

⁷⁷ Não se deve entender necessariamente que o discurso *inteiro* é para defender o amor, ou um crime, sem considerar pessoas. O entendimento de comentadores como Spalding e Winterbottom vai mesmo no sentido contrário. Isto é, às vezes o orador, enquanto defende um indivíduo particular, pode argumentar em favor do próprio crime (evidentemente, visando em última instância a inocentar o indivíduo). Embora Quintiliano não dê exemplos, Winterbottom afirma que ele “sem dúvida” pensa no *Pro Caelio* de Cícero, que tem passagens como esta: “concedamos algo à idade; que a adolescência seja mais livre! Nem tudo deve ser negado aos desejos. Aquela razão, verdadeira e correta, não deve vencer sempre; que o desejo e a volúpia vençam, às vezes, a razão” (42).

⁷⁸ isto é, no discurso deliberativo.

⁷⁹ *Pro Murena*, a partir do parágrafo 22. Cícero observa que Murena levava vida de soldado, e Sulpício (seu rival), de jurista. Em seguida, defende que o soldado é mais merecedor do consulado que o jurista. Para tanto, faz uma defesa da vida de soldado, comparando-a à do jurista, precisamente como no exercício da *thesis*.

⁸⁰ A doutrina dos tipos de processo (*status* ou *constitutiones*), cuja invenção se atribui a Hermágoras, é examinada a fundo em *Inst.* III, 6. O processo “conjectural” é aquele cuja controvérsia se dá a respeito dos fatos de base (*Rhet. Her.* I, 18), isto é, põe-se em dúvida se o crime de fato ocorreu ou não. Pouco adiantaria, por exemplo, defender que o ato em questão foi ilegal, se o adversário nega o próprio ato (cf. III, 6, 16).

⁸¹ Um dos *progymasmata* atribuídos ao *grammaticus* em I, 9, a *chria* é uma anedota sobre uma personagem famosa que contém alguma lição moral embutida. Um exemplo do próprio Quintiliano: “Quando Crates viu um menino ignorante, bateu no escravo que era seu tutor” (I, 9, 5).

[27] Quanto àqueles lugares comuns, como “devemos crer sempre nas testemunhas?” ou “deve-se ter confiança nos argumentos menores?”, é evidente que pertencem às ações forenses; de fato, alguns homens, que eram inclusive reputados na vida pública, escreviam e os aprendiam de cor para tê-los à mão, de modo que seus discursos improvisados fossem ornamentados, quantas vezes houvesse oportunidade, por essa espécie de enfeites. [28] Com isso, porém – não me contenho em expressar o que penso dessa prática – pareciam-me confessar uma grande fraqueza sua. Com efeito, como poderiam descobrir argumentos apropriados a cada um dos processos, cuja face é sempre nova e variada; como responderiam às questões levantadas pela parte contrária; como retrucariam rapidamente no curso de um debate; como interrogariam uma testemunha, se até a respeito de tais assuntos – que são comuns e aparecem em muitíssimos processos – não conseguem expressar nem as ideias mais ordinárias sem preparar suas palavras com tamanha antecedência? [29] É inevitável que, ao dizer as mesmas coisas em diversos julgamentos, ou produzam um desgosto como o que sentimos diante duma refeição fria e reaproveitada, ou passem vexame quando o auditório, tendo-os escutado tantas vezes, detectar a castigada mobília que aproveitam, como fazem os pobretões pretensiosos, para muitas e diferentes funções⁸². [30] Há ainda o problema de que dificilmente há um *lugar* tão *comum* que possa harmonizar-se com um processo sem que nós o liguemos de algum modo à questão específica; e, mesmo assim, parecerá menos “inserido” do que “acoplado”. [31] Afinal, ou ele é destoante do resto do discurso ou, como ocorre frequentemente, é usado de modo impróprio – não por ser necessário ali, mas porque já fora preparado. É assim que alguns, por causa das máximas, convocam lugares comuns verborrágicos, quando é dos *lugares*, na verdade, que deveriam nascer as máximas⁸³. [32] Elas são, portanto, instrumentos úteis e

⁸² Segundo a imagem de Quintiliano, os pobres que desejavam aparentar luxo compravam móveis caros, não podendo porém comprar muitos; assim, aproveitavam os mesmos móveis para diversas funções, em vez de adquirir produtos mais baratos e apropriados. Do mesmo modo, os oradores compõem lugares padronizados e os utilizam em diversos discursos. A crítica se dirige à falta de *decorum*, isto é, ao enxerto de passagens que não derivam naturalmente da matéria específica de cada discurso.

⁸³ A *sententia*, frase impactante, é um efeito discursivo que pertence ao domínio da *elocutio*. Segundo Quintiliano, ela deve derivar dos argumentos com naturalidade e coerência. Os *loci verbosi* em questão seriam passagens escritas para permitir o encaixe de *sententiae* preparadas de antemão, que nada teriam a ver com as necessidades do assunto. Em outras palavras, esses oradores fazem as *sententiae* antes do discurso. O bom orador, ao contrário, compõe suas frases de efeito *segundo* a estrutura fundamental do texto. Butler, ao interpretar *sententia* como o “sentimento” produzido pelo *locus* no auditório, ignora o sentido técnico do termo (cf. *Inst.* VIII, 5) e obtém uma frase pouco coerente.

elegantes, se surgirem do processo; de resto, o estilo mais belo, se não tende à vitória, é certamente supérfluo e quicá prejudicial também. Mas basta desta digressão.

[33] Elogiar e criticar as leis exige forças maiores, já quase capazes de cumprir as mais altas tarefas do orador; se esse exercício é mais próximo das suasórias ou das controvérsias, depende dos costumes e leis de cada Estado. Entre os gregos, por exemplo, o proponente era chamado a juízo, enquanto o costume romano foi persuadir e dissuadir em assembleias. Seja qual for o caso, as instruções são poucas e bem estabelecidas. Há três gêneros: o direito sagrado, o público e o privado. [34] Essa divisão aproveita mais a quem louva uma lei, pois é possível amplificar o elogio gradualmente: primeiro, porque é lei; segundo, porque é pública; terceiro, porque foi promulgada em favor da religião divina.

As questões que normalmente surgem são comuns aos três gêneros. [35] Com efeito, pode-se duvidar do direito do proponente (como no caso de Públio Clódio, que era acusado de não ter sido eleito tribuno da maneira correta⁸⁴); ou do próprio ato de proposição, o que se faz de muitos modos – como alegar que a proposta não foi promulgada com a antecedência mínima de três dias de mercado⁸⁵, que o dia não é válido, que ela contraria um veto ou auspício, ou ainda alguma outra razão que seja considerada impeditiva à sua legitimidade, ou enfim que ela se opõe a alguma lei que esteja em vigor. [36] Mas nada disso diz respeito aos exercícios primários⁸⁶, que não envolvem pessoas, tempos e processos específicos.

Os preceitos restantes são praticamente os mesmos para o debate real e o fictício: o defeito está nas palavras ou na matéria da lei. [37] Das palavras, investigamos se são claras o bastante ou se, ao contrário, possuem alguma ambiguidade; quanto à matéria, se a lei é coerente consigo mesma e se deve ser aplicada a ações passadas ou indivíduos específicos. O mais comum, contudo, é determinar se é honrada, ou se é útil. [38] Sei que muitos autores propõem divisões mais complexas, mas considero que “justiça”, “piedade”, “religião” e outros conceitos semelhantes estão abarcados pelo de honradez.

⁸⁴ Clódio não era elegível para tribuno porque, segundo Cícero (*De Domo Sua*, 34), ele era um patrício, e sua adoção por parte de uma família plebeia não era válida.

⁸⁵ O *dies nundinus*, ou “nono dia”, era o momento em que os camponeses iam à cidade participar de ritos religiosos e fazer comércio. Como atesta o próprio Quintiliano, uma lei só podia ser debatida após três *nundini* de sua promulgação (isto é, dezessete dias).

⁸⁶ *primae exercitationes* são os *progymnasmata*, em oposição às *declamationes* – que possuem circunstâncias concretas.

A justiça, no entanto, costuma receber um tratamento mais complexo: ou questionamos sobre o ato mesmo de que a lei trata (por exemplo, se é digno de castigo ou recompensa), ou sobre a *medida* do prêmio ou recompensa – podemos considerá-los inferiores ou superiores ao que pede a justiça. [39] Também a utilidade da lei é às vezes estabelecida pela sua própria natureza, outras pelas circunstâncias do momento. Costuma-se questionar, de algumas, se podem realmente ser postas em prática. Além disso, é bom saber que as leis às vezes são contestadas integral, às vezes parcialmente, e de ambos os métodos dão-nos o exemplo ilustres discursos. [40] Não me escapa haver igualmente leis que, ao versar sobre títulos públicos e comandos militares, não se propõem permanentes – como, aliás, a Lei Manília, sobre a qual temos um discurso de Cícero⁸⁷. Contudo, nada se pode dizer a respeito delas neste momento, pois derivam das características específicas da matéria de que tratam, e não de características genéricas⁸⁸.

[41] Eram esses, de modo geral, os exercícios pelos quais os antigos desenvolviam suas habilidades oratórias, tomando porém dos dialéticos a técnica argumentativa. Consta terem os gregos instituído o tratamento de temas fictícios, imitando o fórum e as assembleias⁸⁹, no tempo de Demétrio de Falero. [42] Como já declarei em outro livro, não pude comprovar satisfatoriamente se esse exercício foi criado pelo próprio Demétrio; tampouco esses, que o afirmam tão convictamente, fundamentam-se para tanto em algum autor aceitável. Quanto aos professores de oratória latinos, eles surgiram nos tempos finais de Lúcio Crasso, e é Cícero quem o diz⁹⁰; dentre eles, Plócio⁹¹ foi o mais importante.

5.

[1] Falarei do método de declamar mais adiante; por ora, já que estamos a lidar com os primeiros rudimentos da retórica, acho melhor não omitir um aviso: o retor

⁸⁷ A proposta do tribuno Caio Manílio, em 66 a.C., de conferir poder supremo a Pompeu na guerra contra Mitrídates. Cícero, na época um pretor, apoiou a proposta.

⁸⁸ Comandos militares (*imperia*) e títulos públicos (*honores*) são atribuídos segundo acontecimentos específicos, como a iminência de algum perigo ou o feito heroico de algum cidadão; assim, não podem receber um tratamento genérico como exigem os *progymasmata* (cf. parágrafo 36 deste capítulo).

⁸⁹ Isto, é, as *declamationes*.

⁹⁰ Fala de Crasso: “nos últimos dois anos, surgiram também professores de eloquência latinos (é a vontade dos deuses). Eu, na qualidade de censor, suprimi-os por meio de um édito; não porque, como não sei quem andava dizendo, eu não queira que os jovens apurem seus talentos, mas ao contrário, porque não queria que seus talentos fossem enfraquecidos, e sua impudência, fortalecida” (*De Oratore*, III, 93).

⁹¹ Lúcio Plócio Galo teria ensinado retórica em Roma antes de 92 a.C., quando Crasso (então, censor) banuiu as escolas latinas de retórica (cf. Suet., *De Rhet.* 26).

acrescentará muito ao desenvolvimento dos alunos se, do mesmo modo que se exige dos professores de literatura a explicação dos poetas, também ele instruir seus discípulos na leitura da história e, mais ainda, dos discursos. Cheguei a fazê-lo com alguns, quando a idade o pediu e os pais consideraram útil. [2] Contudo, embora minhas ideias na época fossem excelentes, restavam ainda dois obstáculos: uma longa tradição estabelecera outro modo de ensinar, e os jovens já razoavelmente crescidos não queriam ocupar-se com tais atividades, e em vez disso me seguiam como modelo⁹².

[3] No entanto, mesmo que eu tivesse feito uma nova descoberta tarde demais para pô-la em prática eu mesmo, não me envergonharia de transmiti-la à posteridade. Na verdade, estou ciente de que os gregos já o fazem – geralmente por meio de assistentes, pois não creem que haveria tempo suficiente se os próprios professores fossem acompanhar a leitura de cada aluno individualmente. [4] E, sem dúvida, aquela leitura preliminar⁹³, que ajuda os olhos dos meninos a seguirem um texto com facilidade e precisão, e aquela outra, que ainda ensina o significado de cada palavra, quando aparece alguma menos comum, devem ser consideradas muito abaixo do ofício de retor.

[5] Contudo, mostrar as qualidades do texto e, se por acaso ocorrerem, seus defeitos, é apropriadíssimo à profissão e à missão daquele que se pretende mestre de eloquência. E com mais razão, porque eu não estou pedindo de modo algum que o professor, pondo os alunos no colo de novo, auxilie-os na leitura do livro que cada qual desejar. [6] A mim parece mais fácil e muito mais vantajoso que, silenciada a classe, escolha ele um aluno como leitor (e o melhor é que os convoque em turnos), para que desde logo exercitem sua capacidade de apresentação oral⁹⁴; [7] em seguida, tendo explicado a causa para a qual foi composto o discurso a ser lido (pois assim se entende mais claramente o que é dito), não deixe passar em branco nada que valha a pena de ser

⁹² Russell traduz “a maioria dos alunos já era crescida e não precisava de tais exercícios, partindo para o uso dos meus modelos de declamação”, interpretando *desidero* como “precisar”, *exemplum* como “declamações feitas pelo professor”, e supondo que os *robusti fere iuvenes* (que seriam “velhos demais” para o exercício) eram “a maioria”. Essa interpretação, além de exigir o acréscimo de informações ao texto original, é questionada por Winterbottom pela sua improbabilidade – mesmo que os mais velhos já não precisem do exercício, não parece haver motivo para não ensiná-lo aos mais jovens em separado. Preferimos, pois, a leitura de que aqueles alunos em *idade apropriada* (*robusti fere* sendo interpretado positivamente) não *desejavam* fazer o exercício, e *preferiam* imitar os discursos do professor. Entendemos que ela é mais próxima do original.

⁹³ A *praelectio* do *grammaticus*, conforme descrita em *Inst.* I, 8, é uma complexa operação que começa na correção cuidadosa da leitura em voz alta, e termina na *enarratio poetarum*. Aqui Quintiliano usa o mesmo termo para descrever uma continuação dessa atividade durante a educação retórica, considerando-a “abaixo do ofício de retor”, mas demonstrando que aprovaria seu uso por parte de assistentes.

⁹⁴ A apresentação do discurso, chamada *actio* ou *pronuntiatio*, era tradicionalmente considerada a quinta parte da retórica.

comentado, seja na invenção, seja na elocução⁹⁵; observe qual método é adotado no proêmio para cativar o juiz; na narração, que clareza, brevidade e credibilidade; qual é a intenção do orador, e qual seu artifício oculto (pois nesse campo a única arte verdadeira é a que não pode ser percebida senão por um artífice); [8] quanta astúcia no plano de discurso; quão sutil e densa é a argumentação; com que força o orador excita, com que charme ele abrande; quanta aspereza em suas invectivas, que sofisticação em suas brincadeiras; finalmente, como comanda as paixões, força a entrada nos corações, e faz coincidirem os pensamentos dos juízes com o que ele diz. [9] Depois, quanto ao método de elocução, deve notar cada palavra apropriada, elegante ou sublime; quando a amplificação é louvável, e onde se deve usar da virtude oposta⁹⁶; que tropo brilhante, que figuras de palavras, que composição suave e polida, embora viril.

[10] Nem é desvantajoso, de fato, que discursos corruptos e defeituosos – embora muitos, de senso crítico degenerado, deles se admirem – sejam às vezes lidos para todos, e que se mostrem quantas expressões neles são inapropriadas, obscuras, infladas, vulgares, baixas, licenciosas ou efeminadas; as quais, contudo, não apenas são louvadas por muitos, mas – o que é pior – são louvadas justamente por suas deformidades. [11] É que a linguagem correta e pronunciada com naturalidade parece não possuir engenhosidade alguma; aquilo, porém, que tem uma contorção qualquer, admiramos como coisa extraordinária. É assim que alguns mostram mais consideração por corpos distorcidos e de algum modo bizarros, do que pelos que não perderam as vantagens de uma aparência normal. [12] Outros, atraídos por aparências, veem mais beleza em depilações, em cremes; em prender com uma agulha as tranças, depois de esquentá-las com ferros de encaracolar; em reluzir com tons artificiais; veem, digo, mais elegância nisso do que pode dar a natureza incorrupta, como se pensassem que a beleza do corpo vem da feiúra moral.

[13] Nem deverá o professor ensinar tudo isso apenas, mas interrogar frequentemente seus alunos e testar seu senso crítico. Assim, afastar-se-á deles a negligência, e as instruções não atravessarão seus ouvidos sem efeito; ao mesmo tempo,

⁹⁵ Duas das cinco partes tradicionais da retórica: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *actio*.

⁹⁶ Em oposição à *amplificatio*, temos a *minutio* (cf. *Inst.* IV, 3, 15) ou “atenuação”. Ambas são virtudes em contextos específicos, ou vícios quando postas no lugar errado. O professor deve assinalar quando são bem utilizadas.

serão conduzidos ao objetivo deste exercício: pensar⁹⁷ e compreender. Afinal, o que queremos ao ensinar-lhes, senão que não precisem ser ensinados para sempre?

[14] Eu ousaria dizer que esse método há-de contribuir mais para os estudantes do que todas as *Artes* de todos os retóricos; as quais, sem dúvida, ajudam muito, mas quem pode, diante de uma abrangência tão grande, percorrer todas as espécies de processos que nascem praticamente todo dia? [15] Tal como na arte da guerra, embora se ensinem alguns preceitos gerais, será mais vantajoso conhecer que plano cada líder adotou, saber se ele o fez sabiamente ou não, e em que situação, lugar e tempo, pois em quase toda disciplina os preceitos valem menos que a experiência. [16] Porventura declamará o professor, para que seja modelo aos ouvintes, mas Cícero e Demóstenes, se lidos, não os beneficiarão ainda mais? Corrigir-se-á publicamente o aluno, se ele cometer algum erro na declamação; não será mais eficaz, e digo mesmo mais divertido, que se corrija um discurso verdadeiro? Todo mundo prefere ver repreendidos os defeitos alheios aos seus próprios. [17] E não me faltaria mais o que dizer; mas a utilidade desta proposta não escapa a ninguém. Oxalá não haja tanta preguiça em adotá-la quanto prazer haverá em tê-lo feito.

[18] Se esse método for aceito, restará uma pergunta menos difícil: que autores devem ler os iniciantes? Alguns recomendaram escritores menores, por julgá-los mais fáceis de entender; para outros, a escrita mais florida acomoda-se melhor à nutrição do gênio juvenil. [19] De minha parte, gostava dos melhores autores lidos desde o começo e sempre; mas dentre eles escolheria o de estilo mais claro e acessível, como (para meninos) Lívio, em vez de Salústio, muito embora seja este último o melhor historiador; para entendê-lo, contudo, é preciso certo avanço nos estudos. [20] Cícero, segundo me parece, é agradável mesmo para iniciantes, e suficientemente inteligível; não apenas pode ser proveitoso, como até amado. E depois de Cícero, como aconselha Lívio, os que forem mais parecidos com Cícero.

[21] Há, porém, dois tipos de escrita que considero os mais perigosos para os alunos. Primeiro, advirto que ninguém queira, por admirar demais a antiguidade, endurecê-los na leitura dos Gracos, de Catão e outros autores semelhantes, pois ficarão rudes e anêmicos. De fato, ainda não podem compreender a força de tais autores; e quanto à sua elocução – que sem dúvida era ótima naquele tempo, mas hoje já nos

⁹⁷ *Inueniant*, em referência à primeira fase da retórica (*inuentio*), em que se descobrem os argumentos.

parece estranha – acabarão por ficar satisfeitos com ela, e – o pior de tudo – pensarão estar à altura desses grandes homens.

[22] O outro perigo, oposto a este, é que, cativados pelas florzinhas desta frouxidão moderna, acabem amolecidos por um prazer depravado, ao ponto de apaixonar-se por aquele estilo meloso que, se é mais agradável às mentes jovens, é exatamente por ser-lhes mais semelhante. [23] Quando seu julgamento estiver firme, porém, e fora de perigo de ser corrompido, eu os aconselharia a ler tanto os antigos (por meio dos quais, se neles procurarmos a força sólida de um gênio viril, espanada a poeira de uma época grosseira, nosso refinamento atual resplenderá ainda mais), quanto os modernos, em que também há muita virtude. [24] A natureza não nos condenou à estupidez: nós é que mudamos nosso modo de discursar, e fomos mais negligentes do que devíamos; sendo assim, não foi no talento que os antigos nos superaram, mas nas suas ambições. Haverá possibilidade, portanto, de encontrar nos autores modernos muitas virtudes, contanto que nos preocupemos em separá-las dos defeitos, aos quais se encontram misturadas. [25] Não apenas concedo, mas até afirmo que houve recentemente, e que há agora, certos escritores que merecem ser integralmente imitados – [26] mas quem são eles, não cabe a ninguém decretar. Mais seguro é, sem dúvida, errar com os antigos; eu adiaría, pois, a leitura dos modernos, para que a imitação não venha antes do senso crítico.

6.

[1] Já houve também outra divergência nos métodos dos professores: ao fornecer uma matéria para o discurso dos alunos, alguns, não satisfeitos em orientá-los com um plano de discurso⁹⁸, desenvolviam-no mais amplamente, e ofereciam-lhes não só exemplos de argumentos como também de apelos emocionais⁹⁹. [2] Outros, mal dando as linhas gerais, só depois das declamações é que examinavam as omissões dos alunos, e criticavam determinadas passagens com não menos cuidado do que o faziam quando eles mesmos se levantavam para discursar.

⁹⁸ A *divisio* era o planejamento ou organização do discurso, do qual Quintiliano trata no Livro VII da *Institutio*.

⁹⁹ Uma passagem em que a oposição entre os dois conceitos aparece de modo mais claro: “*probationes... efficiant sane ut causam nostram meliorem esse iudices putent, adfectus praestant ut etiam velint*” (*Inst.* VI, 2, 5).

Ambos os métodos são úteis e, portanto, não os separo um do outro; porém, se for necessário seguir apenas um, será mais proveitoso indicar o caminho certo desde o princípio, em vez de recuperar do erro os que já se transviaram. [3] Primeiro, porque às emendas eles apenas prestam ouvidos, enquanto o plano de discurso eles carregam para a meditação e a redação. Segundo, porque ouvem com mais boa-vontade ao instrutor do que ao corretor. Além disso, se algum for mais vivo, especialmente com os atuais costumes, enfurecer-se-á com a advertência e lhe resistirá em silêncio.

[4] Não que os defeitos devam, por isso, ser corrigidos menos abertamente; afinal, é preciso ter em mente os outros alunos, que terão por correto tudo o que o professor não tiver corrigido. Ambos os métodos devem ser combinados e aplicados quando as circunstâncias o peçam. [5] Para os iniciantes, que seja dado um material adaptado às forças de cada um; e quando parecerem bem formados no seu modelo, que lhes mostremos um breve caminho das pedras, depois de cujo percurso eles possam avançar por suas próprias forças, sem muletas. [6] Convém que por vezes eles sejam confiados a si mesmos, para que não aprendam, pelo mau hábito de seguir sempre o trabalho alheio, a nada tentar e investigar por si mesmos. Quando tiverem desenvolvido uma percepção suficientemente madura do que deve ser dito num discurso, o trabalho do professor está quase consumado; contudo, se ainda cometerem algum erro, que sejam reconduzidos à sua orientação.

[7] Vemos os pássaros fazer algo semelhante quando, trazendo a comida nos bicos, dividem-na entre os filhotes tenros e indefesos; mas quando parecem estar bem crescidos, tomando a frente ensinam-nos a deixar, aos poucos, o ninho, e voar em torno de sua morada. Então, experimentadas suas forças, entregam-nos ao céu aberto e deixam que testem sua autoconfiança.

7.

[1] Estou seguro de que deve ser alterada certa parte da nossa tradição, que põe os alunos da idade que estamos a discutir a decorar tudo o que escrevem e então recitar, segundo o costume, num dia determinado. São acima de tudo os pais que o exigem, e por fim só creem que os filhos estejam estudando conforme declamem com grande frequência. [2] Porém, a verdade é que o progresso nos estudos depende principalmente da diligência. Se por um lado eu certamente aprovo que os meninos escrevam e se

ocupem principalmente com essa atividade, por outro eu aconselharia ainda mais que decorassem passagens selecionadas de discursos ou obras históricas, ou ainda de outro tipo de livros que sejam dignos de tal cuidado.

[3] A memória será assim exercitada com mais eficácia, ao dominar o que é alheio, em vez do que é próprio; e aqueles que tiverem prática neste tipo mais difícil de atividade fixarão em suas mentes, sem transtornos, o que compuseram, uma vez que é mais familiar a eles; também se acostumarão aos melhores modelos e sempre terão na memória algo que possam imitar; e reproduzirão, mesmo sem saber, o modo de discursar que imprimiram profundamente em suas inteligências. [4] Além disso, terão um vocabulário abundante e seletivo, domínio da sintaxe e figuras que já não é preciso procurar, pois surgem espontaneamente como que de um tesouro bem guardado. Soma-se a tudo isso a capacidade de evocar citações de todos os autores, que são oportunas numa conversa, e úteis nos processos, pois carregam mais autoridade os dizeres que não foram preparados em vista do litígio do momento; e conquistam mais aplausos do que se fossem nossos.

[5] Por vezes, contudo, deve-se permitir que os alunos discurssem o que eles mesmos escreveram, para que também colham os frutos de seu trabalho na forma do louvor tão desejado de um grande auditório. No entanto, mesmo isso só deve ser feito quando os alunos tiverem produzido um resultado razoavelmente satisfatório, pois terão nessa oportunidade a recompensa de seus esforços, e se alegrarão por terem conquistado o direito de discursar.

8.

[1] Costuma-se¹⁰⁰ tomar por virtude do professor, e não sem motivo, que ele se esforce para perceber as diferentes aptidões (*ingenium*) daqueles a quem se propôs ensinar, e que conheça as inclinações da natureza de cada um. Há neste ponto uma variedade inacreditável, e quase tantas formas de espíritos quanto de corpos. [2] Pode-se perceber isso inclusive nos próprios oradores, que diferem tanto entre si no modo de discursar que nenhum é semelhante a outro, embora a maioria deles se tenha

¹⁰⁰ Todo o restante do parágrafo é dedicado à exposição de um ponto de vista com o qual Quintiliano não concorda inteiramente – como ele dirá ainda neste capítulo (parágrafo 6). Esse ponto de vista pode ser associado ao “naturismo” criticado nos capítulos 11-12.

disciplinado por meio da imitação de seus modelos favoritos. [3] Por isso a maioria considerou útil que se educasse cada um de modo a favorecer, por uma boa educação, as propriedades de sua natureza, e a auxiliar preferencialmente as tendências dos diversos talentos. [4] Como quando um experiente mestre de ginástica, tendo entrado num ginásio cheio de crianças, estuda por toda sorte de testes o seu corpo e o seu espírito e, assim, acaba por discernir a que tipo de prova deve-se preparar cada um deles; do mesmo modo o professor de eloquência, depois de sondar sagazmente o gosto dos alunos, seja ele por um estilo serrado e limado, seja por um vivo, grave, doce, áspero, brilhante, urbano, deverá acomodar-se a essas diversas tendências, a fim de que cada um seja direcionado ao gênero em que mais se destaca. [5] Assim a natureza, auxiliada pelo cuidado, fortificar-se-á; aquele, ao contrário, que for conduzido em sentidos diferentes, por um lado não poderá ser bem-sucedido em campos para os quais possui menos aptidão; e por outro, abandonando a atividade para a qual parecia nascido, ele enfraquece seu rendimento.

[6] Esta concepção (pois somos livres, quando seguimos a razão, até para ir de encontro às opiniões recebidas) não me parece justa senão parcialmente: é necessário, de fato, distinguir as qualidades próprias dos espíritos. [7] A este propósito, ninguém jamais me fará crer que não devamos fazer uma escolha precisa entre os cursos de estudos, pois um aluno será mais apto à história, outro disposto para a poesia, aquele será eficaz no estudo do direito, e alguns talvez devam ser mandados ao campo... assim, o mestre de eloquência deverá discernir tais aptidões, como o professor de ginástica, de quem falei acima, fará de um aluno um corredor, do outro um pugilista, de outro ainda um lutador ou um atleta de algum dos jogos sagrados. [8] Em contrapartida, o aluno destinado ao fórum deve trabalhar, não uma só matéria, mas todas aquelas que lhe dizem respeito, inclusive as que talvez lhe pareçam, ao estudá-las, muito difíceis. Afinal, a educação seria totalmente supérflua, se a natureza bastasse¹⁰¹.

[9] Se nos chega um aluno cujo espírito é corrupto e inflado, como é o caso da maioria, porventura o deixaremos seguir esse caminho? Se é um espírito seco e faminto, não vamos alimentá-lo e, se ousar dizê-lo, vesti-lo? Pois se por vezes é necessário remover certos defeitos, por que não seria permitido acrescentar qualidades? [10]

¹⁰¹ Compare-se, no sentido contrário: “nada pode crescer somente com a imitação” (X, 2, 9). Aqui vemos a verdadeira posição de Quintiliano, que segue muito de perto a tradição latina: respeito às inclinações naturais (*natura, ingenium*), acompanhado porém da educação (*doctrina, ars*) e da prática assídua (*imitatio, exercitium*). O tema será desenvolvido nos capítulos 11-12.

Pessoalmente, não combato a natureza; em minha opinião, não se deve, de fato, renunciar às boas inclinações inatas, se há algumas, mas desenvolver e estimular aquelas que ficam para trás. [11] Assim Isócrates, o mais brilhante dos mestres, cujas obras testemunham sua perfeição oratória como o juízo de seus discípulos atesta seu valor pedagógico, quando julgava Éforo e Teopompo, dizendo que um precisava de freios, e o outro de esporas¹⁰², porventura esperava que seus ensinamentos deviam favorecer a indolência de um, que era um pouco lento, e a precipitação do outro, que praticamente corria de cabeça baixa?

[12] Contudo, quando se trata de espíritos sem vigor, deve-se evidentemente acomodar-se a eles e contentar-se em orientá-los aonde a natureza os chama. Destarte se sairão melhor na única coisa de que são capazes. Mas se, por acaso, pudermos dispor de uma natureza dotada com mais liberalidade, e pudermos esperar razoavelmente fazer dela um orador, não devemos negligenciar nenhuma das virtudes oratórias. [13] Com efeito, mesmo se – e isto é inevitável – o aluno for inclinado a determinados gêneros da arte oratória, não será rebelde a todos os outros; e por meio do esforço ele se sairá tão bem neles quanto naqueles em que se destacava. Semelhantemente (para voltar ao exemplo anterior), se o competente professor de educação física, do qual eu falava, inicia a formação de um pancratiasta, não lhe ensinará somente a arte de ferir com punhos ou pés, ou as chaves¹⁰³ apenas, e para alguns alunos determinados; ao contrário, ensinará tudo o que pertence a esse gênero de combate. Haverá talvez quem não se saia bem em algumas tarefas; ele se consagrará mais àquelas em que foi bem-sucedido.

[14] Há precisamente dois riscos a evitar: tentar o irrealizável ou desviar um aluno daquilo que ele faz melhor para algo que lhe convém menos. Porém, se um treinador tiver um aluno como Nicóstrato¹⁰⁴, que era velho quando eu, ainda jovem, o conheci, poderá ensinar-lhe indistintamente todas as partes de sua arte, e formará, tal como foi aquele homem, um atleta invencível na luta e no pugilato, duas provas em que, nos mesmos dias, ele ganhava a coroa. [15] E que esforços ainda maiores não deverá

¹⁰² Provavelmente tirado de Cícero: “dicebat Isocrates ... se calcaribus in Ephoro, contra autem in Theopompo frenis uti solere” (*De Orat.* III, 36). A mesma anedota, mudados os nomes, se diz de Platão (os discípulos sendo Aristóteles e Xenócrates) e de Aristóteles (discípulos Teofrasto e Calístenes). A esse respeito, cf. Diógenes Laércio (V, 39).

¹⁰³ O original é *nexus*, termo técnico de luta que designa vários tipos de aprisionamento corporal. Nós também dizemos, além de chave-de-braço, “chave de pescoço” e semelhantes.

¹⁰⁴ Atleta cujo momento de glória foi por volta de 35-37 d. C.; Pausânias (V, 21, 11) cita-o entre os vencedores no pancrácio e na luta dos jogos olímpicos; cf. também Tácito (*Dial.*, X, 5).

fazer o mestre por um futuro orador! Não basta, com efeito, saber expressar-se concisa ou elegante ou asperamente, como não basta, para um mestre de canto, destacar-se somente no agudo, no médio ou no grave, ou mesmo em graus determinados desses registros. Na eloquência é como na cítara: ela não é perfeita a não ser que, da mais baixa à mais alta, todas as cordas sejam tocadas em harmonia.

9.

[1] Embora tenha falado mais sobre os deveres do professor, aos alunos dou um único conselho: que amem seus preceptores tanto quanto amam os estudos, e os considerem como seus próprios pais – não do ponto de vista biológico, evidentemente, mas da inteligência. [2] Esta devoção contribui muito para o estudo, pois assim tanto ouvirão o professor com boa-vontade, como acreditarão no que ele diz e desejarão ser como ele; às próprias aulas, enfim, irão velozes e felizes; se corrigidos, não se enfurecerão; se elogiados, alegrar-se-ão; e merecerão, pelos seus esforços, ser os mais estimados. [3] Como ensinar é dever dos docentes, assim o dos alunos é mostrar-se dóceis; um não basta sem o outro. E assim como o nascimento de um homem depende de ambos os genitores, e como seria vão espalhar sementes se não as favorecesse um sulco previamente amaciado, assim também a eloquência não pode desenvolver-se senão numa concórdia mútua entre o transmissor e o recipiente.

10.

[1] Uma vez devidamente instruído e exercitado o aluno nesses primeiros exercícios¹⁰⁵ – que não são coisa miúda, mas como que membros e partes dos maiores – chegou a hora de passar à matéria jurídica e à deliberativa¹⁰⁶. Mas antes de iniciar esta caminhada devo falar um pouco do método mesmo de declamar, que embora, dentre todos, tenha sido o último a ser descoberto, é o primeiro em utilidade. [2] Ele não só contém, como que em si mesmo, tudo de que falamos, mas também reflete uma imagem próxima da realidade; e por isso é a tal ponto celebrado, que parece a muitos o bastante, por si só, para formar a eloquência. De fato, não se encontra, no que diz respeito ao

¹⁰⁵ *prima opera* sendo correlato de *primae exercitationes* como tradução de *progymnasmata*.

¹⁰⁶ Isto é, as declamações, que se dividem em *suasoriae* (deliberativa) e *controversiae* (forense).

discurso contínuo, virtude alguma que não esteja presente também nesta preparação para a oratória.

[3] E no entanto esta disciplina decaiu a tal ponto, por culpa dos professores, que a ignorância e licenciosidade dos declamadores estão entre as principais causas de corrupção da eloquência. [4] Não obstante, é lícito fazer bom uso do que é, por natureza, bom. Que os temas simulados sejam, pois, tão parecidos à realidade quanto possível, e que a declamação imite aquelas ações para cujo exercício ela foi inventada; [5] pois quanto a magos, pestes, profecias e madrastas mais cruéis que as das tragédias, em vão os procuraremos entre acordos e interdições¹⁰⁷.

Mas como assim? Nunca permitiremos aos jovens lidar com enunciados fantásticos e (como eu, para ser franco, chamá-los-ia) poéticos, de modo que relaxem, deleitem-se com o material¹⁰⁸ e, digamos assim, ganhem peso?

[6] Está ótimo; que tenham passatempos grandiosos e inflados, sem no entanto precisar de serem imbecis e, aos olhos do observador mais atento, até ridículos; portanto, se é preciso ceder, pode o declamador banquetear-se de vez em quando. Porém, assim como os quadrúpedes, quando se desviam do pasto verde, são tratados com sangria, e deste modo retornam à alimentação conveniente à conservação de suas forças, assim também conheça o declamador a necessidade de queimar suas gorduras e expelir qualquer substância corrupta que tenha ingerido, se é que deseja ser sadio e robusto. [7] Caso contrário, o inchaço vazio será detectado na primeira tentativa de algum trabalho real.

Aqueles que consideram a declamação como algo totalmente distinto das causas judiciais falham completamente em ver a razão pela qual se inventou o exercício. [8] Se não é uma preparação para a corte, parece-se mais do que qualquer outra coisa a uma encenação teatral ou aos gritos de um louco. Qual é o objetivo de conciliar um juiz inexistente, narrar o que todos sabem que é falso ou exibir provas para defender uma causa em que não haverá sentença? Evidentemente, é apenas uma perda de tempo, nada mais grave que isso; mas pensa como é absurdo lançares-te a ti mesmo na ira ou te

¹⁰⁷ *sponsiones et interdicta*. No primeiro caso, trata-se de uma promessa, feita pelo litigante, de pagar determinada soma ao adversário no caso de derrota judicial; no segundo, uma ordem provisória feita por um pretor. Ambos são exemplos de burocracia judicial, em oposição aos casos impressionantes das *controversiae*.

¹⁰⁸ Traduzimos alhures *materia* por “matéria”, por ser um termo técnico da dialética – como ficará claro na discussão teórica dos capítulos seguintes. Porém, neste caso preferimos “material” para permitir a extensão da metáfora alimentar (deleitar-se no material, i.e. na comida, e ganhar peso).

moveres pelo luto, a não ser que busques preparar-te, por uma espécie de simulação de guerra, para um perigo de verdade e um conflito real!

[9] Não haverá nenhuma diferença, então, entre uma declamação e um discurso forense? Se discursamos para ficar melhores, nenhuma. E quem dera pudéssemos acrescentar ao costume atual o uso de nomes reais e controvérsias¹⁰⁹ mais complexas, ocasionalmente com performances mais longas; e também que tivéssemos menos receio das palavras comuns e houvesse o hábito de usar algumas piadas. Não importa o quanto tenhamos sido treinados pela escola em outras habilidades, essas sempre nos descobrem novatos no fórum.

[10] Se a declamação, contudo, é feita para a exibição, é claro que devemos inclinar-nos em alguma medida ao prazer dos ouvintes. [11] Afinal, mesmo naquelas performances que inquestionavelmente tratam de algum acontecimento real, mas que foram adaptadas ao entretenimento do povo – como é o caso dos panegíricos que lemos, e de todo o gênero demonstrativo – permite-se introduzir mais ornamentação, e não apenas confessar, mas ainda exhibir, perante um auditório reunido para tal propósito, a arte que na oratória judicial deve normalmente ser escondida. [12] A declamação, portanto, como é a imagem da eloquência judicial e deliberativa, deve assemelhar-se à vida real; mas como possui um elemento epidíctico, deve possuir algum grau de elegância.

[13] É o que fazem os atores cômicos: quando apresentam seus discursos, não imitam exatamente a fala cotidiana, porque não haveria aí arte, nem por outro lado afastam-se muito da natureza, um defeito que destruiria a imitação; em vez disso ornamentam, com certo decoro teatral, o modo costumeiro de se falar.

[14] Mesmo assim, seguir-se-ão dos temas por nós imaginados alguns problemas, especialmente porque há neles muitas informações dúbias, que presumimos conforme nos parece: idades, recursos, filhos, pais, a força, leis e costumes das cidades mesmas, e assim por diante. [15] Aliás, às vezes retiramos argumentos das deficiências mesmas do contexto¹¹⁰. Mas falemos disso no momento adequado. Embora todo o propósito desta obra como eu a concebo seja educar um orador, não quero que os

¹⁰⁹ Aqui, não se trata de *controversiae* em oposição a *suasoriae*, mas do sentido primário do termo: a situação controversa que dá origem à disputa judicial.

¹¹⁰ “Contexto” aqui traduz *positiones*, termo técnico da *declamatio* que designa as informações dadas pelo enunciado sobre a controvérsia. Na falta de alguma *positio*, às vezes ocorria que o próprio declamador a suprisse com a imaginação – e, previsivelmente, abusasse desse expediente para inventar circunstâncias que favorecessem seu próprio discurso.

estudantes sérios sintam falta de coisa alguma, e portanto não omitirei nem mesmo questões que digam respeito especificamente às escolas.

11.

[1] Neste ponto, devo começar a tratar daquela parte da retórica pela qual normalmente começam os escritores que omitiram os estágios anteriores¹¹¹. Posso ver, contudo, que alguns bloquearão meu caminho logo na partida, por acreditarem que a eloquência não precisa de regra alguma deste gênero. Contentes com suas próprias habilidades e com os exercícios normais das escolas, chegam até a rir-se de meus esforços; com isso, seguem o exemplo de alguns professores prestigiosos, um dos quais, segundo creio, interrogado sobre o que queria dizer *schema* e *noema*¹¹², disse que não sabia, mas que, se fossem relevantes, estariam presentes em suas declamações.

[2] Outro, quando lhe perguntaram se era teodoriano ou apolodoriano, respondeu: “É comigo? Sou parmulário”¹¹³. Sem dúvida, não poderia ter encontrado meio mais elegante de esquivar-se duma confissão de ignorância. Além disso, como essas pessoas são reputadas por extraordinários dons naturais, e já disseram muitas coisas memoráveis, encontramos muitos rivais seus em negligência, mas pouquíssimos em habilidade natural; [3] por isso, se orgulham de discursar sob inspiração e força inata. Não há necessidade alguma, dizem eles, de provas ou disposição num tema fictício, mas apenas daquilo que enche um auditório, a saber, máximas impressionantes¹¹⁴, dentre as quais as melhores surgem em situações de risco. [4] Também não possuem nenhum procedimento claro para pensar no que pretendem dizer: ou olham para o teto e esperam – amiúde por muitos dias – até que algo impressionante lhes ocorra, ou se arranjam com murmúrios desarticulados (que são para eles como toques de trombeta) e gesticulam violentamente, não para apresentar, mas para buscar palavras¹¹⁵!

¹¹¹ A saber, a *ars* ou *τέχνη* propriamente dita.

¹¹² *schema* é o termo grego para figuras de linguagem; *noema* é uma ideia implícita (cf. *Inst.* VIII, 5, 12).

¹¹³ Parmulário era quem torcia para os gladiadores “trácios”, que portavam uma espada e um pequeno escudo redondo (*parmula*). Teodoro e Apolodoro eram retores e chefes de escolas rivais, cujas posições são frequentemente mencionadas ao longo da *Institutio*.

¹¹⁴ Nota-se, mais uma vez, a obsessão dos oradores degenerados pelas *sententiae* (“máximas” ou, simplesmente, “frases de efeito”).

¹¹⁵ O movimento do corpo faz parte da *actio*, última parte da retórica, e não da *inventio*, que é a primeira. Daí o absurdo de buscar argumentos (tarefa da *inventio*) usando o movimento do corpo (elemento da *actio*).

[5] Alguns estabelecem inícios determinados antes que tenham pensado na ideia de fundo, porque desejam pendurar neles alguma observação engenhosa; e então, tendo-os ensaiado tanto para si mesmos como em voz alta por um longo tempo, desesperam de encontrar um modo de conectá-los e, portanto, abandonam-nos; a partir daí perambulam entre umas ideias e outras, todas igualmente comuns e conhecidas. [6] Os que parecem ser os mais metódicos trabalham, não obstante, em lugares comuns¹¹⁶ em vez de tomar o processo como um todo, e mesmo nos lugares comuns eles não olham para o contexto integral, mas simplesmente atiram frases bruscas conforme elas lhes ocorram. [7] Assim o discurso, fragmentado, composto de tão diversos elementos, não pode permanecer coeso; torna-se como um caderno de criança, no qual se registram passagens que foram elogiadas nas declamações alheias. Não obstante, esses declamadores conseguem expelir grandes máximas e, como se gabam, “coisas boas”; mas também o fazem alguns bárbaros e escravos. Se isso é o bastante, em retórica não há nenhum espaço para teoria.

12.

[1] Admito que, realmente, a maioria das pessoas segue esse ponto de vista, resultando que os destreinados têm a reputação de falar com mais vigor. Isto é parcialmente culpa dos maus críticos, que pensam haver mais força onde não há arte – assim como lhes parece que arrombar algo mostra mais força do que destrancar, ou partir mais do que desamarrear, arrastar do que liderar. [2] Tais pessoas também dizem que um gladiador é “mais corajoso” se avança para a luta mesmo quando totalmente destreinado, e dizem o mesmo de um lutador se ele puser todo o peso do seu corpo no primeiro agarrão, embora esse lutador seja frequentemente lançado no chão com sua própria força, e aquele gladiador muito apressado acabe frustrado pela agilidade do adversário.

[3] Contudo, em nossa área há questões que pela própria natureza enganam os inexperientes: o plano de discurso, embora seja muito importante nos processos, reduz a aparência de força, assim como as coisas brutas são mais volumosas do que as limadas, e objetos espalhados parecem mais numerosos do que os organizados. [4] Além disso, há uma conexão próxima entre virtudes e vícios, que permite que a grosseria passe por sinceridade, a brutalidade por coragem e o exagero por abundância. Ora, o orador

¹¹⁶ Quintiliano já deu uma opinião mais desenvolvida sobre esse procedimento no cap. 4 (27-32).

destreinado é mais aberta e frequentemente rude, ao ponto de arriscar seus clientes e frequentemente a si mesmo também. [5] Porém, isto traz boa reputação, porque os homens se comprazem muito em ouvir o que eles não conseguiriam dizer por si mesmos.

O orador destreinado tem também menos chances de evitar aquele outro perigo, que pertence à própria elocução: faz esforços desesperados e, então, como está sempre procurando pelo excesso, algumas vezes consegue encontrar algo impressionante. Este, contudo, é um raro golpe de sorte, e não compensa os outros defeitos.

[6] Outra razão pela qual os ignorantes algumas vezes parecem ter mais fluência (*copia*) é que eles dizem tudo, enquanto o orador instruído mostra seletividade e moderação. Os ignorantes também se eximem do trabalho de explicar suas posições; evitam, assim, a fria recepção que nossos tribunais decadentes dão aos questionamentos e provas, e buscam apenas efeitos que encantem os ouvidos do auditório – mesmo que o prazer obtido seja depravado. [7] As próprias máximas, único objeto de seus esforços, tornam-se mais aparentes quando tudo ao redor é vil e desprezível – tal como as luzes brilham mais fortes, não exatamente “na sombra” (como diz Cícero¹¹⁷), mas na escuridão total.

Deixa, portanto, que se chamem “talentosos”, se quiserem, contanto que se entenda que é um insulto para um homem de eloquência ser elogiado em tais termos. [8] Não obstante, deve-se admitir que a educação leva algo embora – como a lima leva algo de uma superfície ríspida; ou a pedra de amolar, da lâmina cega; ou o envelhecimento do vinho – mas o que ela leva são os defeitos, e a obra que foi limada pelo letramento é diminuída apenas na medida em que é melhorada.

[9] Porém, esses oradores reivindicam uma reputação de oratória “forte” por causa da sua performance. Gritam a todo momento e mugem tudo “com a mão erguida”, como gostam de dizer¹¹⁸, correndo muito para cima e para baixo, arfando, gesticulando violentamente e sacudindo suas cabeças como loucos. [10] Bater palmas, pisar com força, golpear a coxa e o peito e a testa, é maravilhosamente eficaz com um auditório malvestido. O orador educado, contudo, assim como sabe atenuar, variar e dispor os elementos do discurso, também sabe, na sua performance, como adequar sua atuação ao

¹¹⁷ *De Orat.* III, 101.

¹¹⁸ “Ocorre também aquele gesto de estender a mão com o polegar para baixo, inclinando a cabeça sobre o ombro direito, com o braço esticado à altura da orelha; gesto que agrada muito aos que se jactam de *discursar com a mão erguida*” (*Inst.* XI, 3, 119).

tom de cada parte do discurso; e, se há uma regra que mereça ser sempre observada, é que ele prefira ser e parecer moderado.

[11] Meus oponentes, porém, usam a palavra “força” para algo que seria melhor descrito como violência. Enquanto isso, encontrarás não somente advogados, mas (o que é pior) professores também que, tendo um treinamento medíocre em retórica, esquecem-se totalmente do método e saqueiam todo o local, conforme o impulso os leve, chamando qualquer um que demonstre mais respeito à literatura de imbecil, magro, morno e fracote, ou qualquer outro nome particularmente ofensivo que lhes venha à mente.

[12] Parabenzemos, porém, esses homens, por se tornarem tão competentes sem esforço, método ou treinamento. Quanto a mim, tendo deixado há muito tanto meus deveres de professor quanto o trabalho do fórum, porque julguei que o fim mais honrado para a minha carreira seria parar enquanto ainda era estimado, deixa-me consolar minhas horas de lazer com a pesquisa e a escrita de coisas como estas, que acredito serão úteis para jovens de juízo e, certamente, a mim me dão gosto.

13.

[1] Ninguém espere de mim, porém, aquele gênero de regras que a maioria dos autores de manuais transmitiram, nem me peça para entregar aos alunos um conjunto de certas leis determinadas por uma necessidade imutável: sempre começar com o proêmio, e como ele deve ser; depois, a narração e suas regras; então a proposição ou, como alguns preferem, a digressão; em seguida uma ordem fixa de questões, e todos os demais princípios que todos seguem como mandamentos, como se fazer de outro modo fosse um pecado.

[2] A retórica seria um assunto muito fácil e trivial se pudesse ser abrangida por um único pequeno conjunto de preceitos. A maioria dos fatores, porém, varia segundo o processo, o momento, a oportunidade e a necessidade. Assim, uma qualidade especialmente importante num orador é o planejamento, porque ele se ajusta de vários modos ao movimento das circunstâncias. [3] Supõe que aconselhes um general a, toda vez que ele dirige suas tropas à batalha, manter a fileira reta, avançar as duas alas e posicionar a cavalaria nos flancos. Este pode ser, de fato, o melhor plano, sempre que for possível; mas a natureza do terreno forçará uma mudança, se houver uma montanha

à frente ou um rio no caminho, ou se ele for retido por colinas, florestas ou outros aspectos desfavoráveis. [4] O tipo de inimigo também forçará uma mudança, bem como a natureza da decisão iminente. Lutar-se-á algumas vezes numa fileira estendida, outras em colunas, com auxiliares ou legiões; às vezes será um bom plano até mesmo fingir retirada e voltar as costas ao inimigo. [5] Do mesmo modo, é o tipo de processo que ditará se o proêmio é obrigatório ou supérfluo, se deve ser curto ou longo, se inteiramente dirigido ao juiz ou se algumas partes, por meio de uma figura, devem voltar-se a outra pessoa; se a narração deve ser breve ou alongada, contínua ou dividida, direta ou em ordem alterada. [6] O mesmo diz respeito à ordem das questões, pois ocorre frequentemente que na mesma controvérsia uma parte possa achar útil colocar uma questão primeiro, e a outra, outra. Essas regras não foram sancionadas por plebiscitos ou consultas populares; quaisquer que sejam, é a utilidade que as revela. [7] Não nego que geralmente são úteis; se o pensasse, não escreveria nada. Porém, se essa mesma utilidade nos aconselha outra coisa, devemos segui-la, abandonando a autoridade dos professores.

[8] Acima de tudo prescreverei, e “aconselharei repetindo de novo e de novo”¹¹⁹, que em todas as suas atividades o orador mantenha duas coisas em mente: o que é apropriado e o que é útil. E é frequentemente útil, e algumas vezes apropriado, fazer modificações na ordem tradicional estabelecida, tal como vemos roupas, expressões e posições variadas nas estátuas e pinturas. [9] Um corpo “reto” agrada muito pouco: o rosto te encara diretamente, os braços pendendo, os pés juntos, e a obra é totalmente rígida dos pés à cabeça. A flexibilidade – e eu quase diria “movimento” – produz uma espécie de ação e emoção. Pelo mesmo motivo as mãos não se encontram sempre na mesma posição, e há mil tipos de expressão facial. [10] Algumas figuras são mostradas a correr e tomar impulso, outras estão sentadas ou deitadas; algumas nuas, outras vestidas, algumas meio a meio. O que é tão contorcido e elaborado quanto o famoso Discóbolo de Mirão? Mas um crítico que o desaprovasse porque não está reto não estaria a mostrar sua própria ignorância dessa arte, na qual a inovação e a dificuldade são o que mais merece louvor?

[11] A mesma graça e prazer são produzidos por *figuras*, sejam as de *pensamento* ou de *palavra*. Elas representam um desvio do discurso “reto” e, distanciando-se do uso comum ou vulgar, produzem uma virtude. [12] Numa pintura, o

¹¹⁹ “Praedicam et repetens iterumque iterumque monebo” (Virg. *Aen.*, III, 436).

rosto completo mostra beleza; Apeles, porém, pintou Antígono em perfil, de modo a esconder a deformidade da perda de um olho. Não deveríamos, então, cobrir também certos elementos no discurso, seja porque não devem ser revelados, seja porque não podem ser expressados adequadamente? [13] Isto é o que fez, se não me engano, Timantes de Citno na pintura que lhe deu a vitória sobre Colotes de Teos: tendo pintado, em seu *Sacrifício de Ifigênia*, um Calcas triste, um Ulisses ainda mais triste, e dado a Menelau a expressão mais completa de tristeza que sua arte podia produzir, percebeu que havia usado todos os meios de representar emoções que possuía, e não via como pintar o rosto do pai. Assim, cobriu sua cabeça com um véu, deixando o resto à imaginação dos espectadores. [14] E não é parecido a isso aquele trecho de Salústio: “sobre Cartago, creio que faço mais em calar-me do que em dizer pouco”?

Por isso foi sempre meu costume prender-me o mínimo possível às regras que os gregos chamam καθολικά – isto é (traduzindo como nos é possível) “universais” ou “perpétuas”. De fato, são raras as regras que não possam ser enfraquecidas ou subvertidas em aspecto algum.

[15] Contudo, direi mais sobre o tema no momento apropriado. Por ora, não quero que os jovens considerem sua educação completa ao terem aprendido de cor um dos manuaizinhos que circulam por aí, ou que acreditem que os decretos dos eruditos garantirão sua segurança. A arte do discurso depende de muito esforço, estudo contínuo, vários tipos de exercício, abundantes provações, sabedoria profunda e planejamento vivíssimo. [16] As regras, porém, ajudarão também, se indicarem a estrada principal – e não uma trilha estreita. Quem considerar proibido desviar-se dela, precisará caminhar como os que vão sobre cordas.

Frequentemente deixamos a estrada militar pavimentada atraídos por um atalho; se uma enchente derrubou as pontes e tornou a estrada direta intransitável, seremos forçados a fazer um desvio; se os portões estão bloqueados por fogo, escaparemos pela muralha. [17] Nosso trabalho é muito abrangente, variado, com novidades quase todo dia; nunca será possível dizer tudo a seu respeito. O que tentarei fazer é dizer quais são os ensinamentos tradicionais, o que é melhor neles, e que mudanças, adições ou omissões parecem desejáveis.

[1] A palavra ῥητορικὴ foi traduzida por alguns para o latim, umas vezes como “oratória”, outras como “oradora”¹²⁰. Não roubarei deles o louvor que lhes é devido por tentarem enriquecer a língua romana; mas nem toda palavra grega tolera que a retiremos de lá, assim como nem eles, em muitos casos, usam suas próprias palavras em lugar das nossas. [2] As supracitadas traduções não são menos repugnantes que a “serdade” e “poderdade” de Plauto¹²¹, e nem mesmo são apropriadas: “oratória” é semelhante a “locutória”, e “oradora” a “locutora”, mas ῥητορικὴ no sentido em que a estamos usando é mais parecida ao termo “eloquência”.

Sem dúvida, ela tem em grego dois sentidos: [3] um como adjetivo (*arte retórica*, como *navio pirata*), outro como substantivo, qual *filosofia* e *amizade*. Mas estamos falando, neste momento, do sentido substancial; γραμματικὴ, por exemplo, em latim se diz *literatura*, não “literadora”, que é como “oradora”, nem “literatória”, que é como “oratória”; de fato, esses termos não traduzem ῥητορικὴ. [4] Não briguemos, pois, principalmente quando em outros campos são tantas as palavras gregas que devemos usar: afinal, direi *filósofos*, *músicos*, *geômetras*, e não acrescentarei nada a esses nomes transferindo-os impropriamente ao latim. Finalmente, se até Cícero chegou ao ponto de intitular suas obras sobre o assunto com nomes gregos¹²², não seremos nós que recearemos confiar, quanto ao nome de sua própria arte, nesse que é o orador supremo.

[5] Destarte, dividiremos a retórica (pois já usarei este nome sem medo de críticas) com precisão, segundo penso, se falarmos de *arte*, *artífice* e *obra*. “Arte” é o que precisa ser aprendido pelo estudo: isto é, a ciência de discursar bem. “Artífice” é quem aprendeu esta arte: ou seja, o orador, cuja aspiração é discursar bem. “Obra” é o que o artífice produz: ou seja, o bom discurso. Cada uma dessas partes será analisada separadamente; agora tratarei dos tópicos relativos à primeira parte, e as outras terão seus próprios capítulos depois.

15.

¹²⁰ *oratoria* e *oratrix*.

¹²¹ *essentia* e *queentia*, traduções pouco naturais de termos gregos (ὀυσία e δόναμις); o Plauto aqui considerado não é o comediógrafo, mas provavelmente o filósofo estoico Sérgio Plauto.

¹²² O tratado *De Inventione*, por exemplo, era conhecido por Quintiliano pelo nome *libri rhetorici* (cf. cap. 15, 6).

[1] Antes de mais nada, o que é retórica? Ela tem sido definida de muitos modos, mas as discordâncias dizem respeito a apenas duas questões: a natureza das coisas (*res*) e a compreensão das palavras (*verba*). As primeiras e principais opiniões diferem no seguinte: uns julgam que homens maus também podem ser classificados como oradores, e outros, com os quais concordo, só querem atribuir este nome e arte aos bons. [2] Dentre aqueles, porém, que separam o poder do discurso dos valores mais altos e desejáveis desta vida, alguns o consideraram um hábito; outros até admitiram que fosse uma arte, mas desconectada do conhecimento e da virtude; outros ainda o julgaram uma depravação da arte, isto é, uma *κακοτεχνία*.

[3] Esses autores pensavam, de modo geral, que o objetivo do discurso se estabelecia ou “na persuasão” ou em “falar persuasivamente”. E isso de fato pode ser feito também por quem não seja um homem bom. A definição mais frequente, porém, é que a retórica é “força de persuasão”. Ao que estou chamando “força” muitos chamam “poder”, alguns outros “capacidade”; e para que não haja alguma ambiguidade, digo que chamo “força” ao que em grego dizem *δύναμις*. [4] Esta opinião teve origem em Isócrates, se é mesmo dele o tratado que circula por aí, o qual, embora esteja longe de querer difamar a profissão do orador, acabou limitando a definição da arte quando disse que a retórica era um “produtor de persuasão” – isto é, *πειθοῦς δημιουργός*¹²³. Nem eu me permitiria falar como Ênio quando chama M. Cêtego de “medula da persuasão”¹²⁴. [5] Também Górgias, no livro de Platão que leva seu nome, diz quase a mesma coisa¹²⁵, mas Platão deseja que essa opinião seja atribuída a ele, e não a si mesmo.

É fato que Cícero escreveu, em diversas obras, que o ofício do orador era discursar de maneira acomodada à persuasão; [6] inclusive afirmou na sua *Retórica* – a qual sabemos seguramente que ele mesmo não aprovava – que o fim da arte era persuadir¹²⁶. Contudo, também o dinheiro persuade, bem como a reputação, a autoridade e a importância da pessoa que fala. Na verdade, até a mera aparência física,

¹²³ O tratado em questão não chegou até nós.

¹²⁴ *Annales*, 304-8. Cêtego foi cônsul em 204 a.C., mas não temos outros testemunhos sobre sua oratória.

¹²⁵ 453a. É também aí que aparece, na boca de Sócrates, a ocorrência mais antiga que temos da expressão *πειθοῦς δημιουργός*, que Quintiliano atribui a Isócrates.

¹²⁶ Cícero, *De Inventione*, I, 6. Não nos parece ser a distinção entre *officium* (discursar de modo apto à persuasão) e *finis* (persuadir) que representa problema para Quintiliano, como Russell faz parecer – interpretando “etiam” como adversativa. Sua objeção é a Cícero é que em ambos os aspectos aparece o conceito de persuasão. Curiosamente, o fim da retórica no texto ciceroniano que possuímos é *persuadere dictione*, adendo que, omitido na citação de Quintiliano, esquiva-se da argumentação em 6-9 e só é considerado em 10.

desprovida de qualquer voz, pode impelir-nos a lembrar os méritos da pessoa, ou apiedar-nos de seu rosto desesperado, ou admirar-lhe a beleza, ditando assim a sentença. [7] Quando Antônio, por exemplo, ao defender Mânio Aquílio¹²⁷, rasgou as vestes do homem e exibiu, em seu peito nu, as cicatrizes que ele havia recebido pela pátria, não confiava em palavras: aplicou seu poder, sim, aos olhos do povo romano. E o que o levou à absolvição do réu, segundo se acredita, foi, sem dúvida, justamente aquela visão. [8] Até Sérvio Galba, segundo se atesta tanto em documentos de outros como no discurso de Catão, escapou da condenação pela simples misericórdia: [9] não apenas levou à assembleia seus próprios filhos, como envolveu também com seus braços o filho de Sulpício Galo¹²⁸. Também Frineia livrou-se do perigo, segundo se crê, não pela atuação de Hipérides – por admirável que tenha sido – mas pela exibição de seu próprio corpo, o qual (e ela já era impressionante sem isso), arrancando sua túnica, desnudara¹²⁹.

Se todas essas práticas persuadem, a definição de que falamos não é adequada. [10] Por isso se achavam mais cuidadosos os que, embora tenham a mesma impressão sobre a retórica, avaliaram-na como uma “força de persuasão por meio do discurso”. Essa é a definição que dá Górgias, obrigado por Sócrates, no mesmo livro de que falamos acima¹³⁰; do qual não discorda Teodectes (se aceitamos ser dele a obra sobre a retórica que se lhe atribui, ou então, como se acredita, de Aristóteles¹³¹). Ali lemos que o fim da retórica é “conduzir os homens, por meio do discurso, àquilo que deseja o agente”. [11] Mas nem esta é abrangente o bastante: com efeito, persuadem por meio do discurso, e conduzem àquilo que desejam, também outros, como prostitutas, aduladores, sedutores. E, por outro lado, o orador nem sempre persuade. De modo que essa definição, de uma parte, não é apropriada; e de outra, é comum a atividades muito distantes da oratória. [12] Tampouco Apolodoro está muito longe disso, ao dizer que o principal num discurso judicial, acima de tudo, é persuadir o juiz e conduzir o julgamento dele àquilo que se deseja. Pois também ele sujeita o orador à fortuna, de modo que, se não persuadir, não pode manter seu próprio nome. [13] Alguns se

¹²⁷ Mânio Aquílio foi acusado de extorsão em 98 a.C., e defendido por Antônio (avô do triúmviro e personagem do *De Oratore*). Cf. Cícero, *In Verrem*, II, 5, 3.

¹²⁸ cf. Cícero, *De Oratore*, I, 227; *Brutus*, 89.

¹²⁹ Athenaeus, *Deipnosophistae*, 590-591.

¹³⁰ *Gorgias*, 452e.

¹³¹ A obra não chegou até nós.

esquivaram desse resultado¹³², como Aristóteles, que diz: “retórica é a capacidade de descobrir tudo o que é persuasivo num discurso”. Essa definição também possui o defeito de que falamos acima, e lhe acrescenta outro: não abarca coisa alguma além da invenção, e esta, sem a elocução, não constitui um discurso¹³³. [14] Hermágoras, que definiu o objetivo como “falar persuasivamente”, e outros que desenvolvem a mesma ideia, mudando apenas as palavras, e expõem como objetivo “dizer tudo o que convém à persuasão”, já receberam uma resposta suficiente, quando demonstrei que persuadir não é próprio apenas do orador.

[15] A estas questões somam-se outras diversas. Com efeito, uns julgaram que a retórica se imiscuía a todos os assuntos, e outros, que só às coisas civis; no capítulo reservado a este problema¹³⁴, direi qual dessas posições é a mais verdadeira. [16] Aristóteles, por exemplo, parece submeter tudo ao orador, quando lhe concede a capacidade de ver o que pode ser persuasivo em qualquer assunto; também Játracles, embora não use a expressão “em qualquer assunto”, mostra que nada está fora da retórica, pois chama-a “poder de descobrir o que é persuasivo no discurso”. Mas mesmo essas definições abarcam somente a fase da invenção. Fugindo desse defeito, Eudoro considera-a um “poder de descobrir e enunciar com ornato coisas críveis em todo discurso”. [17] No entanto (uma vez que não é necessário ser orador para descobrir as coisas críveis, assim como é com as persuasivas), ao adicionar “em todo discurso”, ele concedeu, mais do que os supracitados, o nome de uma coisa belíssima àqueles que nos persuadem para o mal.

[18] Górgias, em Platão, diz ser um artífice da persuasão em julgamentos e outras assembleias, e tratar das coisas justas e injustas; Sócrates concedeu-lhe o a habilidade de persuadir, mas não de ensinar¹³⁵. [19] Aqueles que não sujeitaram tudo ao orador, fizeram distinções mais complicadas e prolixas, como era forçoso; entre esses,

¹³² Isto é, do problema apontado acima: conectar o objetivo da retórica a um resultado concreto faz com que o orador seja obrigado a persuadir sempre, para ser digno de seu nome.

¹³³ ἔστω δὴ ἡ ῥητορικὴ δύναμις περὶ ἕκαστον τοῦ θεωρησῆσαι τὸ ἐνδεχόμενον πιθανόν (*Retórica*, I, 2, 2). Com θεωρησῆσαι, Aristóteles pretendia cobrir também a elocução, pois é preciso *descobrir* a linguagem que será usada em cada caso; é difícil explicar como Quintiliano poderia confundir-se neste assunto, especialmente tendo em vista que Aristóteles usou um termo diferente de εὐρεσις (correlato grego de *inventio*). O problema salta mais aos olhos quando vemos que, em 16, Quintiliano fornece uma tradução muito superior da passagem citada: “a capacidade de *ver* o que pode ser persuasivo em qualquer assunto”. Uma possível explicação é que ele não se refira, em 13, a um trecho da *Retórica*, e sim a algum outro, que não chegou até nós.

¹³⁴ Cap. 21.

¹³⁵ 454b-e.

estava Aríston, discípulo do peripatético Critolau. Esta era sua definição: “ciência de ver e agir, em questões civis, pelo discurso de persuasão popular” [20] (como ele é peripatético, não se deve entender por “ciência” o mesmo que “virtude”, como fazem os estoicos). Contudo, ao entendê-la como “persuasão popular”, mostra-se insolente para com a arte do discurso, julgando-a incapaz de persuadir os homens cultos. E dos que pensam que o orador só se envolve em questões civis, diga-se, enfim, que eles eliminam muitos deveres do orador, incluindo todo o discurso laudatório – o qual representa nada menos que a terça parte da retórica.

[21] Alguns consideraram-na uma arte, mas não virtude. É o caso de Teodoro de Gádara, que a define, mais cautelosamente (nas palavras dos que o traduziram do grego), como “arte investigadora, julgadora e anunciadora, com um ornato apropriado segundo a medida daquilo que se usa de persuasivo em qualquer assunto que diga respeito a matérias civis”. [22] Cornélio Celso, do mesmo modo, diz que o objeto da retórica é discursar persuasivamente sobre assuntos civis e incertos. Há outras definições semelhantes a essas, como: “capacidade de exergar e se pronunciar em questões civis que lhe sejam submetidas, com uma certa persuasão, certo comportamento corporal e certa pronúncia das coisas que dirá”. [23] Há mil outras, mas ou são as mesmas coisas, ou são compostas delas, às quais porém responderei quando for o momento de falar da matéria da retórica¹³⁶.

Alguns não a consideraram nem força, nem ciência, nem arte; Critolau diz “prática no discurso” (pois é o que significa *τριβή*), e Ateneu, “arte da enganação”¹³⁷. [24] Muitos, porém, satisfeitos em ler mal uns poucos excertos do início do *Górgias* de Platão, como não o leem inteiro nem às outras obras do autor, caem em grande erro e creem ser ele da seguinte opinião: que a retórica não seria uma arte, mas “certa prática no carisma e no agrado”, e segundo outro trecho, a “simulação de uma pequena parte da política e a quarta parte da adulação”. [25] Pois, em tese, ele assinalaria duas partes da política ao corpo: a medicina e a que se traduz por ginástica; e outras duas ao espírito: a jurídica e a justiça. Também classificaria como adulação correspondente à medicina o trabalho dos cozinheiros, e o adulator dos exercícios seria o trabalho dos maquiadores (que simulam a coloração natural com tintas e o verdadeiro vigor com gordura inútil), o da jurídica seria a sofística, e da justiça a retórica.

¹³⁶ No capítulo 21.

¹³⁷ Nada se sabe sobre este Ateneu retor.

[26] De fato, tudo isso está escrito nesse livro, e dito por Sócrates, personagem por meio do qual Platão parece indicar o que pensa. Porém, há uns diálogos seus, aos quais chamamos ἐλεγκτικοί, que foram compostos para refutar os que argumentam em contrário, e outros, chamados δογματικοί, para ensinar¹³⁸. [27] Ora, Sócrates (ou Platão) faz tal juízo da retórica que se praticava na época (em suas palavras, τοῦτον τὸν τρόπον ὃν ὑμεῖς πολιτεύεσθε¹³⁹), mas vislumbra uma outra, verdadeira e correta. Por isso, o debate com Górgias é concluído assim: οὐκοῦν ἀνάγκη τὸν ῥητορικὸν δίκαιον εἶναι, τὸν δὲ δίκαιον βούλεσθαι δίκαια πράττειν¹⁴⁰, ao que Górgias acquiesce. [28] No entanto, Polo, mais leviano por causa do calor juvenil, toma a fala; e é contra ele que são ditas aquelas coisas sobre simulação e adulação.

Então vem Cálicles, oponente mais violento, que no entanto é conduzido até esta conclusão: τὸν μέλλοντα ὀρθῶς ῥητορικὸν ἔσεσθαι, δίκαιον ἄρα δεῖ εἶναι καὶ ἐπιστήμονα τῶν δικαίων¹⁴¹, tornando visível que a retórica não parece a Platão um mal, e que, se for a verdadeira, ela só pode valer-se do que é justo e bom. [29] No *Fedro* ele sustenta, com clareza ainda maior, que esta arte não pode consumir-se sem o conhecimento da justiça¹⁴²; com o que eu concordo. E, se não fosse assim, porventura teria ele escrito a defesa de Sócrates e daqueles que tombaram pela pátria¹⁴³? Esses trabalhos são, certamente, próprios do orador.

[30] Na verdade, ele investia contra aquele tipo de gente que usava mal de sua aptidão para o discurso. Pois também Sócrates considerou imoral o discurso que Lísias compusera para seu uso como réu; era então um costume frequentíssimo escrever para os litigantes o que eles diriam em seu próprio nome, e assim se fraudava a lei que não permitia falar no lugar de outra pessoa. [31] E os especialistas nessa arte pareciam a Platão pouco honestos, quando separavam a retórica da justiça e preferiam o crível ao verdadeiro; isso ele diz também no *Fedro*¹⁴⁴.

¹³⁸ Essa teoria não aparece em nenhum outro lugar, mas é semelhante à divisão apresentada por Diógenes Laércio (III, 49) entre diálogos “hifegemáticos” (expositórios) e “zetéticos” (investigativos).

¹³⁹ “Este modo como vós tomais parte na política” (500c).

¹⁴⁰ “não é então necessário que o orador seja justo, e que o justo deseje praticar a justiça?” (460c).

¹⁴¹ “quem pretende ser um orador do modo correto deve ser justo e conhecedor das coisas justas” (508c).

¹⁴² A partir de 260.

¹⁴³ A Apologia e o Menexeno, respectivamente.

¹⁴⁴ 267a.

[32] Cornélio Celso parece-me ter sido da mesma opinião que os antecedentes, pois ele diz que “o orador busca apenas a aparência de verdade” e, um pouco depois, “a recompensa não é uma consciência limpa, mas a vitória do litigante”. Se tais coisas fossem verdadeiras, só um homem muito ruim daria armas tão perigosas a criminosos, ajudando a iniquidade com seus conselhos. [33] Porém, é a esses autores que cabe justificar seus pontos de vista. O que *eu* vim fazer é formar o orador perfeito, e minha primeira exigência é que ele seja um homem bom. Retornemos, portanto, àqueles que fazem melhor juízo deste assunto.

Alguns julgam que a retórica e a política são o mesmo; Cícero diz que a retórica é uma parte da ciência política (que, para ele, quer dizer a filosofia)¹⁴⁵; e alguns pensam que a retórica e a filosofia são o mesmo – essa era a opinião de Isócrates¹⁴⁶. [34] A definição que se acomodará melhor a esta noção de sua verdadeira natureza é que “a retórica é a ciência de discursar bem”. Esta definição inclui todas as virtudes do discurso numa só fórmula e ao mesmo tempo também o caráter do orador, pois somente um homem *bom* pode discursar *bem*. [35] A definição de Crisipo, tomada a Cleante – “a ciência de falar corretamente” – possui o mesmo valor. Crisipo dá também outras definições, mas elas dizem respeito a outros problemas, mais do que a este. O juízo é o mesmo na definição “persuadir o que é oportuno”, excetuado o defeito de prender a arte ao resultado. [36] A fórmula de Areu¹⁴⁷ também é boa: “discursar segundo a virtude do discurso”.

Aqueles que definem a retórica como “ciência dos deveres públicos” também excluem os homens maus, se considerarem “ciência” como virtude; mas a restrição às questões públicas é estreita. Albúcio Silo, professor e escritor conhecido, concorda que é a “ciência de discursar bem”, mas erra ao adicionar as expressões restritivas “no que tange às questões públicas” e “de modo crível”. Já lidei com ambos esses pontos. [37] É louvável também a intenção dos que pensaram ser próprio da retórica “pensar e discursar corretamente”. Essas provavelmente são as definições mais famosas e mais frequentemente debatidas – seria irrelevante e impossível para mim lidar com todas as que já foram propostas.

¹⁴⁵ *De Inventione*, I, 6.

¹⁴⁶ Isócrates chamava o tipo de educação oferecida por ele de φιλοσοφία.

¹⁴⁷ Winterbottom acredita que este seja Areu Dídimos, amigo de Otávio Augusto (cf. Suetônio, *Divus Augustus*, 89). Russell discorda.

Parece-me que cresceu um desejo perverso, nos autores de manuais, de nunca formular nada em palavras que tenham sido usadas por algum predecessor; eu não terei tais pretensões. [38] O que eu disser não será necessariamente invenção minha, mas será o que julgo correto. Neste caso em particular, penso que a retórica é “a ciência de discursar bem”. Quando a melhor resposta já foi encontrada, procurar por outra é buscar uma pior.

Se aceitarmos tais argumentos, teremos também uma resposta clara para a questão de qual seria o fim ou o objeto máximo e último da retórica – ou, como se diz, o *τέλος* ao qual todas as artes tendem. Ora, se ela é “a ciência de discursar bem”, seu fim e objeto mais alto é “discursar bem”.

16.

[1] A próxima questão é se a retórica é útil. Alguns estão habituados a atacá-la violentamente e – coisa muito desprezível – usar o poder da oratória para acusar a oratória mesma. [2] É a eloquência, afirmam eles, que rouba criminosos à punição, que conduz por seus engodos à condenação dos inocentes, confunde as deliberações e excita, não apenas a sedição e a violência das multidões, mas guerras inexpiáveis. Em suma, dizem eles, seu maior uso é defender a falsidade contra a verdade. [3] Assim, poetas cômicos acusaram Sócrates de ensinar como fazer a pior causa parecer a melhor¹⁴⁸, e Platão, por sua vez, diz que Tísias e Górgias faziam promessas semelhantes¹⁴⁹. [4] Acrescentam a esses exemplos outros, de Grécia e Roma, e enumeram todos que, usando a eloquência para destruir, não apenas indivíduos, mas o bem comum, perturbaram ou derrubaram as instituições das cidades. Por isso, dizem eles, a retórica foi expulsa de Esparta; e também em Atenas, onde os oradores eram proibidos de apelar às emoções, seu poder foi mutilado.

[5] É lógico que, segundo tal modo de pensar, nem generais nem magistrados, nem a medicina nem a sabedoria ela mesma seriam “úteis”. Flamínio era um general, os Gracos, Saturnino e Gláucia eram magistrados¹⁵⁰. Há envenenadores entre os médicos, e

¹⁴⁸ Por exemplo, Aristófanes (*As Nuvens*, 97-98).

¹⁴⁹ *Fedro*, 267a.

¹⁵⁰ Flamínio foi o cônsul derrotado por Aníbal em 217 a.C. (por ter sido vencido, foi um “mau general”, embora não tenha sido propriamente um vilão); os Gracos, Tibério e Caio, eram populistas que, depois de tentar promover uma revolução, passaram para a posteridade como inimigos públicos; Saturnino e

os mais terríveis crimes são detectados às vezes naqueles que abusam do nome de filósofos. [6] Rejeitemos os alimentos: eles frequentemente causam doenças. Não entremos sob teto algum: ele às vezes cai sobre seus habitantes. Não se façam espadas para os soldados: um ladrão pode usá-las! E quem ignora que fogo e água, sem os quais não haveria vida, e até mesmo – para não nos limitarmos a coisas terrenas – o sol e a lua, os maiores dos corpos celestes, algumas vezes fazem mal?

[7] Alguém negará, então, que Ápio, o Cego, destruiu com o poder de sua oratória o vergonhoso acordo de paz com Pirro¹⁵¹? Não foi a eloquência de Cícero que conquistou o apoio popular quando ele falou contra as leis agrárias¹⁵²? Não foi ela a devastar a audácia criminosa de Catilina? Não foi ela a conseguir, na vida civil, súplicas que são a maior honra mesmo para generais em guerra? [8] A oratória não revive frequentemente a coragem de um exército assustado e persuade o soldado, ao encarar os muitos perigos da batalha, que a glória é preferível à vida? Movem-me menos os exemplos de Esparta e Atenas que o do povo romano, que sempre teve seus oradores em alta consideração. [9] Não posso imaginar como os fundadores de cidades teriam feito uma multidão de vagabundos unir-se para formar um povo, se não os tivessem movido por uma fala educada, ou como os primeiros legisladores teriam conseguido restringir a humanidade pela escravidão das leis, se não tivessem os mais altos dons da oratória. [10] Os princípios mesmos do direcionamento da vida, conquanto sejam honrados por natureza, possuem mais poder para formar as mentes dos homens quando o brilho da eloquência ilumina a beleza das coisas ditas. E assim, embora as armas da eloquência sejam poderosas tanto para o bem como para o mal, é injusto considerar maligno algo que se pode usar para o bem.

[11] Mas esses problemas podem, talvez, ser deixados àqueles que reduziram o fim da retórica ao “poder de persuasão”. Se ela for, porém, a ciência de discursar bem (definição que eu adoto), de modo que o orador seja em primeiro lugar um homem bom, deve-se admitir sem sombra de dúvidas que ela é útil. [12] De fato, aquele deus primeiro, pai de todas as coisas e criador do universo, não pôs maior distinção entre o

Glúcia (tribuno e pretor) controlaram Roma durante os anos 102 e 100 a.C., e também são tidos como homens sediciosos.

¹⁵¹ Pirro, rei do Épiro, esperava conquistar Roma, mas foi surpreendido pela estabilidade romana e pela solidez das alianças itálicas. Tentou negociar a paz, mas o Senado, aconselhado por Ápio, o Cego, recusou-se a tratar do assunto enquanto as tropas de Pirro permanecessem em solo italiano (cf. Plutarco, *Pirro*, 19). Ápio foi também o construtor da famosa Via Ápia.

¹⁵² *De Lege Agraria Contra Rullum Orationes*, datando de 63 a.C., ano do consulado de Cícero, e mesmo período da conspiração de Catilina – mencionada a seguir.

homem e as outras criaturas (as que eram mortais, evidentemente) do que a capacidade de falar. [13] Vemos, nos animais mudos, corpos que superam os nossos em tamanho, força, robustez, resistência e velocidade; vemos que precisam de menos auxílios externos do que nós. Sabem instintivamente, sem qualquer professor, como correr, alimentar-se e atravessar as águas. [14] Muitos estão protegidos do frio por recursos de seus próprios corpos, possuem certas armas nascidas consigo, e comida quase que à mão; aspectos da vida que muito preocupam os homens. Por isso o Criador nos deu a razão como um dom especial, e quis que a compartilhássemos com os próprios deuses imortais. [15] Contudo, a razão ela mesma não nos ajudaria tanto, nem seria tão evidente em nós, se não tivéssemos o poder de expressar os pensamentos que concebemos em nossas mentes; é esse poder, mais do que algum grau de entendimento e pensamento, que vemos faltar nos outros animais. [16] Fazer camas suaves, tecer ninhos, criar e emancipar os pequenos, até mesmo guardar comida para o inverno e outras obras que não podemos imitar (como fazer mel e cera), todos são talvez sinais de algum grau de razão; mas de vez que às criaturas que fazem tais coisas falta a fala, chamamo-las brutas¹⁵³ e irracionais. [17] E por fim, aos homens que foram privados da voz, quão pouco lhes vale possuir o sopro celestial do espírito!

Destarte, se não temos melhor dom dos deuses do que a fala, o que mais deveríamos considerar tão merecedor de um cultivo cuidadoso? No que preferiríamos destacar-nos entre os homens, mais do que naquilo em que a humanidade se destaca das outras criaturas viventes? [18] Até porque não há atividade em que o esforço traga recompensa mais generosa.

Isso fica claro, evidentemente, se considerarmos de onde veio a oratória e o quão longe já avançou até agora; e ela ainda tem para onde desenvolver-se. [19] E, para não falar de como é útil, e como convém a um homem bom, defender os amigos, guiar o senado por conselhos, liderar um povo ou um exército na direção que quiser; não haverá beleza no fato mesmo de usar nosso entendimento comum e as palavras que todos usam para atingir tal louvor e glória que não pareças apenas discursar ou argumentar, mas, como Péricles, relampejar e trovejar¹⁵⁴?

17.

¹⁵³ *mutum* lit. “mudo”, mas em latim também possui sentido intelectualmente insultuoso (“estúpido”).

¹⁵⁴ Aristófanes, *Acarnenses*, 530.

[1] Se eu quisesse estender-me nesse assunto e entregar-me a meu prazer, não haveria término. Passemos, pois, à próxima questão: se a retórica é ou não uma arte. [2] É evidente que nenhum dos autores que nos transmitiram as regras do discurso duvidou disto. Quem o testemunha são os próprios títulos de seus livros: “Arte Retórica”. Cícero determina que “o que se chama de retórica” seja “eloquência produzida com arte”¹⁵⁵. Contudo, não foram só oradores a exigi-lo, porque quisessem conferir maior prestígio a suas ocupações, mas tanto os filósofos estoicos como os peripatéticos, em sua maioria, concordam com eles. [3] Confesso mesmo que tinha minhas dúvidas sobre a necessidade de tratar desta parte da questão, pois quem há tão desprovido, não direi de educação, mas de bom-senso, ao ponto de imaginar que, embora haja artes de construção, tecelagem e olaria, a retórica – a maior e mais bela das conquistas humanas, como dissemos antes¹⁵⁶ – possa ter chegado a tão sublime elevação, sem o auxílio da arte? [4] Quanto a mim, acho que aqueles que argumentaram contra esta visão não estavam falando o que pensavam; seu desejo era mais o de exercitar seus engenhos num tema difícil, como Polícrates ao elogiar Busíris¹⁵⁷ e Clitemnestra¹⁵⁸ – embora conte-se que ele compôs de modo semelhante um discurso que foi apresentado contra Sócrates¹⁵⁹.

[5] Alguns diriam que a retórica é natural, mas também admitiriam que se desenvolve com a prática. Assim é que Antônio, no livro de Cícero intitulado *De Oratore*, considera-a uma espécie de prática disciplinada, e não uma arte¹⁶⁰. [6] Esta afirmação, contudo, não é posta ali para que a tomemos por verdade, mas para fazer jus ao caráter de Antônio – que tinha por método dissimular sua arte. Lísias, porém, parece ter sido da mesma opinião¹⁶¹. E sua defesa seria que homens sem educação, bárbaros e escravos, quando falam em defesa própria, produzem algo semelhante a um proêmio, e em seguida narram, provam, refutam, e finalmente imploram por misericórdia com a

¹⁵⁵ *De Inventione*, I, 6.

¹⁵⁶ No Livro I (12, 16).

¹⁵⁷ Cruelíssimo rei do Egito.

¹⁵⁸ Esposa de Agamenon. Revoltada por seu marido ter sacrificado a própria filha, Ifigênia, Clitemnestra ter-se-ia vingado assassinando-o; posteriormente, teria sido morta pelo próprio filho, Orestes, em vingança de Agamenon.

¹⁵⁹ A concessiva “embora” (*quamquam*) se justifica pela oposição entre os discursos lúdicos (*ut ingenia exercerentur*), em favor de Busíris e Clitemnestra, e a acusação a Sócrates, que teria sido apresentada (*habita*) no julgamento real.

¹⁶⁰ II, 232.

¹⁶¹ Cícero (*Brutus*, 48) relata que, segundo Aristóteles, Lísias teria a princípio acreditado em seguir uma *ars dicendi*, mas teria abandonado a ideia depois de perceber que um retor erudito como Teodoro nem por isso era um grande orador.

força de um epílogo. [7] Advogados desta tese acrescentam os seguintes sofismas: “nada baseado na arte pode ter existido antes da arte; ora, os homens já falavam em defesa própria ou para atacar outros, antes que surgissem os primeiros professores da arte – no tempo de Tísias e Córax; logo, a oratória existia antes da arte, e não pode ser uma arte”. [8] Quanto a mim, não me importa quando o ensino começou, mas já em Homero vemos: 1) Fênix como um professor de “ações e discursos”¹⁶²; 2) vários outros oradores; 3) todos os gêneros de discurso nos três líderes¹⁶³; e 4) uma competição de eloquência entre os jovens¹⁶⁴. Além disso, processos judiciais e advogados podem ser vistos nas gravuras do escudo de Aquiles¹⁶⁵.

[9] Basta recordar-nos que tudo o que a arte torna perfeito tem sua origem na natureza. Caso contrário, sumamos com a medicina, que foi descoberta pela observação de quais coisas conduziam à saúde, quais à doença. De acordo com alguns, ela é inteiramente baseada na experiência: alguém já tinha atado uma ferida antes que a arte existisse, e aliviado uma febre por meio de descanso e jejum; não porque tenha visto qualquer motivo teórico para isso, mas porque a saúde mesma do paciente o exigia¹⁶⁶.

[10] Tampouco permitamos que a construção seja uma arte: homens primitivos construía sem arte suas casas. A música também, pois alguma espécie de canto e dança existe em todos os povos. Assim, se qualquer discurso pode ser chamado de “retórica”, devo concordar que a retórica existia antes que houvesse uma arte; [11] se, porém, nem todo aquele que consegue falar é um orador – e as pessoas não falavam como oradores naqueles dias – então devem admitir que o orador é produzido pela arte, e não existia antes da arte.

Isto também exclui o argumento que diz: “não pertence à arte aquilo que faz alguém sem tê-lo aprendido; no entanto, há homens que conseguem discursar sem ter aprendido”. [12] Em favor desta tese aduzem o fato de que Dêmades, o remador, e Ésquines, o ator, eram ambos oradores. Este é um raciocínio falso: ninguém pode ser orador se não aprendeu, e é mais razoável supor que tais homens tenham estudado tardiamente do que nunca terem estudado. Porém, a verdade é que Ésquines foi bem

¹⁶² *Ilíada*, IX, 442.

¹⁶³ Referindo-se à descrição homérica dos estilos retóricos de Menelau (*Ilíada*, III, 214), Odisseu (*ibid.*, III, 221) e Nestor (*ibid.*, I, 249).

¹⁶⁴ Conta-se na *Ilíada* (XV, 283) que Toante era inferior a poucos quando “os jovens competiam no discurso”.

¹⁶⁵ *Ilíada*, XVIII, 497 em diante.

¹⁶⁶ Isto é, tais coisas não eram feitas por causa de princípios abstratos (como o de equilíbrio dos quatro humores), mas porque eram urgentes para recuperar o vigor do paciente ou evitar que morresse.

educado nas letras desde a infância, pois seu próprio pai era professor; quanto a Dêmades, não é seguro que ele nunca tenha estudado – e a prática diligente pode muito bem ter feito dele o que se tornou, pois ela é na verdade o meio mais eficaz de aprender. [13] Por outro lado, pode-se dizer que se teria destacado mais se tivesse estudado; afinal, ele nunca ousou publicar seus discursos em forma escrita, embora saibamos que era muito bom ao apresentá-los.

[14] Aristóteles, como é seu costume, desenvolveu argumentos nessa linha, com uma argúcia característica, no *Gryllus*¹⁶⁷. Seu objetivo, nesse ponto, era problematizar a questão de modo mais elaborado; mas ele também escreveu três livros sobre a arte retórica e, no primeiro, não apenas admite que ela é uma arte, como diz que é parte tanto da política como da dialética¹⁶⁸. [15] Critolau e Atenodoro de Rodes discutiram longamente sobre o outro lado da questão. Quanto a Agnon, o título de seu próprio livro depõe contra sua confiabilidade, pois ele o declarou abertamente uma “Acusação da Retórica”. Também não me surpreendo com a posição de Epicuro, já que ele rejeitava toda forma de educação¹⁶⁹. [16] Esses autores falam muito, mas tudo baseado em uns poucos tópicos. Lidarei brevemente com os mais significativos dentre eles, para que a discussão não prossiga sem ter fim.

[17] O primeiro argumento é baseado na matéria. Todas as artes, dizem eles, possuem uma matéria – o que é verdade – mas a retórica, não. Mostrarei mais à frente a falsidade desta tese¹⁷⁰.

[18] Sua segunda calúnia é que, embora nenhuma arte possa concordar com falsas opiniões, porque ela não pode existir sem uma *percepção*¹⁷¹ (que sempre é verdadeira), a retórica concorda com falsidades e, portanto, não é uma arte. [19] Estou pronto para admitir que a retórica às vezes diz coisas falsas como se verdadeiras fossem, mas não concedo que esteja situada sobre uma opinião falsa; há uma grande diferença entre ter *eu mesmo* uma opinião e fazer uma *outra pessoa* adotá-la. Gerais frequentemente se valem de mentiras: Aníbal, cercado por Fábio, deu ao inimigo a ilusão de que seu exército estava em retirada, amarrando gravetos aos chifres do gado e

¹⁶⁷ Diálogo perdido, como os demais de Aristóteles.

¹⁶⁸ *Retórica*, I, 2, 7.

¹⁶⁹ Era célebre o dito de Epicuro: “embarca e foge de toda educação” (cf. Diógenes Laércio, X, 6).

¹⁷⁰ No capítulo 21.

¹⁷¹ A terminologia aqui é estoica: *perceptio* traduz *κατάληψις*, uma “percepção sempre verdadeira”. A expressão seguinte, *quae semper vera sit*, determina essa leitura; além disso, o termo *perceptio* já fora usado por Cícero para traduzir o conceito estoico de *κατάληψις* (cf. *De finibus*, III, 17).

ateando-lhes fogo, para em seguida dirigir a boiada à noite em direção às montanhas do outro lado. Embora tenha enganado Fábio, ele mesmo sabia a verdade. [20] Do mesmo modo, quando Teopompo, o lacedemônio, trocou de roupa com sua esposa e escapou da prisão disfarçado de mulher, não tinha uma opinião falsa de si mesmo, mas deu uma aos guardas. Assim também um orador, quando substitui a verdade por uma falsidade, sabe que ela é falsa, e que ele a está colocando no lugar da verdade; não tem, portanto, uma falsa opinião *ele mesmo*, mas engana uma outra pessoa. [21] Quando Cícero se gabava de ter lançado trevas sobre os olhos dos juízes, no processo de Cluêncio, ele mesmo estava vendo alguma coisa. E quando um pintor nos faz acreditar, por sua arte, que alguns objetos estão na frente e outros atrás, ele mesmo sabe que estão todos no mesmo plano.

[22] Dizem também os críticos da retórica que, embora todas as artes possuam uma finalidade definida à qual se dirigem, em retórica algumas vezes não há tal coisa, e algumas vezes a finalidade prometida não é alcançada. Mentem: já mostrei que há um fim, e qual é¹⁷². [23] Além disso, o verdadeiro orador sempre alcançará sua finalidade, pois sempre discursará bem. Contudo, esta crítica talvez seja válida contra aqueles que consideram a “finalidade” como sendo a persuasão. Meu orador e a arte que eu defini, porém, não dependem do resultado. O orador certamente visa a vencer; mas se ele tiver discursado bem, mesmo que não vença, já satisfaz as exigências da arte. [24] Também o piloto deseja alcançar o porto com seu navio a salvo, mas se for arrastado por uma tempestade, não é por isso menos piloto, e pode citar o célebre verso: “contanto que eu mantenha reto o timão”¹⁷³. [25] Igualmente, um médico visa à saúde do paciente, mas se a força da doença ou o descontrole do paciente¹⁷⁴, ou algum outro fator, impede que este fim seja atingido, ele não deixará de ser um médico – bastando que faça tudo segundo princípios médicos. Também para o orador o bem discursar é alcançar sua finalidade. Afinal, como mostrarei mais claramente a seguir, esta arte depende da atividade, e não do resultado. [26] Por isso é falso o argumento de que as artes sabem quando atingiram seu fim, mas a retórica, não. Todos perceberão quando tiverem discursado bem.

Alega-se também que a retórica faz uso de vícios (coisa que uma arte não pode fazer), ao falar falsidades e excitar emoções. [27] Mas nem uma nem a outra coisa são vergonhosas, quando são feitas por um bom motivo; portanto, não são vícios de modo

¹⁷² No capítulo 15 (38).

¹⁷³ Ênio, *Annales*, 483.

¹⁷⁴ Isto é, a incapacidade do paciente de cumprir as instruções dietéticas do médico (*intemperantia*).

algum. Contar uma mentira é, às vezes, permitido mesmo ao sábio; quanto a excitar emoções, o orador precisa fazê-lo se o juiz não puder ser levado a uma sentença justa por outros meios. Juízes podem ser homens inexperientes que frequentemente precisam ser enganados, para salvá-los de erros. [28] Se tivéssemos sábios como juízes, e se assembleias e conselhos de todo gênero fossem formados por sábios, se o ódio, a influência, o preconceito e falsos testemunhos não tivessem poder, então o escopo da eloquência seria muito reduzido, mais ou menos confinado a dar prazer. [29] Se, porém, os sentimentos do auditório são variáveis e a verdade é exposta a tantos males, devemos lutar com as armas da arte, e empregar quaisquer meios que sirvam ao nosso propósito. Um homem que foi desviado do bom caminho só pode ser trazido de volta por uma outra mudança de curso.

[30] A maior parte das objeções capciosas à retórica, contudo, provém do fato de que se podem fazer discursos em favor de ambos os lados de um processo. Daí os seguintes argumentos: 1) nenhuma arte é contrária a si mesma, mas a retórica, sim; 2) nenhuma arte destrói o que produziu, mas isto acontece à obra da retórica; 3) ela ensina o que deve ser dito e o que não deve ser dito, e portanto não é uma arte, por uma dessas duas razões: ou porque ensina o que não deve ser dito, ou porque, tendo ensinado o que deve ser dito, ensina seu oposto. [31] Todos esses argumentos obviamente se aplicam à retórica que foi separada do homem bom e da virtude mesma; porém, partindo de outro ponto de vista, quando a causa é injusta não há retórica. Assim, dificilmente pode ocorrer, mesmo em circunstâncias muito excepcionais, que um orador – é dizer, um homem bom – deva discursar em favor de ambos os lados. [32] Contudo, como é possível, pela natureza das coisas, que dois sábios sejam levados, por causas justas, a lados opostos (acredita-se que inclusive lutariam entre si se a razão os levasse a tanto), responderei a estes argumentos, de modo a tornar claro que foram pensados em vão, mesmo se visamos aos autores que concedem o nome de orador a pessoas de mau caráter.

[33] Primeiro, a retórica não se contradiz. Causa é contraposta a causa, não a retórica contra si mesma. E ainda que pessoas que tenham aprendido as mesmas coisas lutem entre si, não se segue que a arte, que foi ensinada a ambos, não seja arte. Caso contrário, não haveria arte de armas, pois gladiadores treinados sob o mesmo mestre são frequentemente dispostos um contra o outro; [34] ou arte da pilotagem, pois em batalhas navais um piloto se opõe ao outro; ou arte militar, pois general rivaliza com general.

Segundo, a retórica *não* destrói sua própria obra. O orador não refuta o argumento que ele mesmo levantou, nem a retórica, porque, se assumirmos o ponto de vista daqueles que consideram a persuasão como finalidade da retórica, ou se considerarmos dois homens bons que, como sugeri, o acaso pode ter disposto um contra o outro, o que se buscará são verossimilhanças; e, se uma proposição é *mais* crível que a outra, não é contrária àquilo que é apenas *menos* crível. [35] O “mais branco” não é contrário ao “branco”, nem o “mais doce” ao “doce”; tampouco o “mais verossímil” é contrário ao “menos verossímil”.

Terceiro, a retórica nunca ensina o que não deve ser dito, ou o contrário do que deveria ser dito, mas o que deveria ser dito em cada causa individualmente. [36] Contudo, embora ela quase sempre tenha de defender a verdade, isso não é sempre assim: o bem comum às vezes requer que ela defenda o que é falso.

No segundo livro do *De Oratore*, de Cícero, colocam-se também as seguintes objeções: “a arte lida com coisas que são conhecidas, mas toda a ação do orador é baseada em opiniões, e não conhecimento; ele fala diante de um auditório que nada sabe, e ele mesmo algumas vezes diz o que não sabe”¹⁷⁵.

[37] Um desses elementos – isto é, se o juiz conhece o que está sendo tratado – não tem coisa alguma a ver com a arte do orador. O outro merece resposta. “A arte lida com coisas que sabemos”. Sim; a retórica é a arte de discursar bem, e o orador sabe discursar bem. [38] “Mas ele não sabe se as coisas que diz são verdadeiras”. Ora, nem o sabem aqueles que nos dizem que a origem de todas as coisas está no fogo ou água ou nos quatro elementos ou em corpos indivisíveis, ou aqueles que calculam as distâncias entre estrelas ou o tamanho do sol e da terra; porém, eles chamam seus estudos de arte. E se a razão lhes permite parecer não apenas ter uma opinião destas coisas, mas conhecê-las, por causa da força de suas provas, a razão pode fazer o mesmo pelo orador. [39] “Mas ele não sabe se sua causa é verdadeira”. Nem o médico sabe se o homem que diz ter uma dor de cabeça realmente a tem, mas ele o tratará do mesmo modo, presumindo que seja verdade; e sua medicina será uma arte. Além disso, a retórica não tem necessariamente a intenção de sempre dizer a verdade, e sim o verossímil, mas o orador sabe que o que ele diz é verossímil.

¹⁷⁵ II, 30. A citação não é exata, e no original está em discurso indireto.

[40] Uma outra objeção feita pelos opositores é que os advogados frequentemente defendem em um processo o que atacaram no outro; mas este é um defeito da pessoa, e não da arte. Eis, portanto, os principais argumentos levantados contra a retórica; os outros são menos importantes, e derivados dos mesmos princípios.

[41] Pode-se, porém, demonstrar rapidamente que se trata de uma arte. Se, como sugeriu Cleante, arte é uma “capacidade que realiza por um caminho”, isto é, de modo ordenado, ninguém pode duvidar que há um caminho e uma ordem no discursar bem. Se mantivermos a definição quase universalmente aprovada de que uma arte “consiste de percepções concordantes e treinadas para cooperar para um fim útil para a vida”, já mostramos que nenhum desses elementos falta à retórica. Ora, não consta ela, como outras artes, de teoria e exercícios? E tem de ser uma arte, se o for a dialética (como normalmente se afirma), pois ela se diferencia da dialética mais em espécie do que em gênero. Nem devemos omitir que há arte implícita em tudo o que pode ser feito com arte ou sem ela, e também em tudo o que é mais bem feito por alguém que aprendeu, do que por quem não aprendeu. [43] Em retórica, de fato, não apenas o educado superará o ignorante, mas o mais educado superará o menos educado; de outro modo, não haveria tantos preceitos e tão grandes homens a ensiná-los. Isto é algo que todos devem admitir, mas especialmente aqueles dentre nós que tratam a teoria do discurso como inseparável do homem bom.

18.

[1] Algumas artes são baseadas na teoria¹⁷⁶, isto é, no conhecimento e avaliação das coisas. Assim é a astronomia, que não requer ação, pois está contente com a simples compreensão do objeto de seu estudo. Tais artes são chamadas “teóricas”. [2] Outras consistem em ação: nela está seu fim, por meio dela se realizam e, depois do ato, não lhes resta coisa alguma a fazer. Tais artes são chamadas “práticas”, e um exemplo deste gênero é a dança. Outras ainda dependem de um produto, alcançam seu fim pela realização de uma obra visível; chamamo-las “poéticas”, e a pintura é uma delas.

Em termos gerais, devemos concluir que a retórica consiste em ação, pois é por ela que realiza o que pertence ao seu dever. E esta tem sido, de fato, a visão geral. [3]

¹⁷⁶ A tripartição das artes em teóricas, práticas e poéticas, embora apareça bastante nas obras de Aristóteles, é, supostamente, de Platão (cf. Diógenes Laércio, III, 84).

Creio, porém, que a retórica também se assemelha muito àquelas outras artes. Ela pode algumas vezes contentar-se com a teoria em si mesma: estará presente no orador mesmo quando ele estiver calado e, se ele parar de praticar, seja por decisão consciente ou por alguma circunstância, não deixará por isso de ser orador, como um médico que parou de tratar pacientes não deixa de ser médico. [4] Há alguma recompensa – talvez a maior de todas – no estudo privado; o prazer das letras é puro quando elas são retiradas da ação, isto é, das obras, e podem usufruir da contemplação de si mesmas.

[5] A retórica também adquirirá alguns aspectos de uma arte produtiva, quando escreve discursos ou obras históricas – trabalho que consideramos, com razão, como parte da oratória. Não obstante, se ela tem de ser considerada como pertencente a uma das três classes, deve ser chamada “ativa” ou “administrativa” (este é outro nome para a mesma coisa), pois seu uso mais significativo, e no qual ela mais frequentemente se encontra, está contido na ação.

19.

[1] Sei que também se pergunta se é a natureza ou o ensino que contribui mais para a eloquência; essa pergunta é, evidentemente, irrelevante para o propósito da minha obra, pois o orador perfeito não pode existir sem uma combinação dos dois fatores. Contudo, acho muito relevante definir qual é a questão que queremos estabelecer neste campo.

[2] Se isolares completamente um elemento do outro, a natureza será capaz de fazer muito sem o ensino, mas sem natureza não pode haver ensino. Se ambos estiverem emparelhados, porém, numa posição média, creio que a natureza ainda terá maior influência, ao passo que oradores perfeitos devem mais ao ensino do que à natureza. Assim também um solo sem fertilidade alguma não será melhorado nem pelo melhor agricultor; em compensação, de uma terra fértil, mesmo que ninguém a cultive, algo de utilizável nascerá. Porém, o cultivador, num solo fértil, conseguirá mais do que conseguiria por si mesma a riqueza do solo.

[3] Se Praxíteles tivesse tentado fazer uma estátua de uma mó, eu preferiria um bloco rude do mármore de Paros. Se ele tivesse, porém, trabalhado no bloco de mármore, o resultado seria mais devido às suas mãos do que ao mármore. Numa palavra: a natureza é a matéria-prima da educação. Um forma, a outra é formada. Sem

material, a arte nada pode fazer; o material possui algum valor independentemente da arte; a arte mais elevada é melhor do que o mais perfeito material.

20.

[1] Uma questão mais importante é se a retórica deve ser considerada uma das artes “indiferentes” – que não podem ser elogiadas ou censuradas em si mesmas, pois são úteis ou não segundo o caráter do usuário – ou, como muitos (inclusive dentre os filósofos) sustentam, uma virtude. [2] De minha parte, creio que a prática de discursar que muitos seguiram no passado, e ainda seguem hoje, ou é uma não-arte, que é chamada ἀτεχνία (pois vejo muitos correndo para qualquer lugar aonde sua impudência ou fome os leva, sem qualquer método ou letramento), ou então um tipo de arte má, que chamamos κακοτεχνία. De fato, acredito que houve muitos, e ainda há alguns, que devotaram sua habilidade no discurso à ruína dos homens.

[3] Há também algo chamado ματαιοτεχνία, uma imitação despropositada de arte, que certamente não possui bem ou mal em si mesma, mas apenas esforço vão – como o homem que lançava grãos-de-bico à distância num buraco de agulha, sem jamais errar. Dizem que Alexandre, tendo-o observado, deu-lhe uma medida do mesmo legume; recompensa apropriada para aquele trabalho. [4] Penso que devem ser-lhe comparados os que passam a vida, com muito esforço e estudo, em declamações que planejam para serem tão irreais quanto possível. A retórica que estou tentando estabelecer, e cuja imagem formei em minha mente, a retórica que convém a um homem bom e realmente é retórica, será uma virtude. [5] Os filósofos chegam a esta conclusão por muitos argumentos engenhosos, mas ela me parece perfeitamente clara a partir da demonstração mais simples, e propriamente minha, que darei logo mais.

Eis o que dizem eles. Se a consistência no que deveria e não deveria ser feito é uma virtude (a sua parte chamada *prudência*), a mesma virtude deve aparecer na consideração do que deve ou não deve ser dito. [6] Além disso, se há virtudes cujos rudimentos ou sementes a natureza nos concedeu antes mesmo que fôssemos ensinados – a justiça, por exemplo, da qual até camponeses e bárbaros conseguem ver alguma imagem – é evidente que fomos formados desde o começo para sermos capazes de falar em defesa própria, não de modo perfeito, é claro, mas bem o bastante para mostrar que, como eu havia dito, há algumas sementes desta faculdade em nós. [7] Este fundamento

natural, contudo, não existe em artes que não possuem relação com a virtude. E assim, considerando haver dois tipos de discurso – o extenso, chamado retórica, e o conciso, chamado dialética, cuja relação Zenão descrevia dizendo que um era como o punho fechado, e o outro como a mão aberta – a arte do debate também será uma virtude. Haverá, pois, ainda menos dúvida sobre a retórica, que é tão mais esplêndida e acessível¹⁷⁷.

[8] Eu gostaria, contudo, de examinar este assunto mais completa e explicitamente¹⁷⁸, considerando o trabalho real do orador. O que fará ele num encômio, se não entende de coisas honradas e torpes? Como poderá persuadir, sem ter compreendido a utilidade? Como pode falar nos tribunais se nada sabe sobre a justiça? Ora! Não pede também a oratória por coragem, de vez que frequentemente temos que falar na presença de ameaças à ordem pública, frequentemente com risco de ofender os poderosos, e algumas vezes até, como no julgamento de Milão, com soldados armados ao nosso redor? Então, se não é uma virtude, a oratória não pode nem mesmo ser completa.

[9] Porém, se a virtude de qualquer animal consiste naquilo em que ele supera todos os outros, ou a sua maioria – por exemplo, a brutalidade no leão, ou a velocidade no cavalo – e se é absolutamente certo que o homem se destaca dos outros animais na razão e no discurso, por que não deveríamos aceitar que a virtude humana reside na eloquência tanto quanto na razão? O Crasso de Cícero estará correto, então, ao dizer: “a eloquência é uma das mais altas virtudes”¹⁷⁹, e o próprio Cícero ao chamá-la de virtude em suas cartas a Bruto¹⁸⁰ e em outras passagens.

[10] “Mas um homem mau produzirá algumas vezes um proêmio e uma narração e um conjunto de argumentos que não deixem nada a desejar”. Sim: um bandido lutará bravamente, mas a coragem continuará sendo uma virtude; e um mau escravo suportará torturas sem gemer, mas a resistência à dor ainda merecerá seu louvor. Muitas vezes se fazem as mesmas coisas, só que de modos diferentes. Que isto baste, então, pois já tratamos da utilidade mais acima¹⁸¹.

¹⁷⁷ *apertior*, num trocadilho com a mão *aberta* de Zenão.

¹⁷⁸ *apertior*, mais uma vez.

¹⁷⁹ *De Oratore*, III, 55.

¹⁸⁰ VII, 14.

¹⁸¹ No capítulo 16.

21.

[1] Alguns disseram que a matéria¹⁸² da retórica era “o discurso”: Górgias, no diálogo de Platão, é posto entre os que pensam assim¹⁸³. Se o que se entende aqui por “discurso” for uma fala composta sobre qualquer tema, então ele não é a matéria, mas a obra¹⁸⁴, como a estátua é a obra do escultor: um discurso, como uma estátua, é o resultado da arte. Se, contudo, entendemo-lo como as palavras mesmas, devemos lembrar que elas não possuem poder algum sem serem sustentadas pelas coisas (*res*) que significam. Outros dizem que a matéria da retórica são “argumentos persuasivos”, mas eles também constituem uma parte da *obra*, são produzidos pela arte e precisam de uma matéria eles mesmos.

[2] Outros ainda dizem que são as “questões políticas”. Esses não erram na qualidade, mas na quantidade; essa é, de fato, *uma* matéria da retórica, mas não a única. Alguns afirmam que, como a retórica é uma virtude, sua matéria é a vida inteira. [3] Outros dizem que, uma vez que a vida como um todo não fornece matéria para todas as virtudes, envolvendo-se elas, em sua maioria, com partes da vida (justiça, coragem e autocontrole definem-se por suas funções e finalidades específicas), a retórica também deve ser atribuída a alguma área em particular, e lhe dão um lugar na ética, a saber, o *pragmático*.

[4] De minha parte (e tenho autoridades para apoiar-me) mantenho que a matéria da retórica é tudo o que lhe for submetido para falar. Sócrates parece dizer a Górgias, no diálogo homônimo de Platão, que a matéria consiste de coisas, não palavras, e no *Fedro* ele demonstra abertamente que a retórica diz respeito não apenas a julgamentos e assembleias, mas também a negócios privados e domésticos¹⁸⁵. Isso mostra que essa era a opinião de Platão. [5] Cícero também diz em uma passagem que a matéria da retórica são “as coisas submetidas a ela”¹⁸⁶, mas julga que estas são de certos tipos específicos. Em outra passagem, contudo, ele diz que o orador deve falar sobre tudo. Em suas palavras: “embora a força do orador e a profissão mesma de discursar bem pareçam implicar e prometer que ele fale ornada e abundantemente sobre qualquer assunto que

¹⁸² *materia* (gr. ὕλη), termo técnico da dialética, a “matéria-prima” de uma arte: a matéria da carpintaria, por exemplo, é a madeira.

¹⁸³ *Gorgias*, 449d.

¹⁸⁴ *opus*, correlato de *materia*, designa o produto final da arte: no caso da carpintaria, os móveis.

¹⁸⁵ 261a.

¹⁸⁶ *De Inventione*, I, 7.

lhe seja proposto”¹⁸⁷. [6] E também noutra parte: “Pertence ao verdadeiro orador investigar, ouvir, ler, discutir, tratar e ponderar cada aspecto da vida humana, de vez que é isto o que lhe diz respeito, e esta é a matéria que é posta diante dele”¹⁸⁸.

[7] Contudo, esta “matéria”, como a chamamos, isto é, o assunto da arte, foi considerada por alguns como “ilimitada” ou “não peculiar à retórica”: chamaram-na de uma “arte viajadora”¹⁸⁹, porque ela discursa sobre qualquer assunto. [8] Não tenho muito o que discutir com tais pessoas. Elas admitem que a retórica discursa sobre toda matéria, enquanto a razão que oferecem para dizer que ela não possui matéria própria é que ela possui uma matéria múltipla. Mas “múltiplo” não é necessariamente “ilimitado”; diversas artes menores possuem matérias múltiplas – a arquitetura, por exemplo, opera com tudo que for útil para construir, e a gravura usa ouro, prata, bronze e ferro para produzir sua obra. [9] O entalhe, também, abrange madeira, marfim, mármore, vidro e joias, bem como o que já mencionei. [10] Ora, se alguma outra arte também está relacionada com um material determinado, não se segue que ele não seja material da retórica. Se eu perguntar qual é o material do escultor, escutarei que é o bronze; e se perguntar qual é o do artesão (falo da arte que os gregos chamam *chalkēutikē*), a resposta será, do mesmo modo, bronze. Há, porém, grande diferença entre estátuas e vasilhas. [11] A medicina não deixará de ser uma arte porque compartilha o uso de unguentos e exercícios com a ginástica, e o de dietas até com a culinária.

[12] Quanto ao argumento de que é dever da filosofia discutir o bem, o útil e o justo, aqui não há problema: quando falamos do filósofo nesse contexto, queremos dizer um homem bom. Então por que eu deveria estar surpreso que o orador, que não considero em separado do homem bom, deva ocupar-se com a mesma matéria – [13] especialmente quando mostrei, no livro I¹⁹⁰, que os filósofos tomaram essa área, que sempre pertenceu à retórica, quando os oradores desistiram dela, de modo que a verdade é que *eles* se ocupam da *nossa* matéria? E enfim, como o material da dialética é a discussão de tudo que se lhe submete, e a dialética é uma forma abreviada da retórica, por que o discurso contínuo não deveria possuir a mesma matéria?

¹⁸⁷ *De Oratore*, I, 21.

¹⁸⁸ *ibid.*, III, 54.

¹⁸⁹ *circumcurrens* (lit. “que corre ao redor”), no sentido pejorativo de que transita por todos os territórios e, portanto, não tem lugar próprio.

¹⁹⁰ *Pr.*, 10-17.

[14] Há mais uma objeção normalmente feita por críticos: “se o orador tem de falar sobre todos os assuntos, ele deve ser mestre em todas as artes”. Eu poderia ter-lhes respondido com palavras de Cícero, em quem encontro esta passagem: “em minha opinião, ninguém pode ser um orador louvável de todos os modos, a não ser que tenha adquirido conhecimento de todas as coisas e artes importantes”¹⁹¹. Basta-me, porém, que o orador não seja ignorante do assunto sobre o qual ele tem de discursar. [15] Ele não conhece todas as questões, e ainda assim deveria ser capaz de discursar sobre todas. Sobre qual ele falará, então? Sobre aquelas em que foi instruído. Assim também com as artes: algumas vezes ele aprenderá sobre aquelas sobre as quais tratará, e discursará sobre aquelas sobre as quais aprendeu.

[16] Ora, mas um construtor não falará melhor sobre construção, e um músico, sobre música? É claro; contanto que o orador não saiba qual é o problema. Mesmo um litigante campestre e ignorante se defenderá melhor que um orador que não saiba o que está em disputa. Porém, se ele for instruído pelo músico ou pelo construtor – ou, igualmente, pelo litigante – o orador discursará melhor do que aquele que o instruiu. [17] Não obstante, o construtor (se a construção estiver envolvida) e o músico (se a música) falarão se houver algum assunto que peça confirmação. Não serão oradores, é claro, mas agirão como se fossem, do mesmo modo que, quando um leigo enfaixa um ferimento, não é um médico, mas age como se fosse. [18] Acaso esses temas nunca surgem em encômios, deliberações e julgamentos? Quando o porto de Óstia foi discutido, não era o dever de um orador demonstrar sua posição? Contudo, era necessário o conhecimento técnico do arquiteto. [19] O orador não lida com a questão de se o descoloramento e o inchaço do corpo são sinais de envenenamento ou de indigestão? E no entanto isto precisa de conhecimento médico. Ele não se preocupará às vezes com medidas e figuras? Mas podemos dizer que são partes da geometria. De fato, acho que quase tudo pode entrar na esfera do orador em alguma situação; se não entrar, não será sua matéria.

[20] Estávamos certos, portanto, quando dissemos que a matéria da retórica era tudo o que lhe fosse submetido para falar. Nosso costume o confirma: quando tomamos um assunto sobre o qual discursar, frequentemente ressaltamos no início que o tema nos foi proposto por alguém. [21] Górgias, de fato, estava tão seguro de que era um dever do orador discursar sobre todos os assuntos, que permitiu a seus ouvintes fazer-lhe

¹⁹¹ *De Oratore*, I, 20.

perguntas sobre qualquer assunto que quisessem. Hermágoras também, quando disse que a matéria consistia de *causa* e *questões*¹⁹², incluía assim todas as matérias submetidas ao orador. [22] Se ele nega que as *questões* pertençam à retórica, sua opinião não é a mesma que a minha; mas se elas pertencem à retórica, isto também fortalece minha posição. Afinal, não há coisa alguma que não caia ou sob “causa” ou sob “questões”. [23] Aristóteles, com suas três classes de retórica – Forense, Deliberativa e Epidíctica¹⁹³ – também trouxe virtualmente tudo para dentro da esfera do orador, pois não há nada que não seja abrangido por esses nomes.

[24] Uns pouquíssimos autores também levantaram a questão do “instrumento”, que quer dizer “aquilo sem o que a matéria não pode receber a forma da obra que queremos produzir”. Porém, sob meu ponto de vista, não é a arte que precisa disto, e sim o artista: o conhecimento não precisa de “instrumento”, porque pode estar completo mesmo se não fizer nada. O artista, porém, precisa de um instrumento. O entalhador precisa de sua talha, e o pintor, de seu pincel. Portanto, ponho esta questão de lado até a parte em que discutirei o orador ele mesmo¹⁹⁴.

APÊNDICE: TEXTO ORIGINAL

I. [1] Tenuit consuetudo, quae cotidie magis inualescit, ut praeceptoribus eloquentiae, Latinis quidem semper, sed etiam Graecis interim, discipuli serius quam ratio postulat traderentur. Eius rei duplex causa est, quod et rhetores utique nostri suas partis omiserunt et grammatici alienas occupauerunt. [2] Nam et illi declamare modo et scientiam declamandi ac facultatem tradere officii sui ducunt idque intra deliberatiuas iudicialisque materias (nam cetera ut professione sua minora despiciunt), et hi non satis credunt excepisse quae relictas erant (quo nomine gratia quoque iis habenda est), sed ad prosopopoeias usque ad suasorias, in quibus onus dicendi uel maximum est, inrumpunt. [3] Hinc ergo accidit ut quae alterius artis prima erant opera facta sint alterius nouissima, et aetas altioribus iam disciplinis debita in schola minore subsidat ac rhetoricen apud grammaticos exercent. Ita, quod est maxime ridiculum, non ante ad declamandi magistrum mittendus uidetur puer quam declamare sciat.

¹⁹² Provavelmente a ser interpretado segundo a distinção feita pelo próprio Quintiliano (III, 5, 12), em que *causa* significa *quaestio finita* (uma causa em particular, e não uma questão abstrata), e *quaestio* recebe por oposição o sentido de *quaestio infinita* (ou *tese*, isto é, uma discussão abstrata). É a diferença entre: “deve Catão casar-se?” e “deve o homem casar-se?”.

¹⁹³ *Rhetorica*, I, 3, 3.

¹⁹⁴ XII, 5, 1.

[4] Nos suum cuique professioni modum demus: et grammaticae, quam in Latinum transferentes litteraturam uocauerunt, fines suos norit, praesertim tantum ab hac appellationis suae paupertate, intra quam primi illi constitere, prouecta; nam tenuis a fonte adsumptis historicorum criticorumque uiribus pleno iam satis alueo fluit, cum praeter rationem recte loquendi non parum alioqui copiosam prope omnium maximarum artium scientiam amplexa sit: [5] et rhetorice, cui nomen uis eloquendi dedit, officia sua non detrectet nec occupari gaudeat pertinentem ad se laborem: quae, dum opere cedit, iam paene possessione depulsa est. [6] Neque infitabor aliquem ex his qui grammaticen profiteantur eo usque scientiae progredi posse ut ad haec quoque tradenda sufficiat. Sed cum id aget, rhetoris officio fungetur, non suo.

[7] Nos porro quaerimus quando iis quae rhetorice praecipit percipiendis puer maturus esse uideatur: in quo quidem non id est aestimandum, cuius quisque sit aetatis, sed quantum in studiis iam effecerit. Et ne diutius disseram quando sit rhetori tradendus, sic optime finiri credo: cum poterit. [8] Sed hoc ipsum ex superiore pendet quaestione. Nam si grammatices munus usque ad suasorias prorogatur, tardius rhetore opus est: si rhetor prima officia operis sui non recusat, a narrationibus statim et laudandi uituperandique opusculis cura eius desideratur. [9] An ignoramus antiquis hoc fuisse ad augendam eloquentiam genus exercitationis, ut thesis dicerent et communes locos et cetera citra complexum rerum personarumque quibus uerae fictaeque controuersiae continentur? Ex quo palam est quam turpiter deserat eam partem rhetorices institutio quam et primam habuit et diu solam. [10] Quid autem est ex his de quibus supra dixi quod non cum in alia quae sunt rhetorum propria, tum certe in illud iudiciale causae genus incidat? An non in foro narrandum est? Qua in parte nescio an sit uel plurimum. [11] Non laus ac uituperatio certaminibus illis frequenter inseritur? Non communes loci, siue qui sunt in uitia directi, quales legimus a Cicerone compositos, seu quibus quaestiones generaliter tractantur, quales sunt editi a Quinto quoque Hortensio, ut 'sitne paruis argumentis credendum' et 'pro testibus' et 'in testes', in mediis litium medullis uersantur? [12] Arma sunt haec quodam modo praeparanda semper, ut iis cum res poscet utaris. Quae qui pertinere ad orationem non putabit, is ne statuam quidem inchoari credet cum eius membra fundentur. Neque hanc, ut aliqui putabunt, festinationem meam sic quisquam calumniatur tamquam eum qui sit rhetori traditus abducendum protinus a grammaticis putem. [13] Dabuntur illis tum quoque tempora sua, neque erit uerendum ne binis praeceptoribus oneretur puer. Non enim crescet, sed

diuidetur qui sub uno miscebatur labor, et erit sui quisque operis magister utilior: quod adhuc optinent Graeci, a Latinis omissum est, et fieri uidetur excusate, quia sunt qui labori isti successerint.

II. [1] Ergo cum ad eas in studiis uires peruenerit puer ut quae prima esse praecepta rhetorum diximus mente consequi possit, tradendus eius artis magistris erit. Quorum in primis inspicere mores oportebit. [2] Quod ego non idcirco potissimum in hac parte tractare sum adgressus quia non in ceteris quoque doctoribus idem hoc examinandum quam diligentissime putem, sicut testatus sum libro priore, sed quod magis necessariam eius rei mentionem facit aetas ipsa discentium. [3] Nam et adulti fere pueri ad hos praeceptores transferuntur et apud eos iuuenes etiam facti perseuerant, ideoque maior adhibenda tum cura est, ut et teneriores annos ab iniuria sanctitas docentis custodiat et ferociore a licentia grauitas deterreat. [4] Neque uero sat est summam praestare abstinentiam, nisi disciplinae seueritate conuenientium quoque ad se mores adstrinxerit.

Sumat igitur ante omnia parentis erga discipulos suos animum, ac succedere se in eorum locum a quibus sibi liberi tradantur existimet. [5] Ipse nec habeat uitia nec ferat. Non austeritas eius tristis, non dissoluta sit comitas, ne inde odium, hinc contemptus oriatur. Plurimus ei de honesto ac bono sermo sit: nam quo saepius monuerit, hoc rarius castigabit; minime iracundus, nec tamen eorum quae emendanda erunt dissimulator, simplex in docendo, patiens laboris, adsiduus potius quam inmodicus. [6] Interrogantibus libenter respondeat, non interrogantes percontetur ultro. In laudandis discipulorum dictionibus nec malignus nec effusus, quia res altera taedium laboris, altera securitatem parit. [7] In emendando quae corrigenda erunt non acerbus minimeque contumeliosus; nam id quidem multos a proposito studendi fugat, quod quidam sic obiurgant quasi oderint. [8] Ipse aliquid, immo multa cotidie dicat quae secum auditores referant. Licet enim satis exemplorum ad imitandum ex lectione suppeditet, tamen uiua illa, ut dicitur, uox alit plenius, praesupcipienterque praeceptoris quem discipuli, si modo recte sunt instituti, et amant et uerentur. Vix autem dici potest quanto libentius imitemur eos quibus fauemus.

[9] Minime uero permittenda pueris, ut fit apud plerosque, adsurgendi exultandique in laudando licentia: quin etiam iuuenum modicum esse, cum audient, testimonium debet. Ita fiet ut ex iudicio praeceptoris discipulus pendeat, atque id se

dixisse recte quod ab eo probabitur credat. [10] Illa uero uitiosissima, quae iam humanitas uocatur, inuicem qualiacumque laudandi cum est indecora et theatralis et seuerè institutis scholis aliena, tum studiorum perniciosissima hostis: superuacua enim uidentur cura ac labor parata quidquid effuderint laude. [11] Vultum igitur praeceptoris intueri tam qui audiunt debent quam ipse qui dicit: ita enim probanda atque improbanda discernent; sic stilo facultas conprotinget, auditione iudicium. [12] At nunc proni atque succincti ad omnem clausulam non exsurgunt modo uerum etiam excurrunt et cum indecora exultatione conclamant. Id mutuum est et ibi declamationis fortuna. Hinc tumor et uana de se persuasio usque adeo ut illo condiscipulorum tumultu inflati, si parum a praeceptore laudentur, ipsi de illo male sentiant. [13] Sed se quoque praeceptores intente ac modeste audiri uelint: non enim iudicio discipulorum dicere debet magister, sed discipulus magistri. Quin, si fieri potest, intendendus animus in hoc quoque, ut perspiciat quae quisque et quo modo laudet, et placere quae bene dicet non suo magis quam eorum nomine delectetur qui recte iudicabunt.

[14] Pueros adulescentibus permixtos sedere non placet mihi. Nam etiamsi uir talis qualem esse oportet studiis moribusque praepositum modestam habere potest etiam iuuentutem, tamen uel infirmitas a robustioribus separanda est, et carendum non solum crimine turpitudinis uerum etiam suspicione. [15] Haec notanda breuiter existimaui. Nam ut absit ab ultimis uitiiis ipse ac schola ne praecipendum quidem credo. Ac si quis est qui flagitia manifesta in eligendo filii praeceptore non uitet, iam hinc sciat cetera quoque, quae ad utilitatem iuuentutis componere conamur, esse sibi hac parte ommissa superuacua.

III. [1] Ne illorum quidem persuasio silentio transeunda est, qui, etiam cum idoneos rhetori pueros putauerunt, non tamen continuo tradendos eminentissimo credunt, sed apud minores aliquamdiu detinent, tamquam instituendis artibus magis sit apta mediocritas praeceptoris cum ad intellectum atque imitationem faciliior, tum ad suscipiendas elementorum molestias minus superba. [2] Qua in re mihi non arbitror diu laborandum ut ostendam quanto sit melius optimis inbui, quanta in eluendis quae semel insederint uitiiis difficultas consequatur, cum geminatum onus succedentis premat, et quidem dedocendi grauius ac prius quam docendi: [3] propter quod Timotheum clarum in arte tiliarum ferunt duplices ab iis quos alius instituisset solitum exigere mercedes quam si rudes traderentur. Error tamen est in re duplex: unus, quod interim sufficere

illos minores existimant et bono sane stomacho contenti sunt: [4] quae quamquam est ipsa reprehensione digna securitas, tamen esset utcumque tolerabilis si eius modi praeceptores minus docerent, non peius; alter ille etiam frequentior, quod eos qui ampliorem dicendi facultatem sint consecuti non putant ad minora descendere, idque interim fieri quia fastidiant praestare hanc inferioribus curam, interim quia omnino non possint. [5] Ego porro eum qui nolit in numero praecipientium non habeo, posse autem maxime, si uelit, optimum quemque contendo: primum quod eum qui eloquentia ceteris praestet illa quoque per quae ad eloquentiam peruenitur diligentissime percepisse credibile est, [6] deinde quia plurimum in praecipiendo ualet ratio, quae doctissimo cuique plenissima est, postremo quia nemo sic in maioribus eminent ut eum minora deficiant: nisi forte Iouem quidem Phidias optime fecit, illa autem quae in ornamentum operis eius accedunt alius melius elaborasset, aut orator loqui nesciet aut leuiores morbos curare non poterit praestantissimus medicus.

[7] Quid ergo? non est quaedam eloquentia maior quam ut eam intellectu consequi puerilis infirmitas possit? Ego uero confiteor: sed hunc disertum praeceptorem prudentem quoque et non ignarum docendi esse oportebit, summittentem se ad mensuram discentis, ut uelocissimus quoque, si forte iter cum paruolo faciat, det manum et gradum suum minuat nec procedat ultra quam comes possit. [8] Quid si plerumque accidit ut faciliora sint ad intellegendum et lucidiora multo quae a doctissimo quoque dicuntur? Nam et prima est eloquentiae uirtus perspicuitas, et, quo quis ingenio minus ualet, hoc se magis attollere et dilatare conatur, ut statura breues in digitos eriguntur et plura infirmi minantur. [9] Nam tumidos et corruptos et tinnulos et quocumque alio cacozeliae genere peccantes certum habeo non uirium sed infirmitatis uitio laborare, ut corpora non robore sed ualetudine inflantur, et recto itinere lassi plerumque deuertunt. Erit ergo etiam obscurior quo quisque deterior.

[10] Non excidit mihi scripsisse me in libro priore, cum potioem in scholis eruditionem esse quam domi dicerem, libentius se prima studia tenerosque profectus ad imitationem condiscipulorum, quae faciliior esset, erigere: quod a quibusdam sic accipi potest tamquam haec quam nunc tueor sententia priori diuersa sit. [11] Id a me procul aberit; namque ea causa uel maxima est cur optimo cuique praeceptoris sit tradendus puer, quod apud eum discipuli quoque melius instituti aut dicent quod inutile non sit imitari, aut, si quid errauerint, statim corrigentur: at indoctus ille etiam probabit fortasse

uitiosa et placere audientibus iudicio suo coget. [12] Sit ergo tam eloquentia quam moribus praestantissimus qui ad Phoenicis Homerici exemplum dicere ac facere doceat.

IV. [1] Hinc iam quas primas in docendo partis rhetorum putem tradere incipiam, dilata parumper illa quae sola uulgo uocatur arte rhetorica: ac mihi oportunus maxime uidetur ingressus ab eo cuius aliquid simile apud grammaticos puer didicerit. [2] Et quia narrationum, excepta qua in causis utimur, tris accepimus species, fabulam, quae uersatur in tragoediis atque carminibus non a ueritate modo sed etiam a forma ueritatis remota, argumentum, quod falsum sed uero simile comoediae fingunt, historiam, in qua est gestae rei expositio, grammaticis autem poeticas dedimus: apud rhetorem initium sit historica, tanto robustior quanto uerior. [3] Sed narrandi quidem quae nobis optima ratio uideatur tum demonstrabimus cum de iudiciali parte dicemus: interim admonere illud sat est, ut sit ea neque arida prorsus atque ieiuna (nam quid opus erat tantum studiis laboris inpendere si res nudas atque inornatas indicare satis uideretur?), neque rursus sinuosa et arcessitis descriptionibus, in quas plerique imitatione poeticae licentiae ducuntur, lasciuiat. [4] Vitium utrumque, peius tamen illud quod ex inopia quam quod ex copia uenit. Nam in pueris oratio perfecta nec exigi nec sperari potest: melior autem indoles laeta generosique conatus et uel plura iusto concipiens interim spiritus. [5] Nec umquam me in his discentis annis offendat si quid super fuerit. Quin ipsis doctoribus hoc esse curae uelim, ut teneras adhuc mentes more nutricum mollius alant, et satiari uelut quodam iucundioris disciplinae lacte patiantur. Erit illud plenius interim corpus, quod mox adulta aetas adstringat. [6] Hinc spes roboris: maciem namque et infirmitatem in posterum minari solet protinus omnibus membris expressus infans. Audeat haec aetas plura et inueniat et inuentis gaudeat, sint licet illa non satis sicca interim ac seuera. Facile remedium est ubertatis, sterilia nullo labore uincuntur. [7] Illa mihi in pueris natura minimum spei dederit in qua ingenium iudicio praesumitur. Materiam esse primum uolo uel abundantiore atque ultra quam oporteat fusam. Multum inde decoquent anni, multum ratio limabit, aliquid uelut usu ipso deteretur, sit modo unde excidi possit et quod exculpi; erit autem, si non ab initio tenuem nimium laminam duxerimus et quam caelatura altior rumpat. [8] Quod me de his aetatibus sentire minus mirabitur qui apud Ciceronem legerit: 'uolo enim se efferat in adulescente fecunditas'.

Quapropter in primis euitandus, et in pueris praecipue, magister aridus, non minus quam teneris adhuc plantis siccum et sine umore ullo solum. [9] Inde fiunt humiles statim et uelut terram spectantes, qui nihil supra cotidianum sermonem attollere audeant. Macies illis pro sanitate et iudicii loco infirmitas est, et, dum satis putant uitio carere, in id ipsum incidunt uitium, quod uirtutibus carent. Quare mihi ne maturitas quidem ipsa festinet nec musta in lacu statim austera sint: sic et annos ferent et uetustate proficient.

[10] Ne illud quidem quod admoneamus indignum est, ingenia puerorum nimia interim emendationis seueritate deficere; nam et desperant et dolent et nouissime oderunt et, quod maxime nocet, dum omnia timent nihil conantur. [11] Quod etiam rusticis notum est, qui frondibus teneris non putant adhibendam esse falcem, quia reformidare ferrum uidentur et nondum cicatricem pati posse. [12] Iucundus ergo tum maxime debet esse praeceptor, ut remedia, quae alioqui natura sunt aspera, molli manu leniantur: laudare aliqua, ferre quaedam, mutare etiam reddita cur id fiat ratione, inluminare interponendo aliquid sui. Nonnumquam hoc quoque erit utile, totas ipsum dictare materias, quas et imitetur puer et interim tamquam suas amet. [13] At si tam neglegens ei stilus fuerit ut emendationem non recipiat, expertus sum prodesse quotiens eandem materiam rursus a me retractatam scribere de integro iuberem: posse enim eum adhuc melius: quatenus nullo magis studia quam spe gaudent. [14] Aliter autem alia aetas emendanda est, et pro modo uirium et exigendum et corrigendum opus. Solebam ego dicere pueris aliquid ausis licentius aut laetius laudare illud me adhuc, uenturum tempus quo idem non permetterem: ita et ingenio gaudebant et iudicio non fallebantur.

[15] Sed ut eo reuertar unde sum egressus: narrationes stilo componi quanta maxima possit adhibita diligentia uolo. Nam ut primo, cum sermo instituitur, dicere quae audierint utile est pueris ad loquendi facultatem, ideoque et retro agere expositionem et a media in utramque partem discurrere sane merito cogantur, sed ad gremium praeceptoris et dum <maiora> non possunt et dum res ac uerba conectere incipiunt, ut protinus memoriam firment: ita cum iam formam rectae atque emendatae orationis accipient, extemporalis garrulitas nec expectata cogitatio et uix surgendi mora circulatoriae uere iactationis est. [16] Hinc parentium imperitorum inane gaudium, ipsis uero contemptus operis et inuerecunda frons et consuetudo pessime dicendi et malorum exercitatio et, quae magnos quoque profectus frequenter perdidit, adrogans de se persuasio innascitur. [17] Erit suum parandae facilitati tempus, nec a nobis neglegenter

locus iste transibitur. Interim satis est si puer omni cura et summo, quantum illa aetas capit, labore aliquid probabile scripserit: in hoc adsuescat, huius sibi rei naturam faciat. Ille demum in id quod quaerimus aut ei proximum poterit euadere qui ante discet recte dicere quam cito.

[18] Narrationibus non inutiliter subiungitur opus destruendi confirmandique eas, quod anaskeye et kataskeye uocatur. Id porro non tantum in fabulosis et carmine traditis fieri potest, uerum etiam in ipsis annalium monumentis: ut, si quaeratur 'an sit credibile super caput Valeri pugnantis sedisse coruum, qui os oculosque hostis Galli rostro atque alis euerberaret', sit in utramque partem ingens ad dicendum materia: [19] aut de serpente, quo Scipio traditur genitus, et lupa Romuli et Egeria Numae; nam Graecis historiis plerumque poeticae similis licentia est. Saepe etiam quaeri solet de tempore, de loco, quo gesta res dicitur, nonnumquam de persona quoque, sicut Liuius frequentissime dubitat et alii ab aliis historici dissentiunt.

[20] Inde paulatim ad maiora tendere incipiet, laudare claros uiros et uituperare improbos: quod non simplicis utilitatis opus est. Namque et ingenium exercetur multiplici uariaque materia et animus contemplatione recti prauique formatur, et multa inde cognitio rerum uenit exemplisque, quae sunt in omni genere causarum potentissima, iam tum instruit cum res poscet usurum. [21] Hinc illa quoque exercitatio subit comparationis, uter melior uterue deterior: quae quamquam uersatur in ratione simili, tamen et duplicat materiam et uirtutum uitiorumque non tantum naturam sed etiam modum tractat. Verum de ordine laudis contraque, quoniam tertia haec rhetorices pars est, praecipiemus suo tempore.

[22] Communes loci (de iis loquor quibus citra personas in ipsa uitia moris est perorare, ut in adulterum, aleatorem, petulantem) ex mediis sunt iudiciis et, si reum adicias, accusapetitiones: quamquam hi quoque ab illo generali tractatu ad quasdam deduci species solent, ut si ponatur adulter caecus, aleator pauper, petulans senex. Habent autem nonnumquam etiam defensionem; [23] nam et pro luxuria et pro amore dicimus, et leno interim parasitusque defenditur sic ut non homini patrocinemur sed crimini.

[24] Thesis autem quae sumuntur ex rerum comparatione (ut 'rusticane uita an urbana potior', 'iuris periti an militaris uiri laus maior') mire sunt ad exercitationem dicendi speciosae atque uberes, quae uel ad suadendi officium uel etiam ad iudiciorum disceptationem iuuant plurimum: nam posterior ex praedictis locus in causa Murenae

copiosissime a Cicerone tractatur. [25] Sunt et illae paene totae ad deliberatuum pertinentes genus: 'ducendane uxor', 'petendine sint magistratus'; namque et hae personis modo adiectis suasoriae erunt.

[26] Solebant praeceptores mei neque inuiti et nobis etiam iucundo genere exercitationis praeparare nos coniecturalibus causis cum quaerere atque exequi iuberent 'cur armata apud Lacedaemonios Venus' et 'quid ita crederetur Cupido puer atque uolucer et sagittis ac face armatus' et similia, in quibus scrutabamur uoluntatem, cuius in controuersiis frequens quaestio est: quod genus chriae uideri potest.

[27] Nam locos quidem, quales sunt de testibus 'semperne his credendum' et de argumentis 'an habenda etiam paruis fides', adeo manifestum est ad forensis actiones pertinere ut quidam neque ignobiles in officiis ciuilibus scriptos eos memori quaeque diligentissime mandatos in promptu habuerint, ut, quotiens esset occasio, extemporales eorum dictiones his uelut emblematis exornarentur: [28] quo quidem (neque enim eius rei iudicium differre sustineo) summam uidebantur mihi infirmitatem de se confiteri. Nam quid hi possint in causis, quarum uaria et noua semper est facies, proprium inuenire, quo modo propositis ex parte aduersa respondere, altercationibus uelociter occurrere, testem rogare, qui etiam in iis quae sunt communia et in plurimis causis tractantur uulgatissimos sensus uerbis nisi tanto ante praeparatis prosequi nequeant? [29] Nec uero his, cum eadem iudiciis pluribus dicunt, aut fastidium moueant uelut frigidi et repositi cibi aut pudorem deprensa totiens audientium memoria infelix supellex, quae sicut apud pauperes ambitiosos pluribus et diuersis officiis conteratur: [30] cum eo quidem, quod uix ullus est tam communis locus qui possit cohaerere cum causa nisi aliquo propriae quaestionis uinculo copulatus, appareatque eum non tam insertum quam adplicitum, [31] uel quod dissimilis est ceteris, uel quod plerumque adsumi etiam parum apte solet, non quia desideratur, sed quia paratus est, ut quidam sententiarum gratia uerbosissimos locos arcessunt, cum ex locis debeat nasci sententia: [32] ita sunt autem speciosa haec et utilia si oriuntur ex causa; ceterum quamlibet pulchra elocutio, nisi ad uictoriam tendit, utique superuacua, sed interim etiam contraria est. Verum hactenus euagari satis fuerit.

[33] Legum laus ac uituperatio iam maiores ac prope summis operibus suffecturas uires desiderant: quae quidem suasoriis an controuersiis magis accommodata sit exercitatio consuetudine et iure ciuitatum differt. Apud Graecos enim lator earum ad iudicem uocabatur, Romanis pro contione suadere ac dissuadere moris fuit; utroque

autem modo pauca de his et fere certa dicuntur: nam et genera sunt tria sacri, publici, priuati iuris. [34] Quae diuisio ad laudem magis spectat, si quis eam per gradus augeat, quod lex, quod publica, quod ad religionem deum comparata sit. Ea quidem de quibus quaeri solet communia omnibus. [35] Aut enim de iure dubitari potest eius qui rogat, ut de P. Clodi, qui non rite creatus tribunus arguebatur: aut de ipsius rogationis, quod est uarium, siue non trino forte nundino promulgata siue non idoneo die siue contra intercessionem uel auspicia aliudue quid quod legitimis obstet dicitur lata esse uel ferri, siue alicui manentium legum repugnare. [36] Sed haec ad illas primas exercitamanentiones non pertinent: nam sunt eae citra complexum personarum temporum causarum. Reliqua eadem fere uero fictoque certamine huius modi tractantur: [37] nam uitium aut in uerbis aut in rebus est. In uerbis quaeritur satis significant an sit in iis aliquid ambiguum: in rebus, an lex sibi ipsa consentiat, an in praeteritum ferri debeat, an in singulos homines. Maxime uero commune est quaerere an sit honesta, an utilis. [38] Nec ignoro plures fieri a plerisque partes, sed nos iustum pium religiosum ceteraque his similia honesto complectimur. Iusti tamen species non simpliciter excuti solet. Aut enim de re ipsa quaeritur, ut dignane poena uel praemio sit, aut de modo praemii poenaeue, qui tam maior quam minor culpari potest. [39] Vtilitas quoque interim natura discernitur, interim tempore. Quaedam an optineri possint ambigi solet. Ne illud quidem ignorare oportet, leges aliquando totas, aliquando ex parte reprimi solere, cum exaliamplum rei utriusque nobis claris orationibus praebeatur. [40] Nec me fallit eas quoque leges esse quae non in perpetuum rogentur, sed de honoribus aut imperiis, qualis Manilia fuit, de qua Ciceronis oratio est. Sed de his nihil hoc loco praecipere potest: constant enim propria rerum de quibus agitur, non communi, qualitate.

[41] His fere ueteres facultatem dicendi exercuerunt, adsumpta tamen a dialecticis argumentandi ratione. Nam fictas ad imitationem fori consiliorumque materias apud Graecos dicere circa Demetrium Phalerea institutum fere constat. [42] An ab ipso id genus exercitationis sit inuentum, ut alio quoque libro sum confessus, parum comperi: sed ne ii quidem qui hoc fortissime adfirmant ullo satis idoneo auctore nituntur. Latinos uero dicendi praeceptores extremis L. Crassi temporibus coepisse Cicero auctor est: quorum insignis maxime Plotius fuit.

V. [1] Sed de ratione declamandi post paulo: interim, quia prima rhetorices rudimenta tractamus, non omittendum uidetur id quoque, ut moneam quantum sit

conlaturus ad profectum discentium rhetor si, quem ad modum a grammaticis exigitur poetarum enarratio, ita ipse quoque hisgramtoriae atque etiam magis orationum lectione susceptos a se discipulos instruxerit. Quod nos in paucis, quorum id aetas exigebat et parentes utile esse crediderant, seruauimus: [2] ceterum sentientibus iam tum optima duae res impedimento fuerunt, quod et longa consuetudo aliter docendi fecerat legem, et robusti fere iuuenes nec hunc laborem desiderantes exemplum nostrum sequebantur. [3] Nec tamen, etiam si quid noui uel sero inuenissem, praecipere in posterum puderet: nunc uero scio id fieri apud Graecos, sed magis per adiutores, quia non uidentur tempora suffectura si legentibus singulis praeire semper ipsi uelint. [4] Et hercule praelectio quae in hoc adhibetur, ut facile atque distincte pueri scripta oculis sequantur, etiam illa quae uim cuiusque uerbi, si quod minus usitatum incidat, docet, multum infra rhetoris officium existimanda est. [5] At demonstrare uirtutes uel, si quando ita incidat, uitia, id professionis eius atque promissi quo se magistrum eloquentiae pollicetur maxime proprium est, eo quidem ualidius quod non utique hunc laborem docentium postulo, ut ad gremium reuocatis cuius quisque eorum uelit libri lectione deseruiant. [6] Nam mihi cum facilius, tum etiam multo uidetur magis utile facto silentio unum aliquem (quod ipsum imperari per uices optimum est) constituere lectorem, ut protinus pronuntiationi quoque adsuescant: [7] tum exposita causa in quam scripta legetur oratio (nam sic clarius quae dicentur intellegi poterunt), nihil otiosum pati quodque in inuentione quodque in elocutione adnotandum erit: quae in prohoemio conciliandi iudicis ratio, quae narrandi lux breuitas fides, quod aliquando consilium et quam occulta calliditas [8] (namque ea sola in hoc ars est, quae intellegi nisi ab artifice non possit): quanta deinceps in diuidendo prudentia, quam subtilis et crebra argumentatio, quibus uiribus inspiret, qua iucunditate permulceat, quanta in maledictis asperitas, in iocis urbanitas, ut denique dominetur in adfectibus atque in pectora inrumpat animumque iudicum similem iis quae dicit efficiat; [9] tum, in ratione eloquendi, quod uerbum proprium ornatum sublime, ubi amplificatio laudanda, quae uirtus ei contraria, quid speciose tratatum, quae figura uerborum, quae leuis et quadrata, uiriliter tamen compositio.

[10] Ne id quidem inutile, etiam corruptas aliquando et uitiosas orationes, quas tamen plerique iudiciorum prauitate mirentur, legi palam, ostendique in his quam multa inpropria obscura tumida humilia sordida lasciuia effeminata sint: quae non laudantur modo a plerisque, sed, quod est peius, propter hoc ipsum quod sunt praua laudantur.

[11] Nam sermo rectus et secundum naturam enuntiatus nihil habere ex ingenio uidetur; illa uero quae utcumque deflexa sunt taminquam exquisitoria miramur non aliter quam distortis et quocumque modo prodigiosis corporibus apud quosdam maius est pretium quam iis quae nihil ex communis habitus bonis perdiderunt, [12] atque etiam qui specie capiuntur uulsis leuatisque et inustas comas acu comentibus et non suo colore nitidis plus esse formae putant quam possit tribuere incorrupta natura, ut pulchritudo corporis uenire uideatur ex malis morum.

[13] Neque solum haec ipse debet docere praeceptor, sed frequenter interrogare et iudicium discipulorum experiri. Sic audientibus securitas aberit nec quae dicentur superfluent aures: simul ad id perducentur quod ex hoc quaeritur, ut inueniant ipsi et intellegant. Nam quid aliud agimus docendo eos quam ne semper docendi sint? [14] Hoc diligentiae genus ausim dicere plus conlaturum discentibus quam omnes omnium artes, quae iuuant sine dubio multum, sed latiore quadam comprehensione per omnes quidem species rerum cotidie paene nascentium ire qui possunt? [15] Sicut de re militari quamquam sunt tradita quaedam praecepta communia, magis tamen proderit scire qua ducum quisque ratione in quali re tempore loco sit sapienter usus aut contra: nam in omnibus fere minus ualent praecepta quam experimenta. [16] An uero declamabit quidem praeceptor ut sit exemplo suis auditoribus: non plus contulerint lecti Cicero aut Demosthenes? Corrigetur palam si quid in declamando discipulus errauerit: non potentius erit emendare orationem, quin immo etiam iucundius? Aliena enim uitia reprimi quisque mauult quam sua. [17] Nec deerant plura quae dicerem: sed neminem haec utilitas fugit, atque utinam tam non pigeat facere istud quam non displicebit.

[18] Quod si potuerit optineri, non ita difficilis supererit quaestio, qui legendi sint incipientibus. Nam quidam illos minores, quia facilius eorum intellectus uidebatur, probauerunt, alii floridius genus, ut ad alenda primarum aetatum ingenia magis accommodatum. [19] Ego optimos quidem et statim et semper, sed tamen eorum candidissimum quemque et maxime expositum uelim, ut Liuium a pueris magis quam Sallustium (et hic historiae maior est auctor, ad quem tamen intellegendum iam profectu opus sit). [20] Cicero, ut mihi quidem uidetur, et iucundus incipientibus quoque et apertus est satis, nec prodesse tantum sed etiam amari potest: tum, quem ad modum Liuius praecipit, ut quisque erit Ciceroni simillimus.

[21] Duo autem genera maxime cauenda pueris puto: unum, ne quis eos antiquitatis nimius admirator in Gracchorum Catonisque et aliorum similium lectione

durescere uelit; fient enim horridi atque ieiuni: nam neque uim eorum adhuc intellectu consequentur et elocutione, quae tum sine dubio erat optima, sed nostris temporibus aliena est, contenti, quod est pessimum, similes sibi magnis uiris uidebuntur. [22] Alterum, quod huic diuersum est, ne recentis huius lasciuiæ flosculis capti uoluptate praua deleniantur, ut praedulce illud genus et puerilibus ingeniis hoc gratius quo propius est adamant. [23] Firmis autem iudiciis iamque extra periculum positis suaserim et antiquos legere (ex quibus si adsumatur solida ac uiriliter ingenii uis detergo rudis saeculi squalore, tum noster hic cultus clarius enitescet) et nouos, quibus et ipsis multa uirtus adest: [24] neque enim nos tarditatis natura damnauit, sed dicendi mutauimus genus et ultra nobis quam oportebat indulgimus: ita non tam ingenio illi nos superarunt quam proposito. Multa ergo licebit eligere, sed curandum erit ne iis quibus permixta sunt inquinentur. [25] Quosdam uero etiam quos totos imitari oporteat et fuisse nuper et nunc esse quidni libenter non concesserim modo uerum etiam contenderim? [26] Sed hi qui sint non cuiuscumque est pronuntiare. Tutius circa priores uel erratur, ideoque hanc nouorum distuli lectionem, ne imitatio iudicium antecederet.

VI. [1] Fuit etiam in hoc diuersum praecipientium propositum, quod eorum quidam materias quas discipulis ad dicendum dabant, non contenti diuisione derigere, latius dicendo prosequerentur, nec solum probationibus implebant sed etiam adfectibus: [2] alii, cum primas modo lineas duxissent, post declamationes quid omisisset quisque tractabant, quosdam uero locos non minore cura quam cum ad dicendum ipsi surgerent excolebant. Vtile utrumque, et ideo neutrum ab altero separo; sed si facere tantum alterum necesse sit, plus proderit demonstrasse rectam protinus uiam quam reuocare ab errore iam lapsos: [3] primum quia emendationem auribus modo accipiunt, diuisionem uero ad cogitationem etiam et stilum perferunt; deinde quod libentius praecipientem audiunt quam reprehendentem. Si qui uero paulo sunt uiuaciores, in his praesertim moribus, etiam irascuntur admonitioni et taciti repugnant. [4] Neque ideo tamen minus uitia aperte coarguenda sunt: habenda enim ratio ceterorum, qui recta esse quae praeceptor non emendauerit credent. Vtraque autem ratio miscenda est et ita tractanda ut ipsae res postulabunt. [5] Namque incipientibus danda erit uelut praeformata materia secundum cuiusque uires. At cum satis composuisse se ad exemplum uidebuntur, breuia quaedam demonstranda uestigia, quae persecuti iam suis uiribus sine adminiculo progredi possint. [6] Nonnumquam credi sibi ipsos oportebit, ne mala consuetudine

semper alienum laborem sequendi nihil per se conari et quaerere sciant. Quodsi satis prudenter dicenda uiderint, iam prope consummata fuerit praecipientis opera: si quid errauerint adhuc, erunt ad duces reducendi. [7] Cui rei simile quiddam facientes aues cernimus, quae teneris infirmisque fetibus cibos ore suo conlatos partiuntur: at cum uisi sunt adulti, paulum egredi nidis et circumuolare sedem illam praecedentes ipsae docent: tum expertas uires libero caelo suaeque ipsorum fiduciae permittunt.

VII. [1] Illud ex consuetudine mutandum prorsus existimo in iis de quibus nunc disserimus aetatibus, ne omnia quae scripserint ediscant et certa, ut moris est, die dicant: quod quidem maxime patres exigunt, atque ita demum studere liberos suos si quam frequentissime declamauerint credunt, cum profectus praecipue diligentia constet. [2] Nam ut scribere pueros plurimumque esse in hoc opere plane uelim, sic ediscere electos ex orationibus uel historiis alioque quo genere dignorum ea cura uoluminum locos multo magis suadeam. [3] Nam et exercebitur acrius memoria aliena complectendo quam sua, et qui erunt in difficiliore huius laboris genere uersati sine molestia quae ipsi composuerint iam familiaria animo suo adfigent, et adsuescent optimis, semperque habebunt intra se quod imitentur, et iam non sentientes formam orationis illam quam mente penitus acceperint expriment. [4] Abundabunt autem copia uerborum optimorum et compositione ac figuris iam non quaesitis sed sponte et ex reposito uelut thesauro se offerentibus. Accedit his et iucunda in sermone bene a quoque dictorum relatio et in causis utilis. Nam et plus auctoritatis adferunt ea quae non praesentis gratia litis sunt comparata, et laudem saepe maiorem quam si nostra sint conciliant. [5] Aliquando tamen permittendum quae ipsi scripserint dicere, ut laboris sui fructum etiam ex illa quae maxime petitur laude plurimum capiant. Verum id quoque tum fieri oportebit cum aliquid commodius elimauerint, ut eo uelut praemio studii sui donentur ac se meruisse ut dicerent gaudeant.

VIII. [1] Virtus praeceptoris haberi solet, nec inmerito, diligenter in iis quos erudiendos suscepit notare discrimina indiligentiorum, et quo quemque natura maxime ferat scire. Nam est in hoc incredibilis quaedam uarietas, nec pauciores animorum paene quam corporum formae. [2] Quod intellegi etiam ex ipsis oratoribus potest, qui tantum inter se distant genere dicendi ut nemo sit alteri similis, quamuis plurimi se ad eorum quos probabant imitationem composuerint. [3] Vtile deinde

plerisque uisum est ita quemque instituere ut propria naturae bona doctrina fouerent, et in id potissimum ingenia quo tenderent adiuuantur: ut si quis palaestrae peritus, cum in aliquod plenum pueris gymnasium uenerit, expertus eorum omni modo corpus animumque discernat cui quisque certamini praeparandus sit, [4] ita praeceptorem eloquentiae, cum sagaciter fuerit intuitus cuius ingenium presso limatoque genere dicendi, cuius acri graui dulci aspero nitido urbano maxime gaudeat, ita se commodaturum singulis ut in eo quo quisque eminet prouehatur, [5] quod et adiuta cura natura magis eualescat et qui in diuersa ducatur neque in iis quibus minus aptus est satis possit efficere et ea in quae natus uidetur deserendo faciat infirmiora. [6] Quod mihi (libera enim uel contra receptas persuasiones rationem sequenti sententia est) in parte uerum uidetur: nam proprietates insengieniorum dispicere prorsus necessarium est. [7] In his quoque certum studiorum facere dilectum nemo dissuaserit. Namque erit alius historiae magis idoneus, alius compositus ad carmen, alius utilis studio iuris, ut nonnulli rus fortasse mittendi: sic discernet haec dicendi magister quomodo palaesticus ille cursorem faciet aut pugilem aut luctatorem aliudue quid ex iis quae sunt sacrorum certaminum. [8] Verum ei qui foro destinabitur non in unam partem aliquam sed in omnia quae sunt eius operis, etiam si qua difficiliora discenti uidebuntur, elaborandum est; nam et omnino superuacua erat doctrina si natura sufficeret. [9] An si quis ingenio corruptus ac tumidus, ut plerique sunt, inciderit, in hoc eum ire patiemur? Aridum atque ieiunum non alemus et quasi uestiemus? Nam si quaedam detrahere necessarium est, cur non sit adicere concessum? [10] Neque ego contra naturam pugno: non enim deserendum id bonum, si quod ingenitum est, existimo, sed augendum, addendumque quod cessat. [11] An uero clarissimus ille praeceptor Isocrates, quem non magis libri bene dixisse quam discipuli bene docuisse testantur, cum de Ephoro atque Theopompo sic iudicaret ut alteri frenis, alteri calcaribus opus esse diceret, aut in illo lentiore tarditatem aut in illo paene praecipiti concitationem adiuuandam docendo existimauit, cum alterum alterius natura miscendum arbitraretur? [12] Inbecillis tamen ingeniis sane sic obsequendum sit ut tantum in id quo uocat natura ducantur; ita enim quod solum possunt melius efficient. Si uero liberalior materia contigerit et in qua merito ad spem oratoris simus adgressi, nulla dicendi uirtus omittenda est. [13] Nam licet sit aliquam in partem pronior, ut necesse est, ceteris tamen non repugnabit, atque ea cura paria faciet iis in quibus eminebat, sicut ille, ne ab eodem exemplo recedamus, exercendi corpora peritus non, si docendum pancratiasten susceperit, pugno ferire uel calce tantum aut nexus modo atque in iis certos aliquos docebit, sed omnia quae sunt eius certaminis. Erit

qui ex iis aliqua non possit: in id maxime quod poterit incumbet. [14] Nam sunt haec duo uitanda prorsus: unum, ne temptes quod effici non possit, alterum, ne ab eo quod quis optime facit in aliud cui minus est idoneus transferas. At si fuerit qui docebitur ille, quem adulescentes senem uidimus, Nicostratus, omnibus in eo docendi partibus similiter utetur, efficietque illum, qualis hic fuit, luctando pugnandoque, quorum utroque certamine isdem diebus coronabatur, inuictum. [15] Et quanto id magis oratoris futuri magistro prouidendum erit! Non enim satis est dicere presse tantum aut subtiliter aut aspere, non magis quam phonasco acutis tantum aut mediis aut grauibus sonis aut horum etiam particulis excellere. Nam sicut cithara, ita oratio perfecta non est nisi ab imo ad summum omnibus intenta neruis consentiat.

IX. [1] Plura de officiis docentium locutus discipulos id unum interim moneo, ut praeceptores suos non minus quam ipsa studia ament et parentes esse non quidem corporum, sed mentium credant. [2] Multum haec pietas conferet studio; nam ita et libenter audient et dictis credent et esse similes concupiscent, in ipsos denique coetus scholarum laeti alacres conuenient, emendati non irascentur, laudati gaudebunt, ut sint carissimi studio merebuntur. [3] Nam ut illorum officium est docere, sic horum praebere se dociles: alioqui neutrum sine altero sufficit; et sicut hominis ortus ex utroque gignentium confertur, et frustra sparseris semina nisi illa praemollitus fouerit sulcus, ita eloquentia coalescere nequit nisi sociata tradentis accipientisque concordia.

X. [1] In his primis operibus, quae non ipsa parua sunt sed maiorum quasi membra atque partes, bene instituto ac satis exercitato iam fere tempus adpetet adgrediendi suasorias iudicialesque materias: quarum antequam uiam ingredior, pauca mihi de ipsa declamandi ratione dicenda sunt, quae quidem ut ex omnibus nouissime inuenta, ita multo est utilissima. [2] Nam et cuncta illa de quibus diximus in se fere continet et ueritati proximam imaginem reddit, ideoque ita est celebrata ut plerisque uideretur ad formandam eloquentiam uel sola sufficere. Neque enim uirtus ulla perpetuae dumtaxat orationis reperiri potest quae non sit cum hac dicendi meditatione communis. [3] Eo quidem res ista culpa docentium reccidit ut inter praecipuas quae corrumperent eloquentiam causas licentia atque inscitia declamantium fuerit: [4] sed eo quod natura bonum est bene uti licet. Sint ergo et ipsae materiae quae fingentur quam simillimae ueritati, et declamatio, in quantum maxime potest, imitetur eas actiones in

quarum exercitationem reperta est. [5] Nam magos et pestilentiam et responsa et saeuiores tragicis nouercas aliaque magis adhuc fabulosa frustra inter sponsiones et interdicta quaeremus. Quid ergo? numquam haec supra fidem et poetica, ut uere dixerim, themata iuuenibus tractare permittamus, ut expatientur et gaudeant materia et quasi in corpus eant? [6] Erat optimum, sed certe sint grandia et tumida, non stulta etiam et acrioribus oculis intuenti ridicula, ut, si iam cedendum est, impleat se declamator aliquando, dum sciat, ut quadrupedes, cum uiridi pabulo distentae sunt, sanguinis detractone curantur et sic ad cibos uiribus consersanuanidis idoneos redeunt, ita sibi quoque tenuandas adipos, et quidquid umoris corrupti contraxerit emittendum si esse sanus ac robustus uolet. [7] Alioqui tumor ille inanis primo cuiuscumque ueri operis conatu deprehendetur. Totum autem declamandi opus qui diuersum omni modo a forensibus causis existimant, hi profecto ne rationem quidem qua ista exercitatio inuenta sit perident; [8] nam si foro non praeparat, aut scaenicae ostentationi aut furiosae uociferationi simillimum est. Quid enim attinet iudicem praeparare qui nullus est, narrare quod omnes sciant falsum, probationes adhibere causae de qua nemo sit pronuntiaturus? Et haec quidem otiosa tantum: adfici uero et ira uel luctu permoueri cuius est lubricii nisi quibusdam pugnae simulacris ad uerum discrimen aciemque iustam consuescimus! [9] Nihil ergo inter forense genus dicendi atque hoc declamatorium intererit? Si profectus gratia dicimus, nihil. Vtinamque adici ad consuetudinem posset ut nominibus uteremur et perplexae magis et longioris aliquando actus controuersiae fingerentur et uerba in usu cotidiano posita minus timeremus et iocos inserere moris esset: quae nos, quamlibet per alia in scholis exercitati simus, tirones in foro inueniunt. [10] Si uero in ostentationem comparetur declamatio, sane paulum aliquid inclinare ad uoluptatem audientium debemus. [11] Nam et iis actionibus quae in aliqua sine dubio ueritate uersantur, sed sunt ad popularem aptatae delectationem, quales legimus panegyricos totumque hoc demonstratiuum genus, permittitur adhibere plus cultus, omnemque artem, quae latere plerumque in iudiciis debet, non confiteri modo sed ostentare etiam hominibus in hoc aduocatis. [12] Quare declamatio, quoniam est iudiciorum consiliorumque imago, similis esse debet ueritati, quoniam autem aliquid in se habet epideiktikon, nonnihil sibi nitoris adsumere. [13] Quod faciunt actores comici, qui neque ita prorsus ut nos uulgo loquimur pronuntiant, quod esset sine arte, neque procul tamen a natura recedunt, quo uitio periret imitatio, sed morem communis huius sermonis decore quodam scaenico exornant. [14] Sic quoque aliqua nos incommoda ex iis quas finxerimus materiis consequentur, in eo

praecipue quod multa in iis relinquantur incerta, quae sumimus ut uideatur, aetates facultates liberi parentes, urbium ipsarum uires iura mores, alia his similia: [15] quin aliquando etiam argumenta ex ipsis positionum uitiis ducimus. Sed haec suo quoque loco. Quamuis enim omne propositum operis a nobis destinati eo spectet ut orator instituat, tamen, ne quid studiosi requirant, etiam si quid erit quod ad scholas proprie pertineat in transitu non omittemus.

XI. [1] Iam hinc ergo nobis inchoanda est ea pars artis ex qua capere initium solent qui priora omiserunt: quamquam uideo quosdam in ipso statim limine obstaturos mihi, qui nihil egere eius modi praeceptis eloquentiam putent, sed natura sua et uulgari modo scholarum exercitatione contenti rideant etiam diligentiam nostram exemplo magni quoque nominis professorum, quorum aliquis, ut opinor, interrogatus quid esset schema et noema, nescire se quidem, sed si ad rem pertineret esse in sua declamatione respondit. [2] Alius percontanti Theodorus an Apollodorus esset, 'ego' inquit 'parmularius'. Nec sane potuit urbanus ex confessione inscitiae suae elabi. Porro hi, quia et beneficio ingenii praestantes sunt habiti et multa etiam memoria digna exclamauerunt, plurimos habent similes negligentiae suae, paucissimos naturae. [3] Igitur impetu dicere se et uiribus uti glorianur: neque enim opus esse probatione aut dispositione in rebus fictis, sed, cuius rei gratia plenum sit auditorium, sententiarum grandibus, quarum optima quaeque a periculo petatur. [4] Quin etiam in cogitando nulla ratione adhibita aut tectum intuentes magnum aliquid quod ultro se offerat pluribus saepe diebus expectant, aut murmure incerto uelut classico instincti concitatissimum corporis motum non enuntiandis sed quaerendis uerbis accommodant. [5] Nonnulli certa sibi initia priusquam sensum inuenerint destinant, quibus aliquid disertum subiungendum sit: eaque diu secum ipsi clareque meditati desperata coniectendi facultate deserunt et ad alia deinceps atque inde alia non minus communia ac nota deuertunt. [6] Qui plurimum uidentur habere rationis non in causas tamen laborem suum sed in locos intendunt, atque in iis non corpori prospiciunt, sed abrupta quaedam, ut forte ad manum uenire, iaculantur. [7] Vnde fit ut dissoluta et ex diuersis congesta oratio cohaerere non possit, similisque sit commentariis puerorum in quos ea quae aliis declamantibus laudata sunt reuerunt. Magnas tamen sententias et res bonas (ita enim gloriari solent) elidunt: nam et barbari et serui, et, si hoc sat est, nulla est ratio dicendi.

XII. [1] Ne hoc quidem negauerim, sequi plerumque hanc opinionem, ut fortius dicere uideantur indocti, primum uitio male iudicantium, qui maiorem habere uim credunt ea quae non habent artem, ut effringere quam aperire, rumpere quam soluere, trahere quam ducere putant robustius. [2] Nam et gladiator qui armorum inscius in rixam ruit et luctator qui totius corporis nisu in id quod semel inuasit incumbit fortior ab his uocatur, cum interim et hic frequenter suis uiribus ipse prosternitur et illum uehementis impetus excipit aduersarii mollis articulus. [3] Sed sunt in hac parte quae imperitos etiam naturaliter fallant; nam et diuisio, cum plurimum ualeat in causis, speciem uirium minuit, et rudia politis maiora et sparsa compositis numerosiora creduntur. [4] Est praeterea quaedam uirtutum uitiorumque uicinia, qua maledicus pro libero, temerarius pro forti, effusus pro copioso accipitur. Maledicit autem ineruditus apertius et saepius uel cum periculo suscepti litigatoris, frequenter etiam suo. [5] Adfert et ista res opinionem, quia libentissime homines audiunt ea quae dicere ipsi nolissent. Illud quoque alterum quod est in elocutione ipsa periculum minus uitat, conaturque perdit, unde euenit nonnumquam ut aliquid grande inueniat qui semper quaerit quod nimium est: uerum id et raro prouenit et cetera uitia non pensat.

[6] Propter hoc quoque interdum uidentur indocti copiam habere maiorem, quod dicunt omnia, doctis est et electio et modus. His accedit quod a cura docendi quod intenderint recedunt: itaque illud quaestionum et argumentorum apud corrupta iudicia frigus euitant, nihilque aliud quam quod uel prauis uoluptatibus aures adsistentium permulceat quaerunt. [7] Sententiae quoque ipsae, quas solas petunt, magis eminent cum omnia circa illas sordida et abiecta sunt, ut lumina non inter umbras, quem ad modum Cicero dicit, sed plane in tenebris clariora sunt. Itaque ingeniosi uocentur, ut libet, dum tamen constet contumeliose sic laudari disertum. [8] Nihilominus confitendum est etiam detrahere doctrinam aliquid, ut limam rudibus et cotes hebetibus et uino uetustatem, sed uitia detrahit, atque eo solo minus est quod litterae perpolierunt quo melius.

[9] Verum hi pronuntiatione quoque famam dicendi fortius quaerunt; nam et clamant ubique et omnia leuata, ut ipsi uocant, manu emugiunt, multo discursu anhelitu, iactatione gestus, motu capitis furentes. [10] Iam collidere manus, terrae pedem incutere, femur pectus frontem caedere, mire ad pullatum circulum facit: cum ille eruditus, ut in oratione multa summittere uariare disponere, ita etiam in pronuntiando suum cuique eorum quae dicet colori accommodare actum sciat, et, si quid sit perpetua

obseruatione dignum, modestus et esse et uideri malit. [11] At illi hanc uim appellant quae est potius uiolentia: cum interim non actores modo aliquos inuenias sed, quod est turpius, praeceptores etiam qui, breuem dicendi exercitationem consecuti, ommissa ratione ut tulit impetus passim tumultuentur, eosque qui plus honoris litteris tribuerunt ineptos et ieiunos et tepidos et infirmos, ut quodque uerbum contumeliosissimum occurrit, appellent. [12] Verum illis quidem gratulemur sine labore, sine ratione, sine disciplina disertis: nos, quando et praeciendi munus iam pridem deprecati sumus et in foro quoque dicendi, quia honestissimum finem putabamus desinere dum desideraremur, inquirendo scribendoque talia consolemur otium nostrum quae futura usui bonae mentis iuuenibus arbitramur, nobis certe sunt uoluptati.

XIII. [1] Nemo autem a me exigit id praeceptorum genus quod est a plerisque scriptoribus artium traditum, ut quasi quasdam leges inmutabili necessitate constrictas studiosis dicendi feram: utique prohoemium et id quale, proxima huic narratio, quae lex deinde narrandi, propositio post hanc uel, ut quibusdam placuit, excursio, tum certus ordo quaestionum, ceteraque quae, uelut si aliter facere fas non sit, quidam tamquam iussi secuntur. [2] Erat enim rhetorice res prorsus facilis ac parua si uno et breui praescripto contineretur: sed mutantur pleraque causis temporibus occasione necessitate. Atque ideo res in oratore praecipua consilium est, quia uarie et ad rerum momenta conuertitur. [3] Quid si enim praecipias imperatori, quotiens aciem instruet derigat frontem, cornua utrimque promoueat, equites pro cornibus locet? Erit haec quidem rectissima fortasse ratio quotiens licebit, sed mutabitur natura loci, si mons occurret, si flumen obstabit, collimutabus siluis asperitate alia prohibebitur. [4] Mutabit hostium genus, mutabit praesentis condicio discriminis: nunc acie directa, nunc cuneis, nunc auxiliis, nunc legione pugnabitur, nonnumquam terga etiam dedisse simulata fuga proderit. [5] Ita prohoemium necessarium an superuacuum, breue an longius, ad iudicem omni sermone directo an aliquando auerso per aliquam figuram dicendum sit, constricta an latius fusa narratio, continua an diuisa, recta an ordine permutato, causae docebunt, [6] itemque de quaestionum ordine, cum in eadem controuersia aliud alii parti prius quaeri frequenter expediat. Neque enim rogationibus plebisue scitis sancta sunt ista praecepta, sed hoc quidquid est utilitas excogitauit. [7] Non negabo autem sic utile esse plerumque, alioqui nec scriberem. Verum si eadem illa nobis aliud suadebit utilitas, hanc relictis magistrorum auctoritatibus sequemur. [8] Equidem id maxime praecipiam

ac 'repetens iterumque iterumque monebo': res duas in omni actu spectet orator, quid deceat, quid expediat. Expedit autem saepe mutare ex illo constituto traditoque ordine aliqua, et interim decet, ut in statuis atque picturis uideamus uariari habitus uultus status; [9] nam recti quidem corporis uel minima gratia est: nempe enim aduersa sit facies et demissa bracchia et iuncti pedes et a summis ad ima rigens opus. Flexus ille et, ut sic dixerim, motus dat actum quendam et adfectum: ideo nec ad unum modum formatae manus et in uultu mille species; [10] cursum habent quaedam et impetum, sedent alia uel incumbunt, nuda haec, illa uelata sunt, quaedam mixta ex utroque. Quid tam distortum et elaboratum quam est ille discobolos Myronis? Si quis tamen ut parum rectum improbet opus, nonne ab intellectu artis afuerit, in qua uel praecipue laudabilis est ipsa illa nouitas ac difficultas? [11] Quam quidem graudatiam et delectationem adferunt figurae, quaeque in sensibus quaeque in uerbis sunt. Mutant enim aliquid a recto, atque hanc prae se uirtutem ferunt, quod a consuetudine uulgari recesserunt. [12] Habet in pictura speciem tota facies: Apelles tamen imaginem Antigoni latere tantum altero ostendit, ut amissi oculi deformitas lateret. Quid? non in oratione operienda sunt quaedam, siue ostendi non debent siue exprimi pro dignitate non possunt? [13] Vt fecit Timanthes, opinor, Cythnius in ea tabula qua Coloten Teium uicit. Nam cum in Iphigeniae immolatione pinxisset tristem Calchantem, tristiolem Vlixem, addidisset Menelao quem summum poterat ars efficere maerorem: consumptis adfectibus non reperiens quo digne modo patris uultum posset exprimere, uelauit eius caput et suo cuique animo dedit aestimandum. [14] Nonne huic simile est illud Sallustianum: 'nam de Carthagine tacere satius puto quam parum dicere'? Propter quae mihi semper moris fuit quam minime alligare me ad praecepta quae καθολικά uocitant, id est, ut dicamus quo modo possumus, uniuersalia uel perpetua; raro enim reperitur hoc genus, ut non labefactari parte aliqua et subrui possit. [15] Sed de his plenius suo quidque loco tractabimus: interim nolo se iuuenes satis instructos si quem ex iis qui breues plerumque circumferuntur artis libellum edidicerint et uelut decretis technicorum tutos putent. Multo labore, adsiduo studio, uaria exercitatione, plurimis experimentis, altissima prudentia, praesentissimo consilio constat ars dicendi. [16] Sed adiuuatur his quoque, si tamen rectam uiam, non unam orbitam monstrent: qua declinare qui crediderit nefas, patiatur necesse est illam per funes ingredientium tarditatem. Itaque et stratum militari labore iter saepe deserimus compendio ducti, et si rectum litem ruptis torrentibus pontes inciderint circumire cogemur, et si ianua tenebitur incendio per parietem exhibimus. [17] Late fustum opus est et multiplex et prope cotidie nouum et de quo

numquam dicta erunt omnia. Quae sint tamen tradita, quid ex his optimum, et si qua mutari adici detrahi melius uidebitur, dicere experiar.

XIV. [1] Rhetoricen in Latinum transferentes tum oratoriam, tum oratricem nominauerunt. Quos equidem non fraudauerim debita laude quod copiam Romani sermonis augere temptarint: sed non omnia nos ducentes ex Graeco secuntur, sicut ne illos quidem quotiens utique suis uerbis signare nostra uoluerunt. [2] Et haec interpretatio non minus dura est quam illa Plauti 'essentia' et 'queentia', sed ne propria quidem; nam oratoria sic effertur ut elocutoria, oratrix ut elocutrix, illa autem de qua loquimur rhetorice talis est qualis eloquentia. Nec dubie apud Graecos quoque duplicem intellectum habet; [3] namque uno modo fit adpositum ars rhetorica, ut nauis piratica, altero nomen rei, qualis est philosophia, amicitia. Nos ipsam nunc uolumus significare substantiam, ut grammaticae litteratura est, non litteratrix quem ad modum oratrix, nec litteratoria quem ad modum oratoria: uerum id in rhetorice non fit. [4] Ne pugnemus igitur, cum praesertim plurimis alioqui Graecis sit utendum; nam certe et philosophos et musicos et geometras dicam nec uim adferam nominibus his indecora in Latinum sermonem mutatione: denique cum M. Tullius etiam ipsis librorum quos hac de re primum scripserat titulis Graeco nomine utatur, profecto non est uerendum ne temere uideamur oratori maximo de nomine artis suae credidisse.

[5] Igitur rhetorice (iam enim sine metu cauillationis utemur hac appellatione) sic, ut opinor, optime diuidetur ut de arte, de artifice, de opere dicamus. Ars erit quae disciplina percipi debet: ea est bene dicendi scientia. Artifex est qui percepit hanc artem: id est orator, cuius est summa bene dicere. Opus, quod efficitur ab artifice: id est bona oratio. Haec omnia rursus diducuntur in species: sed illa sequentia suo loco, nunc quae de prima parte tractanda sunt ordiar.

XV. [1] Ante omnia, quid sit rhetorice. Quae finitur quidem uarie, sed quaestionem habet duplicem: aut enim de qualitate ipsius rei aut de comprehensione uerborum dissensio est. Prima atque praecipua opinionum circa hoc differentia, quod alii malos quoque uiros posse oratores dici putant, alii, quorum nos sententiae accedimus, nomen hoc artemque de qua loquimur bonis demum tribui uolunt. [2] Eorum autem qui dicendi facultatem a maiore ac magis expetenda uitae laude secernunt,

quidam rhetoricen uim tantum, quidam scientiam sed non uirtutem, quidam usum, quidam artem quidem sed a scientia et uirtute diiunctam, quidam etiam prauitatem quandam artis, id est *κακοτεχνίαν*, nominauerunt. [3] Hi fere aut in persuadendo aut in dicendo apte ad persuadendum positum orandi munus sunt arbitrati: id enim fieri potest ab eo quoque qui uir bonus non sit. Est igitur frequentissimus finis: 'rheticen esse uim persuadendi'. Quod ego uim appello, plerique potestatem, nonnulli facultatem uocant: quae res ne quid adferat ambiguitatis, uim dico *δύναμιν*. [4] Haec opinio originem ab Isocrate, si tamen re uera ars quae circumfertur eius est, duxit. Qui cum longe sit a uoluntate infamantium oratoris officia, finem artis temere comprehendit dicens esse rhetoricen persuadendi opificem, id est *πειθοῦς δημιουργός*: neque enim mihi permiserim eadem uti declinatione qua Ennius M. Cethegum 'suadae medullam' uocat. [5] Apud Platonem quoque Gorgias in libro qui nomine eius inscriptus est idem fere dicit, sed hanc Plato illius opinionem uult accipi, non suam. Cicero pluribus locis scripsit officium oratoris esse dicere adposite ad persuadendum, [6] in rhetoricis etiam, quos sine dubio ipse non probat, finem facit persuadere. Verum et pecunia persuadet et gratia et auctoritas dicentis et dignitas, postremo aspectus etiam ipse sine uoce, quo uel recordatio meritorum cuiusque uel facies aliqua miserabilis uel formae pulchritudo sententiam dictat. [7] Nam et Manium Aquilium defendens Antonius, cum scissa ueste cicatrices quas is pro patria pectore aduerso suscepisset ostendit, non orationis habuit fiduciam, sed oculis populi Romani uim attulit: quem illo ipso aspectu maxime motum in hoc, ut absolueret reum, creditum est. [8] Seruium quidem Galbam miseratione sola, qua non suos modo liberos paruolos in contione produxerat, sed Galli etiam Sulpici filium suis ipse manibus circumtulera, elapsum esse cum aliorum monumentis, tum Catonis oratione testatum est. [9] Et Phrynen non Hyperidis actione quamquam admirabili, sed conspectu corporis, quod illa speciosissimum alioqui diducta nudauerat tunica, putant periculo liberatam. Quae si omnia persuadent, non est hic de quo locuti sumus idoneus finis. [10] Ideoque diligentiores sunt uisi sibi qui, cum de rhetorice idem sentirent, existimarunt eam uim dicendo persuadendi. Quem finem Gorgias in eodem de quo supra diximus libro uelut coactus a Socrate facit; a quo non dissentit Theodectes, siue ipsius id opus est quod de rhetorice nomine eius inscribitur, siue, ut creditum est, Aristorhetelis: in quo est finem esse rhetorices: 'ducere homines dicendo in id quod actor uelit'. [11] Sed ne hoc quidem satis est comprehensum: persuadent enim dicendo uel ducunt in id quod uolunt alii quoque, ut meretrices adultores corruptores. At contra non persuadet semper orator, ut interim non sit proprius hic finis eius, interim sit

communis cum iis qui ab oratore procul absunt. [12] Atqui non multum ab hoc fine abest Apollodorus dicens iudicialis orationis primum et super omnia esse persuadere iudici et sententiam eius ducere in id quod uelit. Nam et ipse oratorem fortunae subicit, ut, si non persuaserit, nomen suum retinere non possit. [13] Quidam recesserunt ab euentu, sicut Aristoteles dicit: 'rhetorice est uis inueniendi omnia in oratione persuasibilia'. Qui finis et illud uitium de quo supra diximus habet, et insuper quod nihil nisi inuentionem complectitur, quae sine elocutione non est oratio. [14] Hermagorae, qui finem eius esse ait persuasibiliter dicere, et aliis qui eandem sententiam, non isdem tantum uerbis explicant ac finem esse demonstrant dicere quae oporteat omnia ad persuadendum, satis responsum est cum persuadere non tantum oratoris esse conuicimus. [15] Addita sunt his alia uarie. Quidam enim circa res omnes, quidam circa ciuiles modo uersari rhetoricen putauerunt: quorum uerius utrum sit, in eo loco qui huius quaestionis proprius est dicam. [16] Omnia subiecisse oratori uidetur Aristoteles cum dixit uim esse uidendi quid in quaque re possit esse persuasibile, et Iatrocles, qui non quidem adicit 'in quaque re', sed nihil excipiendo idem ostendit: uim enim uocat inueniendi quod sit in oratione persuasibile. Qui fines et ipsi solam complectuntur inuentionem. Quod uitium fugiens Eudorus uim putat inueniendi et eloquendi cum ornatu credibilia in omni oratione. [17] Sed cum eodem modo credibilia quo persuasibilia etiam non orator inueniat, adiciendo 'in omni oratione' magis quam superiores concedit scelera quoque suadentibus pulcherrimae rei nomen. [18] Gorgias apud Platonem suadendi se artificem in iudiciis et aliis coetibus esse ait, de iustis quoque et iniustis tractare: cui Socrates persuadendi, non docendi concedit facultatem. [19] Qui uero non omnia subiciebant oratori, sollicitius ac uerbosius, ut necesse erat, adhibuerunt discrimina, quorum fuit Ariston, Critolai Peripatetici discipulus, cuius hic finis est: 'scientia uidendi et agendi in quaestionibus ciuilibus per orationem popularis persuasionis'. [20] Hic scientiam, quia Peripateticus est, non ut Stoici uirtutis loco ponit: popularem autem comprehendendo persuasionem etiam contumeliosus est aduersus artem orandi, quam nihil putat doctis persuasuram. Illud de omnibus qui circa ciuiles demum quaestiones oratorem iudicant uersari dictum sit, excludi ab iis plurima oratoris officia, illam certe laudatiuam totam, quae est rhetorices pars tertia. [21] Cautius Theodorus Gadareus, ut iam ad eos ueniamus qui artem quidem esse eam, sed non uirtutem putauerunt. Ita enim dicit, ut ipsis eorum uerbis utar qui haec ex Graeco transtulerunt: 'ars inuentrix et iudicatrix et enuntiatrix, decente ornatu secundum mensionem, eius quod in quoque potest sumi persuasibile, in materia ciuili'. [22] Itemque Cornelius

Celsus, qui finem rhetorices ait 'dicere persuasibiliter in dubia ciuili materia'. Quibus sunt non dissimiles qui ab aliis traduntur, qualis est ille: 'uis uidendi et eloquendi de rebus ciuilibus subiectis sibi cum quadam persuasione et quodam corporis habitu et eorum quae dicet pronuntiatione'. [23] Mille alia, sed aut eadem aut ex isdem composita, quibus item cum de materia rhetorices dicendum erit respondebimus. Quidam eam neque uim neque scientiam neque artem putauerunt, sed Critolaus usum dicendi (nam hoc τριβή significat), Athenaeus fallendi artem.

[24] Plerique autem, dum pauca ex Gorgia Platonis a prioribus imperite excerpta legere contenti neque hoc totum neque alia eius uolumina euoluunt, in maximum errorem inciderunt, creduntque eum in hac esse opinione, ut rhetorice non artem sed 'peritiam quandam gratiae ac uoluptatis' existimet, [25] et alio loco 'ciuilitatis particulae simulacrum et quartam partem adulationis', quod duas partes ciuilitatis corpori adsignet, medicinam et quam interpretantur exercitatricem, duas animo, legalem atque iustitiam, adulationem autem medicinae uocet cocorum artificium, adulatoris mangonum, qui colorem fuco et uerum robur inani sagina mentiantur, legalis cauillatricem, iustitiae rhetorice. [26] Quae omnia sunt quidem scripta in hoc libro dictaque a Socrate, cuius persona uidetur Plato significare quid sentiat: sed alii sunt eius sermones ad coarguendos qui contra disputant compositi, quos ἐλεγκτικούς uocant, alii ad praecipendum, qui δογματικοί appellantur. [27] Socrates autem seu Plato eam quidem quae tum exercebatur rhetorice talem putat (nam et dicit his uerbis τοῦτον τὸν τρόπον ὃν ὑμεῖς πολιτεύεσθε), ueram autem et honestam intellegit; itaque disputatio illa contra Gorgian ita cluditur: οὐκοῦν ἀνάγκη τὸν ῥητορικὸν δίκαιον εἶναι, τὸν δὲ δίκαιον βούλεσθαι δίκαια πράττειν. [28] Ad quod ille quidem conticescit, sed sermonem suscipit Polus iuuenili calore inconsideratior, contra quem illa de simulacro et adulatione dicuntur. Tum Callicles adhuc concitator, qui tamen ad hanc perducitur clausulam: τὸν μέλλοντα ὀρθῶς ῥητορικὸν ἔσεσθαι, δίκαιον ἄρα δεῖ εἶναι καὶ ἐπιστήμονα τῶν δικαίων, ut appareat Platoni non rhetorice uideri malum, sed eam ueram nisi iusto ac bono non contingere. [29] Adhuc autem in Phaedro manifestius facit hanc artem consummari citra iustitiae quoque scientiam non posse: cui opinioni nos quoque accedimus. An aliter defensionem Socratis et eorum qui pro patria ceciderant laudem scripsisset? Quae certe sunt oratoris opera. [30] Sed in illud hominum genus quod facilitate dicendi male utebatur inuectus est. Nam et Socrates inhonestam sibi credidit orationem quam ei Lysias reo composuerat, et tum maxime scribere

litigatoribus quae illi pro se ipsi dicerent erat moris, atque ita iuri quo non licebat pro altero agere fraus adhibebatur. [31] Doctores quoque eius artis parum idonei Platoni uidebantur, qui rhetoricen a iustitia separarent et ueris credibilia praeferrent; nam id quoque dicit in Phaedro. [32] Consensisse autem illis superioribus uideri potest etiam Cornelius Celsus, cuius haec uerba sunt: 'orator simile tantum ueri petit', deinde paulo post: 'non enim bona conscientia sed uictoria litigantis est praemium': quae si uera essent, pessimorum hominum foret haec tam perniciose nocentissimis moribus dare instrumenta et nequitiam praeceptis adiuuare. Sed illi rationem opinionis suae uiderint.

[33] Nos autem ingressi formare perfectum oratorem, quem in primis esse uirum bonum uolumus, ad eos qui de hoc opere melius sentiunt reuertamur. Rhetoricen autem quidam eandem ciuilitatem esse iudicauerunt, Cicero scientiae ciuilis partem uocat (ciuilis autem scientia idem quod sapientia est), quidam eandem philosophiam, quorum est Isocrates. [34] Huic eius substantiae maxime conueniet finitio rhetoricen esse bene dicendi scientiam. Nam et orationis omnes uirtutes semel complectitur et protinus etiam mores oratoris, cum bene dicere non possit nisi bonus. Idem ualet Chrysippi finis ille ductus a Cleanthe, 'scientia recte dicendi'. [35] Sunt plures eiusdem, sed ad alias quaestiones magis pertinent. Idem sentiret finis hoc modo comprehensus: 'persuadere quod oporteat', nisi quod artem ad exitum alligat. [36] Bene Areus: 'dicere secundum uirtutem orationis'. Excludunt a rhetorice malos et illi qui scientiam ciuiliu officiorum eam putauerunt, si scientiam uirtutem iudicant, sed anguste intra ciuiles quaestiones coercent. Albucius non obscurus professor atque aucquaestor scientiam bene dicendi esse consentit, sed exceptionibus peccat adiciendo 'circa ciuiles quaestiones et credibiliter': quarum iam utrique responsum est. [37] Probabilis et illi uoluntatis qui recte sentire et dicere rhetorices putauerunt. Hi sunt fere fines maxime inlustres et de quibus praecipue disputatur. Nam omnis quidem persequi neque attinet neque possum, cum prauum quoddam, ut arbitror, studium circa scriptores artium extiterit nihil isdem uerbis quae prior aliquis occupasset finiendi: quae ambitio procul aberit a me. [38] Dicam enim non utique quae inuenero, sed quae placebunt, sicut hoc: rhetoricen esse bene dicendi scientiam, cum, reperto quod est optimum, qui quaerit aliud peius uelit. His adprobatis simul manifestum est illud quoque, quem finem uel quid summum et ultimum habeat rhetorice, quod τέλος dicitur, ad quod omnis ars tendit: nam si est ipsa bene dicendi scientia, finis eius et summum est bene dicere.

XVI. [1] Sequitur quaestio an utilis rhetorice. Nam quidam uehementer in eam inuehi solent, et, quod sit indignissimum, in accusationem orationis utuntur orandi uiribus: [2] eloquentiam esse quae poenis eripiat scelestos, cuius fraude damneneloquentur interim boni, consilia ducantur in peius, nec seditiones modo turbaeque populares sed bella etiam inexpiabilia excitentur, cuius denique tum maximus sit usus cum pro falsis contra ueritatem ualeat. [3] Nam et Socrati obiciunt comici docere eum quo modo peiorem causam meliorem faciat, et contra Tisian et Gorgian similia dicit polliceri Plato. [4] Et his adiciunt exempla Graecorum Romanorumque, et enumerant qui perniciosi non singulis tantum sed rebus etiam publicis usi eloquentia turbauerint ciuitatum status uel euerterint, eoque et Lacedaemoniorum ciuitate expulsam et Athenis quoque, ubi actor mouere adfectus uetabatur, uelut recisam orandi potestatem. [5] Quo quidem modo nec duces erunt utiles nec magistratus nec medicina nec denique ipsa sapientia: nam et dux Flaminius et Gracchi Saturnini Glaucia magistratus, et in medicis uenena, et in iis qui philosophorum nomine male utuntur grauissima nonnumquam flagitia deprehensa sunt. [6] Cibos aspernemur: attulerunt saepe ualetudinis causas; numquam tecta subeamus: super habitantes aliquando procumbunt; non fabricetur militi gladius: potest uti eodem ferro latro. Quis nescit ignes aquas, sine quibus nulla sit uita, et, ne terrenis inmorer, solem lunamque praecipua siderum aliquando et nocere?

[7] Num igitur negabitur deformem Pyrrhi pacem Caecus ille Appius dicendi uiribus diremisit? Aut non diuina M. Tulli eloquentia et contra leges agrarias popularis fuit et Catilinae fregit audaciam et supplicationes, qui maximus honor uictoribus bello ducibus datur, in toga meruit? [8] Non perterritos militum animos frequenter a metu reuocat oratio et tot pugnandi pericula ineuntibus laudem uita potiore esse persuadet? Neque uero me Lacedaemonii atque Athenienses magis mouerint quam populus Romanus, apud quem summa semper oratoribus dignitas fuit. [9] Equidem nec urbium conditores reor aliter effecturos fuisse ut uaga illa multitudo coiret in populos nisi docta uoce commota, nec legum repertores sine summa ui orandi consecutos ut se ipsi homines ad seruitutem iuris adstringerent. [10] Quin ipsa uitae praecepta, etiam si natura sunt honesta, plus tamen ad formandas mentes ualent quotiens pulchritudinem rerum claritas orationis inluminat. Quare, etiam si in utramque partem ualent arma facundiae, non est tamen aecum id haberi malum quo bene uti licet.

[11] Verum haec apud eos forsitan quaerantur qui summam rhetorices ad persuadendi vim rettulerunt. Si uero est bene dicendi scientia, quem nos finem sequimur, ut sit orator in primis uir bonus, utilem certe esse eam confitendum est. [12] Et hercule deus ille princeps, parens rerum fabricatorque mundi, nullo magis hominem separauit a ceteris, quae quidem mortalia essent, animalibus quam dicendi facultate. [13] Nam corpora quidem magnitudine uiribus firmitate patientia uelocitate praestantiora in illis mutis uidemus, eadem minus egere adquisitae extrinsecus opis; nam et ingredi citius et pasci et tranare aquas citra docentem natura ipsa sciunt, [14] et pleraque contra frigus ex suo corpore uestiuntur et arma iis ingenita quaedam et ex obuio fere uictus, circa quae omnia multus hominibus labor est. Rationem igitur nobis praecipuam dedit eiusque nos socios esse cum dis immortalibus uoluit. [15] Sed ipsa ratio neque tam nos iuuaret neque tam esset in nobis manifesta nisi quae concepissemus mente promere etiam loquendo possemus: quod magis deesse ceteris animalibus quam intellectum et cogitationem quandam uideamus. [16] Nam et mollire cubilia et nidos texere et educare fetus et excludere, quin etiam reponere in hiemem alimenta, opera quaedam nobis inimitabilia, qualia sunt cerarum ac mellis, efficere nonnullius fortasse rationis est; sed, quia carent sermone quae id faciunt, muta atque irrationalia uocantur. [17] Denique homines quibus negata uox est quantulum adiuuat animus ille caelestis? Quare si nihil a dis oratione melius accepimus, quid tam dignum cultu ac labore ducamus aut in quo malimus praestare hominibus quam quo ipsi homines ceteris animalibus praestant: [18] eo quidem magis quod nulla in parte plenius labor gratiam refert? Id adeo manifestum erit si cogitauerimus unde et quo usque iam prouecta sit orandi facultas: et adhuc augeri potest. [19] Nam ut omittam defendere amicos, regere consiliis senatum, populum exercitum in quae uelit ducere, quam sit utile conueniatque bono uiro: nonne pulchrum uel hoc ipsum est, ex communi intellectu uerbisque quibus utuntur omnes tantum adsequi laudis et gloriae ut non loqui et orare, sed, quod Pericli contigit, fulgere ac tonare uidearis?

XVII. [1] Finis non erit si expatiari parte in hac et indulgere uoluptati uelim. Transeamus igitur ad eam quaestionem quae sequitur, an rhetorice ars sit. [2] Quod quidem adeo ex iis qui praecepta dicendi tradiderunt nemo dubitauit ut etiam ipsis librorum titulis testatum sit scriptos eos de arte rhetorica, Cicero uero etiam quae rhetorice uocetur esse artificiosam eloquentiam dicat. Quod non oratores tantum

uindicarunt, ut studiis aliquid suis praestitisse uideantur, sed cum iis philosophi et Stoici et Peripatetici plerique consentiunt. [3] Ac me dubitasse confiteor an hanc partem quaestionis tractandam putarem; nam quis est adeo non ab eruditione modo sed a sensu remotus hominis ut fabricandi quidem et texendi et luto uasa ducendi artem putet, rhetoricen autem maximum ac pulcherrimum, ut supra diximus, opus in tam sublime fastigium existimet sine arte uenisse? [4] Equidem illos qui contra disputauerunt non tam id sensisse quod dicerent quam exercere ingenia materiae difficultate credo uoluisse, sicut Polycraten, cum Busirim laudaret et Clytaemestram: quamquam is, quod his dissimile non esset, composuisse orationem quae est habita contra Socraten dicitur.

[5] Quidam naturalem esse rhetoricen uolunt et tamen adiuuari exercitatione non diffitentur, ut in libris Ciceronis de Oratore dicit Antonius obseruationem quandam esse, non artem. [6] Quod non ideo ut pro uero accipiamus est positum, sed ut Antoni persona seruetur, qui dissimulator artis fuit: hanc autem opinionem habuisse Lysias uidetur. Cuius sententiae talis defensio est, quod indocti et barbari et serui, pro se cum locuntur, aliquid dicant simile principio, narrent, probent, refutent et, quod uim habeat epilogi, deprecentur. [7] Deinde adiciunt illas uerborum cauillationes, nihil quod ex arte fiat ante artem fuisse: atqui dixisse homines pro se et in alios semper: doctores artis sero et circa Tisian et Coraca primum repertos: orationem igitur ante artem fuisse eoque artem non esse. [8] Nos porro quando coeperit huius rei doctrina non laboramus, quamquam apud Homerum et praeceptorem Phoenicem cum agendi tum etiam loquendi, et oratores plures, et omne in tribus ducibus orationis genus, et certamina quoque proposita eloquentiae inter iuuenes inuenimus, quin in caelatura clipei Achillis et lites sunt et actores. [9] Illud enim admonere satis est, omnia quae ars consummauerit a natura initia duxisse: aut tollatur medicina, quae ex obseruatione salubrium atque his contrariorum reperta est et, ut quibusdam placet, tota constat experimentis (nam et uulnus deligauit aliquis antequam haec ars esset, et febrem quiete et abstinentia, non quia rationem uidebat, sed quia id ualetudo ipsa coegerat, mitigauit), [10] nec fabrica sit ars (casas enim primi illi sine arte fecerunt), nec musica (cantatur ac saltatur per omnis gentes aliquo modo). Ita, si rhetorice uocari debet sermo quicumque, fuisse eam antequam esset ars confitebor: [11] si uero non quisquis loquitur orator est, et tum non tamquam oratores loquebantur, necesse est oratorem factum arte nec ante artem fuisse fateantur. Quo illud quoque excluditur quod dicunt, non esse artis id quod faciat qui non didicerit: dicere autem homines et qui non didicerint. [12] Ad cuius rei confirmationem adferunt

Demaden remigem et Aeschinen hypocriten oratores fuisse. Falso: nam neque orator esse qui non didicit potest, et hos sero potius quam numquam didicisse quis dixerit, quamquam Aeschines ab initio sit uersatus in litteris, quas pater eius etiam docebat, Demaden neque non didicisse certum sit et continua dicendi exercitatio potuerit tantum quantuscumque postea fuit fecisse; nam id potentissimum discendi genus est. [13] Sed et praestantiolem si didicisset futurum fuisse dicere licet: neque enim orationes scribere est ausus, ut eum multum ualuisse in dicendo sciamus.

[14] Aristoteles, ut solet, quaerendi gratia quaedam subtilitatis suae argumenta excogitauit in Grylo: sed idem et de arte rhetorica tris libros scripsit, et in eorum primo non artem solum eam fatetur, sed ei particulam ciuilitatis sicut dialectices adsignat. [15] Multa Critolaus contra, multa Rhodius Athenodorus. Agnon quidem detraxit sibi inscriptione ipsa fidem, qua rhetorices accusationem professus est. Nam de Epicuro, qui disciplinas omnes fugit, nihil miror. [16] Hi complura dicunt, sed ex paucis locis ducta: itaque potentissimis eorum breuiter occurram, ne in infinitum quaestio euadat. [17] Prima iis argumentatio ex materia est. Omnis enim artes aiunt habere materiam, quod est uerum: rhetorices nullam esse propriam, quod esse falsum in sequentibus probabo. [18] Altera est calumnia nullam artem falsis adsentiri opinionibus, quia constitui sine perceptione non possit, quae semper uera sit: rhetorices adsentiri falsis: non esse igitur artem. [19] Ego rhetorices nonnumquam dicere falsa pro ueris confitebor, sed non ideo in falsa quoque esse opinione concedam, quia longe diuersum est ipsi quid uideri et ut alii uideatur efficere. Nam et imperator falsis utitur saepe: ut Hannibal, cum inclusus a Fabio, sarmentis circum cornua bouum deligatis incensisque, per noctem in aduersos montes agens armenta speciem hosti abeuntis exercitus dedit: sed illum fefellit, ipse quid uerum esset non ignorauit. [20] Nec uero Theopompus Lacedaemonius, cum permutato cum uxore habitu e custodia ut mulier euasit, falsam de se opinionem habuit, sed custodibus praebuit. Item orator, cum falso utitur pro uero, scit esse falsum eoque se pro uero uti: non ergo falsam habet ipse opinionem, sed fallit alium. [21] Nec Cicero, cum se tenebras offudisse iudicibus in causa Cluenti gloriatus est, nihil ipse uidit. Et pictor, cum ui artis suae efficit ut quaedam eminere in opere, quaedam recessisse credamus, ipse ea plana esse non nescit. [22] Aiunt etiam omnes artes habere finem aliquem propositum ad quem tendant: hunc modo nullum esse in rhetorice, modo non praestari eum qui promittatur. Mentiuntur: nos enim esse finem iam ostendimus et quis esset diximus; [23] et praestabit hunc semper orator: semper enim bene dicet. Firmum

autem hoc quod opponitur aduersus eos fortasse sit qui persuadere finem putauerunt: noster orator arsque a nobis finita non sunt posita in euentu; tendit quidem ad uictoriam qui dicit, sed cum bene dixit, etiam si non uincat, id quod arte continetur effecit. [24] Nam et gubernator uult salua naue in portum peruenire: si tamen tempestate fuerit abreptus, non ideo minus erit gubernator dicetque notum illud: 'dum clauum rectum teneam'; [25] et medicus sanitatem aegri petit: si tamen aut ualeitudinis uel aut intemperantia aegri alioque quo casu summa non contingit, dum ipse omnia secundum rationem fecerit, medicinae fine non excidet. Ita oratori bene dixisse finis est. Nam est ars ea, ut post paulum clarius ostendemus, in actu posita, non in effectum. [26] Ita falsum erit illud quoque quod dicitur, artes scire quando sint finem consecutae, rhetoricen nescire: nam se quisque bene dicere intellet. Vti etiam uitium rhetoricen, quod ars nulla faciat, criminantur, quia et falsum dicat et adfectus moueat. [27] Quorum neutrum est turpe, cum ex bona ratione proficiscitur, ideoque nec uitium; nam et mendacium dicere etiam sapienti aliquando concessum est, et adfectus, si aliter ad aequitatem perducere iudex non poterit, necessario mouebit orator: imperiti enim iudicant et qui frequenter in hoc ipsum fallendi sint, ne errent. [28] Nam si mihi sapientes iudices dentur, sapientium contiones atque omne consilium, nihil inuidia ualeat, nihil gratia, nihil opinio praesumpta falsique testes, perquam sit exiguus eloquentiae locus et prope in sola delectatione ponatur. [29] Sin et audientium mobiles animi et tot malis obnoxia ueritas, arte pugnandum est et adhibenda quae prosunt: neque enim qui recta uia depulsus est reduci ad eam nisi alio flexu potest.

[30] Plurima uero ex hoc contra rhetoricen cauillatio est, quod ex utraque causae parte dicatur. Inde haec: nullam esse artem contrariam sibi, rhetoricen esse contrariam sibi; nullam artem destruere quod effecerit, accidere hoc rhetoricis operi. Item aut dicenda eam docere aut non dicenda: ita uel per hoc non esse artem, quod non dicenda praecipiat, uel per hoc, quod, cum dicenda praeceperit, etiam contraria his doceat. [31] Quae omnia apparet de ea rhetorice dici quae sit a bono uiro atque ab ipsa uirtute seiuncta: alioqui ubi iniusta causa est, ibi rhetorice non est, adeo ut uix admirabili quodam casu possit accidere ut ex utraque parte orator, id est uir bonus, dicat. [32] Tamen quoniam hoc quoque in rerum naturam cadit, ut duos sapientes aliquando iustae causae in diuersum trahant, quando etiam pugnuros eos inter se, si ratio ita duxerit, credunt, respondebo propositis, atque ita quidem ut appareat haec aduersus eos quoque frustra excogitata qui malis moribus nomen oratoris indulgent. [33] Nam rhetorice non

est contraria sibi: causa enim cum causa, non illa secum ipsa componitur. Nec, si pugnent inter se qui idem didicerunt, idcirco ars, quae utrique tradita est, non erit: alioqui nec armorum quia saepe gladiatores sub eodem magistro eruditi inter se componuntur, [34] nec gubernandi quia naualibus proeliis gubernator est gubernatori aduersus, nec imperatoria quia imperator cum imperatore contendit. Item non euertit opus rhetorice quod efficit: neque enim positum a se argumentum soluit orator; sed ne rhetorice quidem, quia apud eos qui in persuadendo finem putant, aut si quis, ut dixi, casus duos inter se bonos uiros composuerit, ueri similia quaerentur: non autem, si quid est altero credibilius, id ei contrarium est quod fuit credibile. [35] Nam ut candido candidius et dulci dulcius non est aduersum, ita nec probabili probabilius. Neque praecipit umquam non dicenda nec dicendis contraria, sed quae in quaque causa dicenda sunt. [36] Non semper autem ei, etiamsi frequentissime, tuenda ueritas erit, sed aliquando exigit communis utilitas ut etiam falsa defendat.

Ponuntur hae quoque in secundo Ciceronis de Oratore libro contradictiones: artem earum rerum esse quae sciuntur: oratoris omnem actionem opinione, non scientia contineri, quia et apud eos dicat qui nesciant, et ipse dicat aliquando quod nesciat. [37] Ex his alterum, id est an sciat iudex de quo dicatur, nihil ad oratoris artem; alteri respondendum. 'Ars earum rerum est quae sciuntur'. Rhetorice ars est bene dicendi, bene autem dicere scit orator. [38] 'Sed nescit an uerum sit quod dicit.' Ne ii quidem qui ignem aut aquam aut quattuor elementa aut corpora insecabilia esse ex quibus res omnes initium duxerint tradunt, nec qui interualla siderum et mensuras solis ac terrae colligunt: disciplinam tamen suam artem uocant. Quodsi ratio efficit ut haec non opinari sed propter uim probationum scire uideantur, eadem ratio idem praestare oratori potest. [39] 'Sed an causa uera sit nescit.' Ne medicus quidem an dolorem capitis habeat qui hoc se pati dicet: curabit tamen tamquam id uerum sit, et erit ars medicina. Quid quod rhetorice non utique propositum habet semper uera dicendi, sed semper ueri similia? Scit autem esse ueri similia quae dicit. [40] Adiciunt his qui contra sentiunt quod saepe, quae in aliis litibus inpugnarunt actores causarum, eadem in aliis defendant. Quod non artis sed hominis est uitium. Haec sunt praecipua quae contra rhetoricen dicantur, alia et minora et tamen ex his fontibus deriuata.

[41] Confirmatur autem esse artem eam breuiter. Nam siue, ut Cleanthes uoluit, ars est potestas uia, id est ordine, efficiens, esse certe uiam atque ordinem in bene dicendo nemo dubitauerit, siue ille ab omnibus fere probatus finis obseruatur, artem

constare ex perceptionibus consentientibus et coexercitatis ad finem utilem uitae, iam ostendimus nihil non horum in rhetorice inesse. [42] Quid quod et inspectione et exercitatione, ut artes ceterae, constat? Nec potest ars non esse si est ars dialectice (quod fere constat), cum ab ea specie magis quam genere differat. Sed nec illa omittenda sunt: qua in re alius se inartificialiter, alius artificialiter gerat, in ea esse artem, et in eo quod qui didicerit melius faciat quam qui non didicerit esse artem. [43] Atqui non solum doctus indoctum sed etiam doctior doctum in rhetorices opere superabit, neque essent eius aliter tam multa praecepta tamque magni qui docerent. Idque cum omnibus confitendum est, tum nobis praecipue, qui rationem dicendi a bono uiro non separamus.

XVIII. [1] Cum sint autem artium aliae positae in inspectione, id est cognitione et aestimatione rerum, qualis est astrologia nullum exigens actum, sed ipso rei cuius studium habet intellectu contenta, quae θεωρητική uocatur, aliae in agendo, quarum in hoc finis est et ipso actu perficitur nihilque post actum operis relinquit, quae πρακτική dicitur, qualis saltatio est, [2] aliae in effectu, quae operis quod oculis subicitur consummatione finem accipiunt, quam ποιητικήν appellamus, qualis est pictura: fere iudicandum est rhetorice in actu consistere: hoc enim quod est officii sui perficit; atque ita ab omnibus dictum est. [3] Mihi autem uidetur etiam ex illis ceteris artibus multum adsumere. Nam et potest aliquando ipsa per se inspectione esse contenta. Erit enim rhetorice in oratore etiam tacente, et si desierit agere uel proposito uel aliquo casu impeditus, non magis desinet esse orator quam medicus qui curandi fecerit finem. [4] Nam est aliquis ac nescio an maximus etiam ex secretis studiis fructus, ac tum pura uoluptas litterarum cum ab actu, id est opera, recesserunt et contemplatione sui fruuntur. [5] Sed effectiuae quoque aliquid simile scriptis orationibus uel historiis, quod ipsum opus in parte oratoria merito ponimus, consequetur. Si tamen una ex tribus artibus habenda sit, quia maximus eius usus actu continetur atque est in eo frequentissima, dicatur actiua uel administratiua; nam et hoc eiusdem rei nomen est.

XIX. [1] Scio quaeri etiam naturae plus ad eloquentiam conferat an doctrina. Quod ad propositum quidem operis nostri nihil pertinet (neque enim consummatus orator nisi ex utroque fieri potest), plurimum tamen referre arbitror quam esse in hoc loco quaestionem uelimus. [2] Nam si parti utrilibet omnino alteram detrahas, natura etiam sine doctrina multum ualebit, doctrina nulla esse sine natura poterit. Sin ex pari

coeant, in mediocribus quidem utrisque maius adhuc naturae credam esse momentum, consummatos autem plus doctrinae debere quam naturae putabo; sicut terrae nullam fertilitatem habenti nihil optimus agricola profuerit: e terra uberi utile aliquid etiam nullo colente nascetur: at in solo fecundo plus cultor quam ipsa per se bonitas soli efficiet. [3] Et si Praxiteles signum aliquod ex molari lapide conatus esset exculpere, Parium marmor malle rude: at si illud idem artifex expolisset, plus in manibus fuisset quam in marmore. Denique natura materia doctrinae est: haec fingit, illa fingitur. Nihil ars sine materia, materiae etiam sine arte pretium est; ars summa materia optima melior.

XX. [1] Illa quaestio est maior, ex mediis artibus, quae neque laudari per se nec uituperari possunt, sed utiles aut secus secundum mores utentium fiunt, habenda sit rhetorice, an sit, ut compluribus etiam philosophorum placet, uirtus. [2] Equidem illud quod in studiis dicendi plerique exercuerunt et exercent aut nullam artem, quae ἀτεχνία nominatur, puto (multos enim uideo sine ratione, sine litteris, qua uel impudentia uel fames duxit ruentes), aut malam quasi artem, quam κακοτεχνίαν dicimus: nam et fuisse multos et esse nonnullos existimo qui facultatem dicendi ad hominum perniciem conuerterint. [3] Ματαιοτεχνία quoque est quaedam, id est superuacua artis imitatio, quae nihil sane neque boni neque mali habeat, sed uanum laborem, qualis illius fuit qui grana ciceris ex spatio distante missa in acum continuo et sine frustratione inserebat; quem cum spectasset Alexander, donasse dicitur eiusdem leguminis modio, quod quidem praemium fuit illo opere dignissimum. [4] His ego comparandos existimo qui in declamationibus, quas esse ueritati dissimillimas uolunt, aetatem multo studio ac labore consumunt. Verum haec quam instituere conamur et cuius imaginem animo concepimus, quae bono uiro conuenit quaeque est uere rhetorice, uirtus erit. [5] Quod philosophi quidem multis et acutis conclusionibus colligunt, mihi uero etiam planiore hac proprieque nostra probatione uidetur esse perspicuum.

Ab illis haec dicuntur. Si consonare sibi in faciendis ac non faciendis uirtutis est (quae pars eius prudentia uocatur), eadem in dicendis ac non dicendis erit. [6] Et si uirtutes sunt ad quas nobis, etiam ante quam doceremur, initia quaedam ac semina sunt concessa natura, ut ad iustitiam, cuius rusticis quoque ac barbaris apparet aliqua imago, nos certe sic esse ab initio formatos ut possemus orare pro nobis, etiamsi non perfecte tamen ut inessent quaedam, ut dixi, semina eius facultatis, manifestum est. [7] Non eadem autem iis natura artibus est quae a uirtute sunt remotae. Itaque cum duo sint

genera orationis, altera perpetua, quae rhetorice dicitur, altera concisa, quae dialectice, quas quidem Zenon adeo coniunxit ut hanc compressae in pugnum manus, illam explicatae diceret similem, etiam disputatrix uirtus erit: adeo de hac, quae speciosior atque apertior tanto est, nihil dubitabitur.

[8] Sed plenius hoc idem atque apertius intueri ex ipsis operibus uolo. Nam quid orator in laudando faciet nisi honestorum et turpium peritus? aut in suadendo nisi utilitate perspecta? aut in iudiciis si iustitiae sit ignarus? Quid? non fortitudinem postulat res eadem, cum saepe contra turbulentas populi minas, saepe cum periculosa potentium offensa, nonnumquam, ut iudicio Miloniano, inter circumfusa militum arma dicendum sit: ut, si uirtus non est, ne perfecta quidem esse possit oratio? [9] Quod si ea in quoque animalium est uirtus qua praestat cetera uel pleraque, ut in leone impetus, in equo uelocitas, hominem porro ratione atque oratione excellere ceteris certum est: cur non tam in eloquentia quam in ratione uirtutem eius esse credamus, recteque hoc apud Ciceronem dixerit Crassus: 'est enim eloquentia una quaedam de summis uirtutibus', et ipse Cicero sua persona cum ad Brutum in epistulis tum aliis etiam locis uirtutem eam appellet? [10] At prohoemium aliquando ac narrationem dicet malus homo et argumenta sic ut nihil sit in iis requirendum. Nam et latro pugnabit acriter, uirtus tamen erit fortitudo, et tormenta sine gemitu feret malus seruus, tolerantia tamen doloris laude sua non carebit. Multa fiunt eadem, sed aliter. Sufficiant igitur haec, quia de utilitate supra tractauimus.

XXI. [1] Materiam rhetorices quidam dixerunt esse orationem: qua in sententia ponitur apud Platonem Gorgias. Quae si ita accipitur ut sermo quacumque de re compositus dicatur oratio, non materia sed opus est, ut statuarii statua; nam et oratio efficitur arte sicut statua. Sin hac appellatione uerba ipsa significari putamus, nihil haec sine rerum substantia faciunt. Quidam argumenta persuasibilia: quae et ipsa in parte sunt operis et arte fiunt et materia egent. [2] Quidam ciuiles quaestiones: quorum opinio non qualitate sed modo errauit; est enim haec materia rhetorices, sed non sola. [3] Quidam, quia uirtus sit rhetorice, materiam eius totam uitam uocant. Alii, quia non omnium uirtutum materia sit tota uita, sed pleraeque earum uersentur in partibus, sicut iustitia fortitudo continentia propriis officiis et suo fine intelleguntur, rhetorice quoque dicunt in una aliqua parte ponendam, eique locum in ἠθικῇ negotialem adsignant, id est πραγματικόν.

[4] Ego (neque id sine auctoribus) materiam esse rhetorices iudico omnes res quaecumque ei ad dicendum subiectae erunt. Nam Socrates apud Platonem dicere Gorgiae uidetur non in uerbis esse materiam sed in rebus, et in Phaedro palam non in iudiciis modo et contionibus sed in rebus etiam priuatis ac domesticis rhetorices esse demonstrat: quo manifestum est hanc opinionem ipsius Platonis fuisse. [5] Et Cicero quodam loco materiam rhetorices uocat res quae subiectae sint ei, sed certas demum putat esse subiectas: alio uero de omnibus rebus oratori dicendum arbitratur his quidem uerbis: 'quamquam uis oratoris professioque ipsa bene dicendi hoc suscipere ac polliceri uidetur, ut omni de re quaecumque sit proposita ornate ab eo copioseque dicatur'. [6] Atque adhuc alibi: 'uero enim oratori quae sunt in hominum uita, quandoquidem in ea uersatur orator atque ea est ei subiecta materies, omnia quaesita audita lecta disputata tractata agitata esse debent'.

[7] Hanc autem quam nos materiam uocamus, id est res subiectas, quidam modo infinitam, modo non propriam rhetorices esse dixerunt, eamque artem circumcurrentem uocaruerunt, quod in omni materia diceret. [8] Cum quibus mihi minima pugna est; nam de omni materia dicere eam fatentur, propriam habere materiam quia multiplicem habeat negant. Sed neque infinita est, etiamsi est multiplex, et aliae quoque artes minores habent multiplicem materiam, uelut architectonice (namque ea in omnibus quae sunt aedificio utilia uersatur) et caelatura, quae auro argento aere ferro opera efficit. [9] Nam sculptura etiam lignum ebur marmor uitrum gemmas praeter ea quae supra dixi complectitur. [10] Neque protinus non est materia rhetorices si in eadem uersatur et alius. Nam si quaeram quae sit materia statuarii, dicetur aes: si quaeram quae sit excusoris, id est fabricae eius quam Graeci χαλκευτικήν uocant, similiter aes esse respondeant: atqui plurimum statuis differunt uasa. [11] Nec medicina ideo non erit ars quia unctio et exercitatio cum palaestrica, ciborum uero qualitas etiam cum cocorum ei sit arte communis.

[12] Quod uero de bono utili iusto disserere philosophiae officium esse dicunt, non obstat; nam cum philosophum dicunt, hoc accipi uolunt uirum bonum. Quare igitur oratorem, quem a bono uiro non separo, in eadem materia uersari mirer; [13] cum praesertim primo libro iam ostenderim philosophos omissam hanc ab oratoribus partem occupasse, quae rhetorices propria semper fuisset, ut illi potius in nostra materia uersentur. Denique cum sit dialectices materia de rebus subiectis disputare, sit autem dialectice oratio concisa, cur non eadem perpetuae quoque materia uideatur?

[14] Solet a quibusdam et illud opponi: omnium igitur artium peritus erit orator si de omnibus ei dicendum est. Possem hic Ciceronis respondere uerbis, apud quem hoc inuenio: 'mea quidem sententia nemo esse poterit omni laude cumulatus orator nisi erit omnium rerum magnarum atque artium scientiam consecutus': sed mihi satis est eius esse oratorem rei de qua dicet non inscium. [15] Neque enim omnis causas nouit, et debet posse de omnibus dicere. De quibus ergo dicet? De quibus didicit. Similiter de artibus quoque de quibus dicendum erit interim discet, et de quibus didicerit dicet.

[16] Quid ergo? non faber de fabrica melius aut de musice musicus? Si nesciat orator quid sit de quo quaeratur, plane melius; nam et litigator rusticus inlitteratusque de causa sua melius quam orator qui nesciet quid in lite sit: sed accepta a musico, a fabro, sicut a litigatore, melius orator quam ipse qui docuerit. [17] Verum et faber, cum de fabrica, et musicus, cum de musica, si quid confirmationem desiderauerit, dicet: non erit quidem orator, sed faciet illud quasi orator, sicut, cum uulnus imperitus deligabit, non erit medicus, sed faciet ut medicus. [18] An huius modi res neque in laudem neque in deliberationem neque in iudicium ueniunt? Ergo cum de faciendo portu Ostiensi deliberatum est, non debuit dicere sententiam orator? Atqui opus erat ratione architectorum. [19] Liuores et tumores in corpore cruditatis an ueneni signa sint non tractat orator? At est id ex ratione medicinae. Circa mensuras et numeros non uersabitur? Dicamus has geometriae esse partes. Equidem omnia fere posse credo casu aliquo uenire in officium oratoris: quod si non accidet, non erunt ei subiecta.

[20] Ita sic quoque recte diximus materiam rhetorices esse omnis res ad dicendum ei subiectas: quod quidem probat etiam sermo communis; nam cum aliquid de quo dicamus accepimus, positam nobis esse materiam frequenter etiam praefatione testamur. [21] Gorgias quidem adeo rhetori de omnibus putauit esse dicendum ut se in auditoriis interrogari pateretur qua quisque de re uellet. Hermagoras quoque dicendo materiam esse in causa et in quaestionibus omnes res subiectas erat complexus: [22] sed quaestiones si negat ad rhetoricen pertinere, dissentit a nobis; si autem ad rhetoricen pertinent, ab hoc quoque adiuuamur: nihil est enim quod non in causam aut quaestionem cadat. [23] Aristoteles tris faciendo partes orationis, iudicialem deliberatiuam demonstratiuam, paene et ipse oratori subiecit omnia: nihil enim non in haec cadit.

[24] Quaesitum a paucissimis et de instrumento est. Instrumentum uoco sine quo formari materia in id quod uelimus effici opus non possit. Verum hoc ego non artem

credo egere, sed artificem. Neque enim scientia desiderat instrumentum, quae potest esse consummata etiam si nihil faciat, sed ille opifex, ut caelator caelum et pictor penicilla. Itaque haec in eum locum quo de oratore dicturi sumus differamus.

BIBLIOGRAFIA

Obs: edições de obras antigas estão formatadas segundo as normas da *American Philological Association*, recentemente adotadas pela revista *Letras Clássicas*.

1. Edições da *Institutio Oratoria*

- BUTLER, H. E. ed. *Quintilian: Institutio Oratoria*. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1920.
- PENNACINI, A. ed. *Marci Fabii Quintiliani Institutio Oratoria*. Turim: Einaudi, 2001.
- RUSSELL, Donald ed. *Quintilian: The Orator's Education*. 5 vols. Loeb Classical Library. London: Cambridge University Press, 2001.
- SPALDING, Georg Ludwig ed. *Marcus Fabius Quintilianus De Institutione Oratoria*. Paris: Lemaire, 1821.
- WINTERBOTTOM, M. & Reinhardt, T. eds. *Quintilian: Institutio Oratoria. Book 2*. New York: Oxford University Press, 2006.

2. Fontes Antigas

- ALEXANDRE JR., Manuel et alii eds. *Aristóteles: Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005.
- BABBIT, F. C. ed. *Plutarch: Moralia*. With an english translation by Frank Cole Babbit. Volume I. Harvard: Harvard University Press, 1986.
- BURNET, John ed. *Platonis Opera*. London: Oxford University Press, 1903.
- BUTTS, James R. *The "Progymnasmata" of Theon: A New Text with Translation and Commentary*. Dissertation, Claremont Graduate School, 1986.
- DORANDI, Tiziano ed. *Diogenes Laertius: Lives of Eminent Philosophers*. Cambridge Classical Texts and Commentaries, vol. 50. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- FARIA, A. P. C. & SEABRA, Adriana eds. *[Cícero]: Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005.
- GUAGLIANONE, Antonio ed. *Phaedri Augusti Liberti liber fabularum*. Turim: Paravia, 1969.
- GULICK, C. B. ed. *Athenaeus: Deipnosophistae*. 7 vols. Loeb Classical Library. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1927-41.
- HALM, Carolus. *Rhetores Latini Minores*. Leipzig: Teubner, 1863.
- IRWIN, Terence ed. *Aristotle: Nichomachean Ethics*. Translated with introduction, notes and glossary. Cambridge: Hackett Publishing Co., 2011.
- KENNEDY, George Alexander. *Progymnasmata: Greek textbooks of prose composition and rhetoric*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003.
- PETERSON, William ed. *Tacitus: Agricola. Germania. Dialogus de Oratoribus. Books I-III*. Harvard: Harvard University Press, 1992.

- RABE, Hugo, ed. *Aphthonii Progymnasmata*. Leipzig: Teubner, 1926.
 _____ ed. *Hermogenis Opera*. Leipzig: Teubner, 1913; reprinted, 1969.
- ROGERS, B. B. *Aristophanes: The Acharnians, the Clouds, the Knights, the Wasps*.
 Loeb Classical Library. New York: Harvard University Press, 1924.
- ROLFE, J. C. ed. *Suetonius: De Vita Caesarum. De Viris Illustribus*. With an english
 translation by J. C. Rolfe. Volume II. Harvard: Harvard University Press, 1992.
- WARMINGTON, E. H. ed. *Petronius: Satyricon; Seneca: Apocolocyntosis*. Loeb
 Classical Library. New York: Harvard University Press, 1975.
 _____. *Remains of Old Latin*. 4 vols. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard
 University Press, 1956.
- WILKINS, A. S. ed. *M. Tulli Ciceronis Rhetorica*. Oxford: Clarendon Press, 1902.
- WINTERBOTTOM, Michael ed. *The Minor Declamations ascribed to Quintilian*. New
 York: Walter de Gruyter, 1984.
 _____ ed. *Seneca the Elder: Declamations*. v. 1 e 2. Loeb Classical Library. New
 York: Harvard University Press, 1974.
- WYATT, W. F. ed. *Homer: Iliad*. 2 vols. Loeb Classical Library. New York: Harvard
 University Press, 1999.

3. Livros e Artigos Acadêmicos

- ALBRECHT, Michael von. "Quintilian". In: _____. *A History of Roman Literature:
 From Livius Andronicus to Boethius*. Vol. 2. Leiden: E.J. Brill, 1997. pp. 1254-
 64.
- ATKINS, J.W.H. *Literary Criticism in Antiquity*. 2 vols. Cambridge: Cambridge
 University Press, 1934.
- BERTI, Emanuele. *Scholasticorum Studia: Seneca il Vecchio e la cultura retorica e
 letteraria della prima età imperiale*. Pisa: Giardini, 2007.
- BONNER, Stanley F. *Roman Declamation in the Late Republic and Early Empire*.
 Berkeley: University of California Press, 1949.
 _____. *Education in Ancient Rome: From the elder Cato to the younger Pliny*.
 London: Methuen & Company, Ltd., 2012.
- BÖRNER, Johannes. *De Quintiliani Institutionis Oratoriae Dispositione*. Lipsiae: Typis
 Roberti Noske Bornensis, 1911.
- BOSKOFF, Priscilla S. "Quintilian in the Late Middle Ages". *Speculum* 27.1 (1952):
 71-78.
- BRANDENBURG, Earnest. "Quintilian and the Good Orator". *Quarterly Journal of
 Speech* 34 (1948): 23-39.
- BRINK, C.O. "Quintilian's De Causis Corruptae Eloquentiae and Tacitus' Dialogus De
 Oratoribus". *The Classical Quarterly* 39.2 (1989): 472-503.
- BRINTON, Alan. "Quintilian, Plato, and the Vir Bonus". *Philosophy and Rhetoric* 16.3
 (1983): 167-84.
- CLARK, Donald L. *Rhetoric in Greco-Roman Education*. New York: Columbia
 University Press, 1957.
- CLARKE, Martin Lowther. *Rhetoric at Rome: A Historical Survey*. New York:
 Routledge, 1996.
- COLSON, F.H. "Quintilian, the Gospels and Christianity". *The Classical Review* 39
 (1925): 166-70.
 _____. *M. Fabii Quintiliani Institutionis Oratoriae Liber I*. Cambridge: University
 Press, 1924.
- COUSIN, Jean. *Études sur Quintilien*. Paris: Boivin, 1936.

- CRANZ, F. Edward. "Quintilian as an Ancient Thinker". *Rhetorica* 13.3 (1995): 219-230.
- DOMINIK, William & HALL, Jon (eds.). *A Companion to Roman Rhetoric*. Oxford: 2007, Blackwell.
- ERICKSON, Keith V. "Quintilian's Institutio Oratoria and Pseudo-Declamations" [a Bibliography]. *Rhetoric Society Quarterly* 11 (1981): 45-62.
- FANTHAM, Elaine. "The Concept of Nature and Human Nature in Quintilian's Psychology and Theory of Instruction". *Rhetorica* 13 (1995): 125-36.
- FORBES, Margaret McVay. *Contexts and Theoretical Implications of Certain Pedagogical Terms in Cicero and Quintilian*. Tese. University of Minnesota, 1955.
- FRANCE, Peter. "Quintilian and Rousseau: Oratory and Education". *Rhetorica* 13.3 (1995): 301-321.
- GALAND, Perrine; HALLYN, Fernand; LÉVY, Carlos; VERBAAL, Wim (eds.). *Quintilien ancien et moderne: Études réunies*. Turnhout: 2010, Brepols Publishers.
- GRANATELLI, Rossella. "M. Fabio Quintiliano Institutio oratoria II 1-10: Struttura e problemi interpretativi". *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, 13.2 (Spring 1995): 137-160.
- GREER, W. J. "Quintilian and the Declamation". *The Classical Weekly* 4 (1925): 27-31.
- GRIMAL, Pierre. "Situation de Quintilien". *Vita Latina* 145 (1997): 2-10.
- GWYNN, Aubrey S. J. *Roman Education from Cicero to Quintilian*. New York: Teachers College Press, 1926.
- HOLTSMARK, E. B. "Quintilian on Status: A Progymnasma". *Hermes*, 96 (1968): 356-368.
- JOHNSON, Nan. "Quintilian and Nineteenth-Century Rhetorical Tradition". *Composition in Context: Essays in Honor of Donald C. Stewart*. Eds. W. Ross Winterrowd and Vincent Gillespie. Carbondale, IL: Southern Illinois UP, 1994. 3-16.
- KENNEDY, George Alexander. "An Estimate of Quintilian". *The American Journal of Philology* 83.2 (1962): 130-146.
- _____. *Quintilian*. New York: Twayne Publishers, 1969.
- _____. *The Art of Rhetoric in the Roman World*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1972.
- _____. *Classical Rhetoric and Its Christian and Secular Traditions from Ancient to Modern Times*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.
- KNOBLAUCH, C. H. "Quintilian's Value for Modern Composition Theory and Teaching". *Rhetoric Society Quarterly* 12.2 (1982): 95-104.
- LAING, Gordon J. "Quintilian, the Schoolmaster". *The Classical Journal* 15.9 (1920): 515-34.
- LANHAM, Richard A. "The 'Q' Question". *The Electronic Word: Democracy, Technology, and the Arts*. Chicago: U of Chicago P, 1993. pp. 154-94.
- LEDDY, J. F. "Tradition and Change in Quintilian". *Phoenix* 7.2 (1953): 47-56.
- LEFF, Michael. "Commonplaces and Argumentation in Cicero and Quintilian". *Argumentation* 10 (1996): 445-52.
- LIEBERSOHN, Y. Z. "The Problem of Rhetoric's Materia in Plato's Gorgias (449c9-d9)". *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric* 29.1 (2011): 1-22.
- LOGIE, John. "'I Have No Predecessor to Guide My Steps': Quintilian and Roman Authorship". *Rhetoric Review* 22.4 (2003): 353-373.

- MARROU, Henri Irénée. *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
- MENDELSON, Michael. "Quintilian and the Pedagogy of Argument". *Argumentation* 15.3 (2001): 277-294.
- MURGIA, C.E. "Notes on Quintilian". *Classical Quarterly*. 41.1 (1991): 183.
- MURPHY, James J. "Roman Writing Instruction as Described by Quintilian". In: _____ (ed.). *A Short History of Writing Instruction: From Ancient Greece to Twentieth-Century America*. Davis, CA: Hermagoras, 1990a. pp. 19-76.
- _____. "Quintilian's Influence on the Teaching of Speaking and Writing in the Middle Ages and Renaissance". In: ENOS, Richard Leo (ed.). *Oral and Written Communication: Historical Approaches*. Newbury Park, CA: Sage, 1990b, pp. 158-83.
- _____. *Quintilian on the Teaching of Speaking and Writing: Translations from Books One, Two, and Ten of the Institutio Oratoria*. Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1987.
- MURRAY, Oswyn; BOARDMAN, John; GRIFFIN, Jasper (eds.). *The Oxford History of the Roman World*. New York: Oxford University Press, 1991.
- NATALI, Carlo. "Il fine dell'arte retorica secunde Quintiliano". *Rhetorica: a Journal of the History of Rhetoric* 13.2 (1995): 161-178.
- O'BANION, John D. "Narration and Argumentation: Quintilian on Narratio as the Heart of Rhetorical Thinking". *Rhetorica* 5 (1987): 325-51.
- ODGERS, Merle M. "Quintilian's Rhetorical Predecessors". *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. 66 (1935): 25-36.
- PEREIRA, Marcos Aurélio. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio Oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- PLATTER, Lynne Wooten. *The Influence of Virgil on Quintilian*. Tese. University of Texas, 1931.
- REZENDE, Antônio Martinez de. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. São Paulo: Crisalida, 2010.
- ROOCHNIK, David. "Is Rhetoric an Art?". *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric* 12.2 (1994): 127-154.
- ROQUE, Warren Paul. *Quintilian: Ancient and Modern Educator*. Tese. Brown University, 1956.
- RUSSELL, Donald A. *Criticism in Antiquity*. Berkeley: University of California Press, 1981.
- SAVAGE, John J. "Quintilian and Lucretius". *The Classical Weekly*. 46.3 (1952): 37.
- SIHLER, E.G. "Quintilian of Calagurris". *The American Journal of Philology* 41 (1920): 205-22.
- SMETHURST, S.E. "Cicero and Isocrates". *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, 84 (1953): 262-320.
- STEWART, Donald C. "The Legacy of Quintilian". *English Education* 11.2 (1979): 103-17.
- SUTHERLAND, Priscilla Warren. *Quintilian in the Medieval Florilegia*. Tese. University of North Carolina, 1950.
- THANIEL, Kathryn Marjorie. *Quintilian and the Progymnasmata*. Tese. McMaster University, 1973.
- TOO, Y.L. *Education in Greek and Roman Antiquity*. Leiden: Brill, 2001.
- VASCONCELOS, Beatriz Avila. *Ciência do dizer bem: a concepção de retórica de Quintiliano em Institutio Oratoria, II, 11-21*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

- VIANO, Cristina. "Quintiliano e la storia della filosofia: l'uso delle quaestiones philosopho convenientes". *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric* 13.2 (1995): 193-207.
- WALZER, Arthur E. "Moral Philosophy and Rhetoric in the Institutes: Quintilian on Honor and Expediency". *Rhetoric Society Quarterly* 36.3 (2006): 263-80.
- _____. "Quintilian's 'Vir Bonus' and the Stoic Wise Man". *Rhetoric Society Quarterly* 33.4 (2003): 25-42.
- WARD, John O. "Quintilian and the Rhetorical Revolution of the Middle Ages". *Rhetorica* 13.3 (1995): 231-284.
- WINTERBOTTOM, Michael. "Declamation and Philosophy". *Classica* 19 (2006): 74-82.
- _____. "Quintilian and the Vir Bonus". *The Journal of Roman Studies* 54 (1964): 90-97.
- _____. *Roman Declamation: Selections*. Bristol: Bristol Classical Press, 1980.
- _____. "The Textual Tradition of Quintilian 10.1.46 F". *Classical Quarterly* 12 (1962): 169-75.